

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**OS MÉTODOS DE EXTENSÃO RURAL  
EMPREGADOS PELA EPAGRI  
NO ALTO VALE DO ITAJAÍ - SC**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Cesar Augusto Lodi**

**Santa Maria, RS, Brasil.**

**2013**

# **OS MÉTODOS DE EXTENSÃO RURAL EMPREGADOS PELA EPAGRI NO ALTO VALE DO ITAJAÍ - SC**

**Cesar Augusto Lodi**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**

**Orientador: Pedro Selvino Neumann**  
**Coorientador: Vilmar Comassetto**

**Santa Maria, RS, Brasil.**

**2013**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Lodi, Cesar Augusto  
Os métodos de extensão rural empregados pela Epagri  
no alto Vale do Itajaí-SC / Cesar Augusto Lodi.-2013.  
122 p.; 30cm

Orientador: Pedro Selvino Neumann  
Coorientador: Vilmar Comassetto  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-  
Graduação em Extensão Rural, RS, 2013

1. Métodos de extensão 2. Extensão Rural 3. Epagri 4.  
Métodos grupais. I. Neumann, Pedro Selvino II.  
Comassetto, Vilmar III. Título.

---

© 2013

Todos os direitos autorais reservados a Cesar Augusto Lodi. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: cesar\_lodi@hotmail.com

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado**

**OS MÉTODOS DE EXTENSÃO RURAL EMPREGADOS  
PELA EPAGRI NO ALTO VALE DO ITAJAÍ - SC**

elaborada por  
**Cesar Augusto Lodi**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Extensão Rural**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

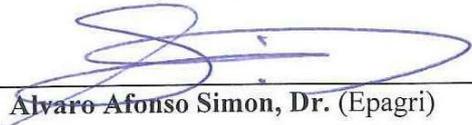
---

  
**Pedro Selvino Neumann, Dr.**  
(Presidente/Orientador)

---

**Vilmar Comassetto, Dr.** (Coorientador/Epagri)

---

  
**Alvaro Afonso Simon, Dr.** (Epagri)

---

**Vivien Diesel, Dra.** (UFSM)

Santa Maria, 15 de agosto de 2013.

Dedico este mestrado às pessoas que sempre me motivaram a estudar e evoluir como ser humano.

Aos meus pais, Davide e Elidia, por contribuírem na minha formação como cidadão, que extraíram da terra e tiraram de seus salários o custeio dos meus estudos.

À minha irmã Dolores que tão bem tem cuidado dos meus pais e por ter contribuído na minha formação como engenheiro agrônomo.

Às minhas filhas Isadora e Maísa que souberam suportar a ausência física do pai, mas sempre presente quando um precisava do carinho e compreensão do outro.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, quero agradecer aos colegas e amigos Leonir Claudino Lanznaster e Paulo Roberto Lisboa Arruda, por terem me incentivado e apoiado a concorrer à vaga de mestrado em Extensão Rural da UGT – 5.

À EPAGRI, por permitir que cursasse o Mestrado. Agradecer a Tânia Bianchini que de forma tão compreensiva sempre nos socorreu quando precisamos, pela sua competência nos atendimentos e pelos bons aconselhamentos nas horas de dúvidas. Agradecer à Diretoria da EPAGRI e ao Gerente Almir por ter aberto as portas do Escritório Regional de Rio do Sul.

A todos os colegas do Alto Vale do Itajaí – SC que colaboraram e me acompanharam nesta etapa da minha vida profissional.

Em nome da Juliana Claudio de Oliveira, agradecer também à Embrapa, pelo apoio financeiro que viabilizou o nosso projeto de pesquisa.

Agradecer ao meu coorientador Comassetto, pelo apoio nas horas em que foi preciso e pelas conversas durante este período, pela disposição em nos atender sempre que solicitado.

Agradecer aos colegas, Álvaro Afonso Simon, Eros Marion Mussoi e Voltaire Mesquita Cezar, pela boa vontade em nos receber e pelas orientações e conhecimentos divididos que contribuíram para a base teórica desta dissertação.

Agradecer ao meu orientador Prof. Pedro, pela orientação e o tempo disponibilizado para as correções do rumo da pesquisa e escrita da dissertação.

Agradecer a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR), pelos ensinamentos recebidos. Aos colegas do PPGExR, tanto do Mestrado como do Doutorado, agradecer pela amizade, companheirismo, ajuda nas horas difíceis e pelas alegrias nas horas de descontração.

Agradecer ao Seu Divo e a Dona Maria, por serem mais do que os proprietários, por serem amigos, por vezes pais de tantos estudantes que têm a felicidade de conviver com vocês. Agradecer aos colegas de moradia em 2012, por terem me aturado, cuidado da minha saúde, por serem a minha família em Santa Maria, Cris, Lucas e Reginaldo, muito obrigado!

Aos paraguaios: Benito, Jimmy e Claudia, obrigado pela amizade sem fronteiras, pelo companheirismo e aconselhamentos.

Agradecer ao Professor Cirilo Ciotta pela revisão da dissertação.

Aos colegas da EPAGRI que antecederam Leliani e Uba nos abrindo as portas da UFSM e aos contemporâneos Cantú, Célio, Ivanda e Marlise que amenizaram as dificuldades

da distância da família e das dificuldades do mestrado, com seu companheirismo e solidariedade.

Finalmente quero agradecer a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização desse mestrado, a todos os meus sinceros agradecimentos.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Paulo Freire).

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um sonho real ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes” (Paulo Freire).

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural  
Universidade Federal de Santa Maria

### **OS MÉTODOS DE EXTENSÃO RURAL EMPREGADOS PELA EPAGRI NO ALTO VALE DO ITAJAÍ - SC**

AUTOR: CESAR AUGUSTO LODI

ORIENTADOR: PEDRO SELVINO NEUMANN

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 15 de agosto de 2013.

A Extensão Rural no Brasil tem passado por diversas transformações na sua forma de atuar e desenvolver o trabalho junto aos agricultores. Os métodos de extensão guardam estreitas relações com essas transformações e em grande medida continuam sendo, desde a criação dos serviços oficiais de Extensão Rural, a identidade do trabalhador das instituições extensionistas no país. Este estudo analisou o emprego dos diferentes métodos de extensão rural pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). A pesquisa foi desenvolvida a partir do estudo de caso da Unidade de Gestão Técnica – 5, composta por 31 municípios, situada na região denominada Alto Vale do Itajaí - SC, com uma abordagem quali-quantitativa. Os resultados apontam que, em relação à natureza do trabalho desenvolvido pelos extensionistas, ocorre um predomínio das atividades de escritório sobre o trabalho de campo, determinado em grande medida pela demanda do trabalho burocrático gerado pelos programas governamentais. Os dados demonstraram que praticamente 50% dos agricultores e 40% das ações desenvolvidas vinculam-se às atividades de apoio, apontando que grande parte do esforço dos técnicos está relacionada com as demandas dos programas governamentais. Em relação à natureza dos métodos de trabalho, constatou-se um predomínio absoluto das técnicas de abordagem individual, que constituem 94,54% das atividades realizadas, havendo entre elas uma ampla predominância dos atendimentos no escritório. Na visão dos técnicos, o predomínio dos métodos de abordagem individual está relacionado à natureza do trabalho que desenvolvem e as mudanças implantadas na gestão da Epagri não surtiram os efeitos desejados no aumento do emprego de métodos de caráter grupal.

**Palavras-chave:** Métodos de extensão. Extensão Rural. Epagri. Métodos grupais.

## **ABSTRACT**

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural  
Universidade Federal de Santa Maria

### **THE METHODS OF RURAL EXTENSION EMPLOYEES BY EPAGRI IN ALTO VALE DO ITAJAÍ - SC**

**AUTHOR: CESAR AUGUSTO LODI**

**ADVISOR: PEDRO SELVINO NEUMANN**

**Date and Place of Defense: Santa Maria, August 15, 2013.**

Rural Extension in Brazil has passed through many transformations in its way of acting and developing the work with farmers. The extension methods are extremely related to these transformations and, in a large extent, since the creation of the official services of Rural Extension, they are the identity of the extensionist institution worker in the country. This study has analyzed the use of different methods of rural extension by the Empresa de Pesquisa de Agropecuária e Extensão Rural Santa Catarina (Epagri). The research was developed through the case study of the Unidade de Gestão Técnica – 5, composed by 31 cities, located in the region called Alto Vale do Itajaí – SC, with a quali-quantitative approach. The results point out that, in relation to the nature of the work done by extensionists, there is a predominance of office activities over field work, determined, mainly, by the demand of the paper work generated by governmental programs. The data demonstrated that about 50% of the farmers and 40% of the actions developed are associated to back activities, showing that a big part of the technician's effort is associated to the demand of governmental programs. Considering the nature of the work methods, it was found a predominance of individual approach techniques, they constitute 94.54% of the activities unfolded, existing among them a predominance of the office visiting. According to the technicians' point of view, the predominance of the individual approach is related to the nature of the work that they do and, the changes implemented in the Epagri management did not produce the expected effects in the increasing use of group methods.

**Keywords:** Extension methods. Rural Extension. Epagri. Group methods.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Figura da localização das UGTs no Estado de Santa Catarina.....	19
Figura 2 – Quantidade de eventos realizados na UGT – 5 no ano de 2010 por tipo de método .....	76
Figura 3 – Comparativo dos métodos individuais (Visita e Atendimento) com o somatório dos métodos grupais utilizados na UGT – 5.....	77
Figura 4 – Comparativo dos métodos grupais em relação ao método Visita utilizados na UGT – 5 .....	77
Figura 5 – Comparativo entre os métodos grupais utilizados na UGT – 5.....	78
Figura 6 – Percentagem de famílias assistidas pela EPAGRI na UGT –5 por grupo de atividades .....	79
Figura 7 – Percentagem de assistências por grupo de atividades realizadas pela EPAGRI na UGT – 5 .....	79
Figura 8 – Métodos mais utilizados segundo os extensionistas rurais e os extensionistas sociais da UGT – 5 .....	81
Figura 9 – Comparação quanto ao uso dos métodos grupais entre os dados obtidos através do questionário (Técnicos Locais) e na entrevista (Amostra 01 Locais), com exceção da Visita e Reunião. ....	83
Figura 10 – Método de extensão que propicia uma maior participação do produtor.....	85
Figura 11 – Maior habilidade no uso dos métodos de extensão segundo os extensionistas rurais e os extensionistas domésticos. ....	85
Figura 12 – Método em que o produtor tem um maior interesse em participar na visão dos extensionistas rurais e dos extensionistas domésticos .....	86
Figura 13 – Método que proporciona uma maior participação dos produtores na visão dos extensionistas rurais e os extensionistas domésticos da UGT – 5 .....	87

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formação profissional dos extensionistas rurais e domésticos da UGT – 5 .....	20
Quadro 2 – Distribuição do quadro técnico total UGT – 5 pelo período de ingresso .....	21
Quadro 3 – Técnicos da amostra entrevistada por ano de ingresso e função .....	22
Quadro 4 – Tempo de escritório na última semana de trabalho relacionado com o ano do ingresso dos entrevistados da Amostra 01 Locais .....	72
Quadro 5 – Tempo de escritório na semana típica de trabalho relacionado com o ano do ingresso dos entrevistados da Amostra 01 Locais .....	73
Quadro 6 – Atividades de apoio orientadas pelos extensionistas da EPAGRI na UGT – 5 ..	74
Quadro 7 – Comparativo entre as frequências do uso dos métodos e suas respectivas médias com o relatório 2010 da UGT – 5 .....	81
Quadro 8 – Total dos métodos utilizados pelos técnicos locais da UGT – 5 (Unidade) e a preferência de uso dos extensionistas Amostra 01 Locais (Frequência) .....	82
Quadro 9 – Uso dos métodos pelos entrevistados da Amostra 01 Locais conforme o período de ingresso na Empresa .....	84
Quadro 10 – Visão dos extensionistas rurais e dos extensionistas domésticos quanto à utilização dos métodos de extensão dentro do esperado/necessário. ....	84
Quadro 11 – Comparativo das médias dos métodos mais utilizados com a maior habilidade no seu uso .....	86
Quadro 12 – Frequências dos motivos da não utilização dos métodos grupais segundo os extensionistas rurais e extensionistas domésticos da UGT – 5 .....	88
Quadro 13 – Resultados do cálculo da média, da mediana e do somatório das frequências dos motivos da não utilização dos métodos grupais (Quadro 12) .....	88
Quadro 14 – Motivos que influenciam na escolha do método segundo a declaração dos entrevistados da Amostra 01 Locais e Amostra 02 Regionais .....	90
Quadro 15 – Fatores ou condicionantes que têm influenciado a adoção dos métodos individuais ou grupais na UGT – 5 no dia a dia de trabalho segundo os entrevistados da Amostra 01 Locais e Amostra 02 Regionais .....	93
Quadro 16 – Influência da equipe do escritório local na escolha dos métodos .....	102
Quadro 17 – Periodicidade do planejamento segundo os entrevistados da Amostra 01 Locais .....	104
Quadro 18 – Satisfação com o planejamento e a distribuição do tempo dos Entrevistados 01 Locais .....	106

## **LISTA DE ANEXOS**

Anexo A – Requerimento para a realização da pesquisa .....	115
Anexo B – Autorização da organização.....	116
Anexo C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	117
Anexo D – Roteiro de entrevistas dos técnicos da UGT – 5.....	119
Anexo E – Questionário da UGT – 5.....	121

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR	– Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	– Associação de Crédito e Assistência Rural
ACARESC	– Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
ACAR-MG	– Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural de Minas Gerais
ACARPESC	– Associação de Crédito e Assistência Pesqueira do Estado de Santa Catarina
AIA	– American International Association
ASBRAER	– Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural
ASCAR	– Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ATA	– Agente Técnico de Assistência Técnica de Extensão Rural
ATD	– Agente Técnico de Desenvolvimento Rural
ATER	– Assistência Técnica de Extensão Rural
CMDR	– Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural
CRO	– Crédito Rural Orientado
CRS	– Crédito Rural Supervisionado
CTA	– Centro de Tecnologia Agrícola
DATER	– Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DPSR	– Diagnóstico Participativo dos Sistemas Rurais
DRP	– Diagnóstico Rural Participativo
DRR	– Diagnóstico Rural Rápido
DRSR	– Diagnósticos Rápidos dos Sistemas Rurais
EMATER	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	– Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMCATER	– Empresa Catarinense de Extensão Rural e Assistência Técnica Rural
EMPASC	– Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A.
EPAGRI	– Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ETA	– Escritório Técnico de Agricultura
FDR	– Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural de Santa Catarina
IASC	– Instituto de Apicultura do Estado de Santa Catarina
MDA	– Ministério do Desenvolvimento Agrário
PAT	– Plano Anual de Trabalho

PMDR	– Planos Municipais de Desenvolvimento Rural
PNATER	– Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNCF	– Programa Nacional de Crédito Fundiário
PPGExR	– Programa de Pós Graduação em Extensão Rural
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF	– Secretaria da Agricultura Familiar
SEATER	– Sistema Epagri de Assistência Técnica, Extensão Rural e Difusão Tecnológica
SER	– Secretário Executivo Regional do Projeto Microbacias 2
SIBER	– Sistema Brasileiro de Extensão Rural
SIBRATER	– Sistema Brasileiro de Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural
SNCR	– Sistema Nacional de Crédito Rural
UGT 5	– Unidade de Gestão Técnica 5

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>Procedimentos metodológicos de pesquisa</b> .....	18
<b>Caracterização da amostragem de pesquisa</b> .....	20
<b>1 A ORIGEM, A INSITUCIONALIZAÇÃO E AS FASES DA EXTENSÃO RURAL</b> ..	23
<b>1.1 Do conhecimento local a difusão de conhecimentos pela Extensão</b> .....	23
<b>1.2 As experiências precursoras de Extensão Rural</b> .....	27
<b>1.3 A experiência norte-americana</b> .....	29
<b>1.4 O início da Extensão Rural no Brasil de forma institucionalizada</b> .....	32
<b>1.5 Fases da extensão quanto a intencionalidade política e caráter pedagógico</b> .....	35
1.5.1 Fase do Humanismo Assistencialista .....	35
1.5.2 Fase do Difusionismo Produtivista.....	37
1.5.3 Fase do Humanismo Crítico .....	40
<b>1.6 A História da Extensão Rural na Epagri de SC</b> .....	42
1.6.1 Fase do Humanismo Assistencialista em Santa Catarina .....	43
1.6.2 Fase Difusionista em Santa Catarina.....	43
1.6.3 Fase da Gestão dos Recursos Naturais .....	44
1.6.4 Fase da Extensão para o Ecodesenvolvimento (2002-).....	46
1.6.5 PNATER um novo paradigma: A nova fase da Extensão Rural de Santa Catarina? .....	47
<b>1.7 A participação como um princípio da PNATER</b> .....	48
<b>1.8 PNATER e Educação para o desenvolvimento sustentável</b> .....	54
<b>2 OS MÉTODOS DE EXTENSÃO RURAL EMPREGADOS PELA EPAGRI: O caso da UGT-</b> .....	60
<b>2.1 Caracterização dos Métodos individuais</b> .....	62
<b>2.2 Caracterização dos Métodos grupais</b> .....	63
<b>2.3 Caracterização dos Métodos massais</b> .....	67
<b>3 OS EXTENSIONISTAS E A ESCOLHA DOS MÉTODOS EXTENSÃO RURAL NA UGT - 5</b> .....	70
<b>3.1 Caracterização das atividades realizadas pelos extensionistas da EPAGRI</b> .....	70
3.1.1 A divisão do tempo entre atividades de escritório e de campo .....	70
3.1.2 A natureza do trabalho extensionista segundo a classificação do SEATER .....	74
<b>3.2 Os métodos de extensão rural empregados pelos técnicos</b> .....	75
3.2.1 A representatividade e importância dos métodos a partir dos relatórios da EPAGRI.....	75
3.2.2 A representatividade e importância dos métodos segundo a declaração dos extensionistas.....	80
<b>3.3 Os motivos e condicionantes da escolha dos métodos</b> .....	89
3.3.1 Frequência do uso dos métodos.....	89
3.3.2 Os fatores que determinam a escolha dos métodos .....	92
<b>3.4 A influência das mudanças no regramento das atividades dos extensionistas adotado pela UGT-5</b> .....	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	108
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	111
<b>ANEXOS</b> .....	115

## INTRODUÇÃO

A motivação inicial para a realização desta pesquisa advém da vivência como extensionista local da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI)<sup>1</sup> e na atuação como Secretário Executivo Regional do Projeto Microbacias 2, no Escritório Regional de Rio do Sul, abrangendo 31 municípios pertencentes à Unidade de Gestão Técnica 5 (UGT-05) no Alto Vale do Itajaí, Estado de Santa Catarina (SC). Surge de uma inquietação perante as considerações feitas durante as reuniões da equipe de técnicos da Gerência Regional de Rio do Sul em que se afirmava que havia uma baixa aplicação dos métodos grupais de extensão rural pelos extensionistas rurais. Como justificativa citavam-se diversos motivos, desde a falta de interesse, falta de tempo, falta de capacitação em métodos ou em tecnologias agropecuárias, entre outros. O tema também era debatido nas reuniões da Secretaria Estadual do Projeto Microbacias 2, onde participavam os Secretários Regionais do Projeto Microbacias 2 e os Gerentes Regionais da EPAGRI de todo o estado. A discussão se dava nesse mesmo nível, porém sem chegar aos fatores determinantes da baixa utilização dos métodos grupais de extensão. Por estes motivos e pela convivência direta com os extensionistas rurais com atuação municipal, evidenciou-se a necessidade de aprofundar essa análise para identificar os métodos utilizados e investigar a existência de fatores determinantes que influenciam a escolha por determinado método, seja ela grupal ou individual.

A Extensão Rural brasileira teve sua história fundamentada na aplicação dos métodos de extensão difusionista e de metodologias participativas de organização comunitária. A sua história é fortemente marcada pela utilização de métodos de extensão difusionistas, com o objetivo principal de promover, no meio rural, a Revolução Verde para a difusão de tecnologias agropecuárias que exigiam a utilização massiva de sementes híbridas, insumos, máquinas e equipamentos denominados de modernos. O auge do difusionismo foi a década de 1970 e 1980, mas a partir da década de 1990, com a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), grande responsável pelo repasse de recursos federais para o trabalho de extensão rural pública, as empresas de extensão rural estaduais tiveram seus quadros reduzidos, sendo que algumas foram extintas (MDA/FAO,

---

<sup>1</sup> EPAGRI está presente todos os 293 municípios de Santa Catarina através dos seus escritórios municipais. A empresa possui dois campos de gestão que atuam de forma sincronizada. A gestão Administrativa é formada por 27 Gerências Regionais às quais os escritórios municipais estão diretamente vinculados. A gestão técnica está dividida em 10 territórios denominados de Unidades de Gestão Técnica (UGT). A UGT-05 coincide com a área de abrangência do Escritório Regional de Rio do Sul que possui um total de 31 municípios sob a sua gestão administrativa.

2003). A existência de um processo atual de recuperação das empresas estaduais de extensão, principalmente a partir da PNATER, com diversas ações foram voltadas para a captação de recursos para a manutenção dos serviços, a política de extensão rural assume nova importância no contexto brasileiro.

Na sua fase pioneira, a extensão rural se utilizava de métodos de extensão grupais e individuais, de maneira quantitativamente equilibrada. No percurso de sua história, a ênfase sobre os métodos foi se modificando, conforme as prioridades estabelecidas pela extensão rural. O forte vínculo dos serviços de extensão com o crédito rural marcou a fase da difusão tecnológica com o objetivo de aumentar a produtividade física das atividades agrícolas, resultando na alteração do uso dos métodos de extensão. A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI também faz parte deste processo. As mudanças também ocorreram internamente, tanto na sua forma de organização como de gestão ao longo dos anos. Recentemente, a forma de planejamento foi alterada, passando de uma forma centralizada nas coordenações estaduais de cada programa, onde estas ordenavam as atividades a serem executadas, para uma descentralização em que os técnicos municipais deveriam, em conjunto com as lideranças locais, definir seu próprio plano municipal de trabalho. No caso da EPAGRI outra alteração que ocorreu, paralelamente, refere-se à forma de controle gerencial, passando de metas de esforço para metas de resultado. Na perspectiva do presente estudo, o questionamento que se coloca é que em que medida estas mudanças estão gerando um novo ponto de equilíbrio entre a aplicação das metodologias de extensão rural, grupais e individuais.

Desta forma, a dissertação pretende avaliar se houve uma mudança nos resultados e alcances obtidos a partir dessas mudanças e que fatores levaram ao abandono ou menor uso dos métodos grupais de Extensão Rural e se realmente essa afirmação é verdadeira.

O estudo e análise sobre o uso e aplicação dos métodos pela extensão rural são considerados essenciais para a qualidade da ação extensionista, pois quando bem escolhidos e bem utilizados podem promover o diálogo entre o saber empírico e o saber científico. Nesse sentido, Freire nos lembra de que “não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos ‘conhecimentos de experiências feitos’ com que chegam” (1999, p. 64).

No entanto, apesar da importância dos métodos grupais para a ação extensionista, percebe-se, que ao longo dos anos foi ocorrendo um distanciamento por parte da extensão rural quanto à adoção desses métodos, sendo necessário elucidar as causas do não uso para

que seja possível resgatar seu potencial e sua importância na eficácia das ações de extensão rural junto às famílias rurais, que permitam a construção compartilhada de saberes.

Portanto torna-se necessário avaliar se as mudanças implantadas na UGT-05 influenciaram o trabalho realizado em nível de municípios tanto no que se refere à adoção dos métodos grupais da extensão rural, quanto na identificação dos fatores determinantes para a escolha dos métodos utilizados.

Neste sentido foram levantadas as seguintes questões norteadoras: Quais são os métodos de extensão utilizados pelos extensionistas da UGT-05? Existe equilíbrio entre os métodos de caráter individual e grupal? Quais são os fatores que determinaram as escolhas dos métodos de extensão pelos extensionistas da UGT-05?

Como hipóteses, afirma-se que: a) existe um predomínio dos métodos individuais de extensão rural sobre os grupais; b) as mudanças implementadas a partir de 2008 na UGT5 influenciaram no uso dos métodos individuais; c) os extensionistas rurais não usam os métodos mais complexos (grupais) por insegurança metodológica.

O objetivo geral da pesquisa foi de analisar a aplicação dos métodos de extensão rural utilizadas pela EPAGRI na UGT-05 e identificar quais fatores determinam a opção dos Extensionistas rurais por atividades de caráter grupal ou individual. Como objetivos específicos da pesquisa, buscou-se: identificar e quantificar os principais métodos utilizados pelos extensionistas rurais da EPAGRI no Alto Vale do Itajaí – UGT5; caracterizar as atividades realizadas pelos extensionistas rurais da EPAGRI no Alto Vale do Itajaí – UGT5; levantar quais são os fatores que determinam a escolha dos métodos utilizados pelos extensionistas rurais da EPAGRI no Alto Vale do Itajaí – UGT5; identificar junto aos extensionistas locais quais as alternativas metodológicas que estes consideram mais adequadas para a execução dos trabalhos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); e, analisar de que forma a ação dos Agentes Técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATA) tem influenciado na aplicação dos métodos pelos extensionistas na UGT-05.

### **Procedimentos metodológicos de pesquisa**

A área de análise da presente pesquisa foi delimitada pela Unidade de Gestão Técnica 5, (UGT 5), localizada no Alto Vale do Itajaí, Estado de Santa Catarina, composta por 31 municípios, todos com escritórios municipais da EPAGRI, 01 centro de treinamento (Centro de Treinamento de Agrônômica – CETRAG), uma unidade de pesquisa (Estação Experimental de Ituporanga – EEITU) e um Escritório Regional (Gerência Regional de Rio

do Sul). O quadro técnico da UGT-05 é formado por um total de 61 extensionistas rurais, sendo que seis destes têm uma atuação de caráter regional e os demais 55 têm uma atuação municipal (Figura 1).

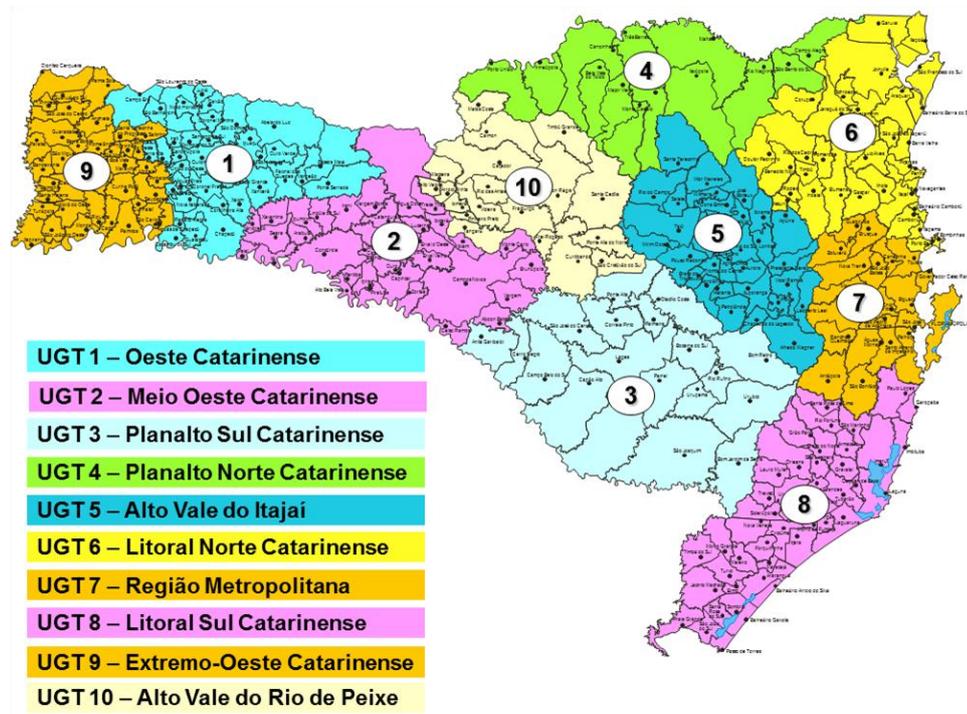


Figura 1 – Figura da localização das UGTs no Estado de Santa Catarina

Para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizada a metodologia qualitativa de ordem descritiva, através de entrevista semiestruturada e triangulada com pesquisa documental e bibliográfica e também quali-quantitativa, através de questionários.

A pesquisa qualitativa, que de acordo com Deslandes (2002, p. 21), responde a questões muito particulares, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa bibliográfica foi realizada de forma contínua, isto é, anteriormente ao questionário e às entrevistas, para o seu embasamento teórico e na continuidade do trabalho para a complementação e conclusão dos estudos. Foi realizada com base em materiais elaborados sobre o tema proposto, ou como afirma Gil, “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (2009, p. 42). No caso da pesquisa documental, utilizou-se a técnica de

análise de documentos obtidos em bancos de dados *on-line* ou obtidos junto à EPAGRI, relatórios e outros materiais não analisados.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambos está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2010, p. 42).

Para a pesquisa quali quantitativa foi aplicado um questionário que serviu de orientador para as questões aprofundadas pela pesquisa durante a realização das entrevistas. Fez-se uma análise simples da distribuição de frequência, que segundo Barbeta (2010, p. 16) “[...] compreende a organização dos dados de acordo com as ocorrências dos diferentes resultados observados”. O questionário foi enviado via correio eletrônico para os 55 extensionistas locais 01 gerente regional da EPAGRI, 05 Assistentes Técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATA da UGT-05. As respostas foram tabuladas e avaliadas pelas frequências de seus resultados e pelas suas médias aritméticas, que segundo Barbeta (2010, p. 910): “Matematicamente, podemos defini-la como a soma dos valores dividida pelo número de valores observados”.

### **Caracterização da amostragem de pesquisa**

A equipe de extensionistas da amostra é composta por extensionistas rurais e de economia doméstica da Unidade de Gestão Técnica 5 – UGT5 perfazendo um total de 61 profissionais de nível médio e nível superior com formação em áreas ligadas, em sua maioria, a educação ou as ciências agrárias, distribuídos conforme o quadro 1.

<b>Formação</b>	<b>Técnico Agrícola</b>	<b>Engenheiro Agrônomo</b>	<b>Veterinário</b>	<b>Nível Médio</b>	<b>Pedagogia</b>	<b>Nutrição</b>
Quantidade	20	25	2	6	6	2

Quadro 1 – Formação profissional dos extensionistas rurais e domésticos da UGT – 5

Fonte: EPAGRI.

O questionário enviado por e-mail teve a adesão voluntária, de 42 extensionistas da UGT-05, dos quais 4 foram descartados por erros no preenchimento. Sendo assim 38 foram considerados válidos e seus resultados formam a base de dados primários analisados quantitativamente, pelas variáveis estatísticas frequência e média aritmética.

Para a realização da etapa das entrevistas foram realizados alguns recortes de pesquisa com o objetivo de se obter uma amostra homogênea e representativa. Em primeiro lugar formaram-se 3 categorias diferenciadas pelo ano de ingresso na empresa, tendo como base os dois últimos concursos realizados pela empresa (2002 e 2006): Ingresso anterior a 2002, Ingresso em 2002 e Ingresso em 2006 (Quadro 2).

Para a primeira categoria Ingresso anterior a 2002 os extensionistas tem de 23 até 35 anos de serviços prestados a EPAGRI. Já para as categorias Ingresso em 2002 e Ingresso em 2006, a experiência profissional dos novos funcionários vai de recém-formados a quase 30 anos de trabalho (ex-funcionários, extensionistas de ONGs, de prefeituras e de outras estatais).

Além do tempo de serviço na empresa, que pode caracterizar uma maior experiência, estes grupos passaram por diferentes capacitações iniciais de nivelamento, conhecidas como Pré-serviço.

<b>Categoria</b>	<b>Ingresso anterior 2002</b>	<b>Ingresso 2002</b>	<b>Ingresso 2006</b>	<b>Total</b>
Extensionista Rural	21	16	10	47
Extensionista Economia Doméstica	12	2	0	14
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>18</b>	<b>10</b>	<b>61</b>

Quadro 2 – Distribuição do quadro técnico total UGT – 5 pelo período de ingresso

Fonte: EPAGRI.

Foram feitos alguns ajustes com a finalidade de tornar viável a realização da pesquisa de campo e também de se obter os dados da forma mais correta possível. O primeiro ajuste realizado foi a retirada das 13 extensionistas domésticas com ação em nível municipal, pois têm um foco de trabalho diferenciado dos extensionistas rurais. Assim optou-se em analisar a utilização dos métodos em atividades técnicas de produção. O segundo foi a seleção dos municípios onde, preferencialmente, só existia um extensionista rural para evitar a influência de terceiros sobre as atividades desenvolvidas. E para adequar o número de entrevistas possíveis de serem realizadas e analisadas foi realizado um sorteio onde se selecionou no mínimo 50% dos técnicos que estavam nessa condição, perfazendo um total de 12 indivíduos. Estes formaram a **Amostra 01 Locais**. Já o gerente e os 05 Agentes Técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATA), por sua vez formaram a **Amostra 02 Regionais**.

Pelo fato dos técnicos destas amostras exercerem funções e ações diferenciadas foram realizados duas entrevistas similares divididos em 04 blocos. Para a **Amostra 01 Locais** as perguntas eram relacionadas com o seu dia a dia de trabalho. Já para a **Amostra 02**

**Regionais**, parte se referia a sua ação, mas a maioria das perguntas era sobre a percepção ou visão do trabalho dos extensionistas locais (Amostra 01 Locais).

Portanto, a **Amostra 01 Locais** é formada por extensionistas rurais da EPAGRI (07 técnicos agrícolas e 05 engenheiros agrônomos) que têm ação em nível municipal e respondem pelos Escritórios Municipais da EPAGRI e todas as obrigações e atividades a eles vinculadas. Já a **Amostra 02 Regionais** é composta por 05 Agentes Técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATAs e um gerente. Destes 04 ATAs mais o Gerente são extensionistas rurais (03 engenheiros agrônomos e 02 veterinários) e 01 extensionista de economia rural (Pedagoga) que tem por função coordenar, acompanhar e supervisionar as ações dos extensionistas locais. Os técnicos regionais (ATAs) tem uma área de atuação que varia de 06 a 09 municípios. Além disso, acumulam a função de responsáveis por projetos ligados às áreas produtivas, ambientais ou sociais, que abrangem aos 31 municípios da Regional de Rio do Sul. Em resumo, a diferença entre os dois grupos está na função que exercem, na abrangência de sua atuação (municipal ou regional) e na proximidade com as famílias rurais, já que os extensionistas locais são os que realizam na prática a extensão rural e assistência técnica no seu dia a dia de trabalho, resultando na amostra final de entrevistados que apresenta a seguinte distribuição conforme o quadro 3:

Categoria	Amostra 01 Locais			Amostra 02 Regionais	Total
	Ingresso anterior 2002	Ingresso 2002	Ingresso 2006	ATA + Gerente	
Extensionista Rural	4	5	3	5	17
Extensionista de Economia Doméstica	0	0	0	1*	1
Total	4	5	3	6	18

Quadro 3 – Técnicos da amostra entrevistada por ano de ingresso e função

\* Foi a única extensionista de economia doméstica entrevistada por exercer a função de ATA.

# **1 A ORIGEM, A INSITUCIONALIZAÇÃO E AS FASES DA EXTENSÃO RURAL**

## **1.1 Do conhecimento local à difusão dos conhecimentos pela extensão rural**

Na agricultura o conhecimento, desde o seu princípio, era construído por gerações através da sua interação entre o homem e a natureza, desenvolvido e apropriado a partir da observação direta dos fenômenos naturais que ocorriam dentro de um ecossistema específico, da tentativa e do erro, sendo repassado de agricultor para agricultor e de pai para filho e acumulado por gerações. O conhecimento era socioculturalmente construído, este era extremamente ligado à cultura local, por isso cada região, cada ecossistema possuía suas características próprias e localmente constituídas a partir das experiências vividas e adversidades superadas pela população local (GUZMÁN, 1999, p. 35).

[...] na medida em que os homens se organizavam em comunidades e modificavam seus instrumentos e formas de trabalho, os seus conhecimentos eram disseminados através das trocas de informações, cujos conteúdos eram apropriados em benefícios das comunidades, porque até então, as mudanças nas bases técnicas se davam sob o domínio do homem, que “humanizava” a natureza, ao mesmo tempo em que dela extraía os produtos necessários, primeiro para a subsistência e, logo depois, para a troca (CAPORAL, 1991, p. 26).

Isto vinha acontecendo desde a pré-história, no neolítico ocorre um aumento dos habitantes nas vilas formadas próximo aos campos de coleta de cereais selvagens e de caça. Com o tempo e a predação contínua destes recursos naturais, antes abundantes, começam a escassear. Como já haviam desenvolvido as ferramentas necessárias, possuíam uma densidade demográfica favorável e o tempo disponível, o homem do Neolítico passa a domesticar plantas e animais, ou seja, já haviam acumulado conhecimento suficiente durante as gerações passadas para evoluírem definitivamente de coletores-caçadores para agricultores-criadores (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 97-117).

Ainda segundo Mazoyer e Roudart duas formas de irradiação do conhecimento ocorreram nesse período, sendo a primeira pelo próprio avanço dessas comunidades para novas áreas. A segunda seria através da troca de saberes, ferramentas, sementes etc. com outras sociedades de caçador-coletores (2010, p. 97-117).

Para Mazoyer e Roudart a evolução da agricultura ao longo de milênios se dava na velocidade da construção do aprendizado coletivo, sempre dado na forma da transmissão via gerações seja inter ou intrageracional. Esse acúmulo de conhecimento se dava de forma

própria para cada região (CAPORAL, 1991; GUZMÁN, 1999). Como ocorreu, por exemplo, na Europa nos períodos descritos pelos autores como: da agricultura primitiva do neolítico (cultivo temporário de derrubada-queimada), da agricultura antiga (alqueive tração leve), da agricultura medieval (alqueive tração pesada) e da Primeira Revolução Agrícola dos tempos modernos que é marcada pela adoção dos sistemas sem pousio. Além do fim do sistema de alqueive ela causou transformações no acesso à terra que até esse período eram de uso coletivo. As áreas passam a ser permanentemente cultivadas com os cereais e após com pastagens cultivadas ou tubérculos e para tanto são individualizadas e cercadas. Estas mudanças ocorrem lentamente e de forma paralela ao desenvolvimento da Revolução Industrial, com o crescimento do comércio e das áreas urbanas. O que se concretiza com o fim do feudalismo e da servidão, possibilitando que os excedentes agrícolas produzidos fossem consumidos e comercializados e pela sua abundância acabando com a grande escassez de alimentos. Nesse período são criadas tanto na Europa como nas colônias estradas de ferro que permitiram a abertura de novas áreas associado ao uso de novos equipamentos industrializados. Criam-se os mecanismos necessários para “[...] tirar do isolamento e estabelecer a concorrência entre o antigo e o novo mundo, utilizar maciçamente os corretivos e para começar a utilizar os adubos minerais de origem longínqua” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 418). Essas alterações não se dão apenas no campo do conhecimento técnico da agricultura, mas são acompanhadas de profundas mudanças sociais e econômicas que foram centrais na decomposição do feudalismo e do surgimento do capitalismo (EHLERS, 1996).

Sendo assim estão criadas as condições, segundo Mazoyer e Roudart para a chamada Segunda Revolução Agrícola. Transformando um agricultor autossuficiente num agricultor especializado, que passa da condição de fornecedor de excedentes agrícolas (alimentos, produtos manufaturados etc.) para a condição de consumidor de máquinas, insumos e produtor de matérias-primas para as indústrias ou agroindústrias. Provoca uma horizontalização da produção onde determinadas regiões se especializam em um ou em poucos produtos motivadas pelas condições edafoclimáticas favoráveis e uma verticalização dessa produção, separando em atividades anteriores à produção (indústrias, comércio de insumos e máquinas), em atividades posteriores à produção (indústrias voltadas à transformação das matérias primas agrícolas e o comércio da produção) e da produção propriamente dita. As máquinas começam a substituir a mão de obra no campo, aumentando em muito a capacidade produtiva do trabalhador rural. Segundo Lênin a massa de trabalhadores industriais crescia mais pelo aporte dos excluídos da agricultura do que devido

ao crescimento vegetativo das cidades. Essas pessoas expulsas do meio rural contribuem para a formação do mercado interno de consumo, pois passaram da condição de produtores para a de consumidores (1982, p. 15).

Além da divisão material das fases da produção, ocorre a separação do processo da criação do conhecimento agrônomo, que passa também a ser produzido em outras instâncias além da propriedade rural. Enfim a produção intelectual agrônoma, por ser produzida por terceiros, necessitará de outras formas de difusão e de informação, realizada por meios especializados e hierarquizados. Neste sentido o Conhecimento passa a ser gerado longe do local da produção em centros de pesquisas, instituições de ensino e nas próprias indústrias (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 420). Sendo assim a Segunda Revolução Agrícola no mundo (a agricultura em base industrial, apoiado na química, mecanização e na genética) mudou/substituiu radicalmente as técnicas de produção agrícola, a ponto do conhecimento acumulado, transferido de pai para filho, perder a utilidade/função.

Como consequência disso, apesar dos limites impostos pelos condicionantes naturais, ocorreu uma artificialização mundial da produção, no sentido de que as Ciências Agrárias avançaram de tal forma que conseguiram produzir variedades e produtos que podem ser utilizados em diferentes ecossistemas. Isto provoca uma homogeneização sociocultural o que leva a uma erosão do conhecimento local e uma enorme perda da diversidade genética de culturas e criações localmente domesticadas e por gerações adaptadas às condições do ecossistema (GUZMÁN, 1999, p. 35). Como afirma Silva: “[...] é como se o homem passasse a fabricar as terras necessárias através das técnicas que desenvolveu [...]” (1982, p. 45).

Por outro lado, com isso se cria outro problema, pois estes conhecimentos e técnicas tinham que chegar até os agricultores. Essa transferência de tecnologia não se dá de uma forma direta e imediata, a invasão cultural foi planejada e incentivada pelo capitalismo industrial. Várias foram as tentativas de tirar o campo do atraso, algumas experiências serão descritas a seguir, mas essa missão de transmitir, repassar ou difundir o conhecimento científico fica a cargo da chamada Extensão Rural que se utiliza dos Métodos de Extensão para alcançar o seu intento.

Em sua origem, nos Estados Unidos da América, foi de uma forma voluntária e participativa dos produtores rurais do sul que precisavam se adequar ao novo modelo de agricultura empresarial/industrial e ao fim da escravatura imposto pelo norte. Estes tentaram inicialmente soluções entre os produtores com melhores resultados e na sequência buscaram o apoio junto às universidades para difundir as novas tecnologias. Cabe ressaltar que o fato histórico da Guerra da Secessão é um marco da passagem do modelo de agricultura

escravagista do sul para o modelo de agricultura mercantilista e capitalista do norte (FONSECA, 1985). Anos após é que ocorre a intervenção do estado através do Cooperative Extension Service (Serviço Cooperativo de Extensão), ou seja, por meio de uma instituição pública (OLINGER, 1996). Já no caso brasileiro ocorre uma intervenção do governo apoiado pela International Association for Economic and Social Development – AIA, inicialmente com um processo voltado ao desenvolvimento comunitário, utilizando o Crédito Rural supervisionado como a principal ferramenta para promover a “melhoria das condições sociais”. Mas já em meados da década de 60 e com maior profundidade na década de 70 passa a adotar o difusionismo inovador como base teórica e o Crédito Rural Orientado como sua principal ferramenta de trabalho para que sejam adotadas as tecnologias modernas e tirar a agricultura do atraso (FONSECA, 1985).

Neste sentido Paulus afirma que a extensão rural no Brasil se baseia nos pressupostos de Schultz, que através da adoção das tecnologias modernas, produzidas pela indústria promoveriam a melhoria da renda através do aumento da produtividade e em consequência da produção. Ou seja, “[...] *a adoção de tecnologias modernas gera maior rendimento na agricultura, o qual resulta em maior bem-estar social*” (1999, p. 24). E ainda, a elite dominante considerava que a reforma agrária não era necessária. Isso realmente aconteceu, com o agravante de uma grande concentração de terras e de renda na mão dos grandes e médios produtores, por este motivo chamado por alguns de modernização dolorosa (SILVA, 1982).

Dentro desse quadro é que surge a Extensão Rural a partir da necessidade da difusão do conhecimento científico produzido longe do ambiente agrícola e voltado ao consumo de produtos industrializados. Sendo assim, em seu percurso histórico a Extensão Rural tem utilizados diversos princípios pedagógicos e criado diversos métodos de extensão passando por várias etapas: em seu princípio como um processo de educação informal; passa pelo período do difusionismo inovador até a demanda atual por uma maior participação dos agricultores, sendo o uso atual dos métodos o foco da análise deste trabalho. Nas próximas seções serão detalhados mais estes fatos, iniciando por algumas experiências precursoras de extensão rural no mundo, sobre o seu surgimento como instituição nos Estados Unidos da América, a sua aplicação no Brasil e a proposta atual da PNATER.

As considerações feitas sobre exclusão do conhecimento local do processo produtivo ao longo da história, sendo substituído de forma impositiva pelo conhecimento científico através da industrialização da agricultura e do desenvolvimento do capitalismo no campo, tem o objetivo de fazer um breve resgate desse descaminho, pois se considera que: “Mesmo com

toda a artificialização produzida pelo conhecimento científico, trazido de fora, ainda é necessário que as ciências agrárias se apoiem tanto nos conhecimentos da natureza, quanto nos conhecimentos locais” (COELHO, 2005).

## **1.2 As experiências precursoras de Extensão Rural**

No caso brasileiro a Extensão Rural como instituição e política pública, foi instituída, no final da década de 40, tendo como modelo o exemplo norte americano. Entretanto como será visto a seguir existem algumas experiências no mundo e no Brasil que antecedem o modelo preconizado a partir dessa década (OLINGER, 2006, FONSECA, 1985).

Neste sentido a história aponta para várias ações precursoras da extensão rural no mundo: no antigo Egito instrutores do faraó ensinavam a plantar trigo às margens do Rio Nilo (OLINGER, 2006, p. 11); ensinamentos dos indígenas aos colonos ingleses na América do Norte (RIBEIRO, 2000, p. 29-30) e no Brasil os Institutos Imperiais através da pesquisa, ensino agropecuário e também a difusão das tecnologias (PEIXOTO, 2008, p. 11-13).

Para Trujillo na França, já no século XVIII, durante o período iluminista, os fisiocratas defendiam a difusão da chamada nova agricultura ou agricultura modernizada inglesa, que ia além da simples difusão da tecnologia, mas também da adoção do modelo de grandes unidades agrícolas. Portanto seus esforços na divulgação dos aspectos tecnológicos não eram seu objetivo principal, mas sim o da consolidação das suas ideias sobre a interpretação dos fenômenos econômicos frente ao feudalismo (1996, p. 74), mesmo assim este se caracteriza também como uma forma precursora do extensionismo. Trujillo chama de “Ilustración Agraria” (1996, p. 75), ou seja, a ação do iluminismo durante esse período sobre o modelo agrícola e feudal da época. Isso ocorre de forma similar em outros países da Europa cada qual com suas particularidades criando novas formas precursoras da extensão, na Espanha para a eliminação dos estorvos, na Itália os padres como os primeiros agentes de extensão etc.

No Brasil, também podem ser mencionadas algumas experiências como precursoras da Extensão Rural, consideradas por Olinger (1996) como iniciativas isoladas e esporádicas, sem existir uma ligação entre elas ou uma intenção de continuidade. Destaca-se nesta trajetória, a época do Império, através dos Institutos Imperiais.

O governo federal propunha, já na legislação de meados do século XIX, algumas ações de extensão rural, embora muito rudimentares ou implícitas em outras políticas públicas. Por exemplo, os registros do Sicon mostram que em 1859 e 1860 foram criados 4 institutos imperiais de agricultura, que possuíam, principalmente,

atribuições de pesquisa e ensino agropecuário, **mas também de difusão de informações** (PEIXOTO, 2008, p. 11, grifo nosso).

Peixoto (2008) identificou na legislação da época que além da pesquisa e do ensino estes deveriam fazer a difusão das informações produzidas pelos seus pesquisadores e pelos seus mestres através de concursos, exposições e a publicações dos resultados de suas pesquisas via periódicos.

Estes métodos até hoje são utilizados pelas organizações públicas de Extensão Rural e fazem parte de uma gama maior propagados pelas instituições de ensino. Previa ainda a criação de Escolas de Agricultura, dentro dos Institutos, destinadas a ensinar essas novas tecnologias, princípios e noções gerais para os agricultores e também que existiriam agricultores profissionais, que dariam as instruções que fossem solicitadas e que poderiam realizar visitas às propriedades rurais ensinando e orientando os agricultores ou os donos dos estabelecimentos quando fosse possível (PEIXOTO, 2008, p. 12-13).

Outra experiência precursora, segundo Peixoto, é o Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, sancionado pelo presidente Nilo Peçanha que regulamenta o Ensino Agrônomo, que, além de tratar do currículo dos profissionais elenca algumas atribuições típicas da assistência técnica e extensão rural que ficariam a cargo destas instituições de ensino como, por exemplo: oferta de cursos ambulantes para produtores (art. 359); atendimento às consultas formuladas pelos produtores, criadores ou industriais do setor (art. 379); realização de conferências seguidas de demonstrações práticas (Capítulo XLIII); criação de Campos Modelos (Capítulo XLII) e criação das Fazendas Experimentais (Capítulo XLIII) destinadas a demonstrar e divulgar os conhecimentos práticos desenvolvidos ou adquiridos nesses institutos.

Uma das experiências pioneiras foi a da Escola de Agricultura de Viçosa (ESAV), fundada pelo norte-americano Peter Henry Rolfs, hoje Universidade Federal de Viçosa, com as denominadas “Semanas do Fazendeiro” a partir de 1929. A ESAV, anualmente, organizava encontros com agricultores que eram hospedados na Escola e recebiam aulas práticas com demonstração de métodos: para os homens com temas agropecuários e para as mulheres temas de economia doméstica (PEIXOTO, 2008, p. 15; OLINGER, 1996, p. 43). Outras iniciativas de caráter extensionista foram: as “Semanas Ruralistas” nas quais eram ministradas palestras e demonstrações de método, (uma ação do Ministério da Agricultura, das Secretarias Estaduais de Agricultura, das Escolas de Agronomia e da Igreja Católica); os “Postos Agropecuários”, criados pelo Ministério da Agricultura, que se constituíam numa espécie de fazendas modelos que serviam como referência prática e para a prestação de assistência

técnica aos agricultores próximos da região onde estavam situados e as “Missões Rurais”, uma proposta conjunta dos ministérios da Agricultura, Educação e Saúde, que eram formadas por equipes multidisciplinares constituídas por agrônomos, médicos, sociólogos, assistentes sociais que se deslocavam em conjunto no interior (OLINGER, 1996, p. 44-46).

### **1.3 A experiência norte-americana**

Já a utilização de métodos de extensão rural de uma forma mais sistêmica tem origem nos Estados Unidos no século XIX no período pós-guerra da Secessão. É o marco da passagem da economia americana apoiada na agricultura baseada na mão de obra escrava para uma sociedade industrial (TRUJILLO, 1996, p. 74-93). Marca o início da industrialização/modernização da agricultura e do surgimento das grandes empresas capitalistas e ainda a entrada no mercado mundial de produtos agrícolas.

Sendo assim os produtores se viram ameaçados com a perda do seu modelo de produção escravagista do Sul em comparação ao modelo de produção empresarial/capitalista do Norte. Os produtores além de perderem sua mão de obra barata necessitavam melhorar sua produtividade para que se tornassem competitivos não só no mercado interno, mas também no mercado de âmbito internacional dominado por grandes empresas. Este quadro é agravado pelo aumento expressivo da produção acompanhada de uma queda acentuada dos preços dos produtos agrícolas. Por outro lado a medida que a agricultura começa a se tornar consumidora de máquinas, equipamentos e insumos externos crescem os custos de produção. Inicialmente os produtores se organizam em associações agrícolas com a finalidade de discutir e buscar soluções para os seus problemas relacionados principalmente à produtividade e a comercialização (FONSECA, 1985).

A abolição da escravatura não foi o fator principal que gerou a guerra, mas foi uma de suas bandeiras, inclusive para despertar o apoio de países Europeus para fortalecer o Norte. O que ocorreu foi a luta entre dois modelos econômicos, o modelo do latifúndio monocultor e escravagista versus o modelo da agricultura empresarial e industrial. O primeiro baseado numa estrutura de produção escravista, monocultora e de grandes propriedades e a segunda numa estrutura mercantil e capitalista (FONSECA, 1985, p. 37). O pano de fundo era o da indústria capitalista norte americana querendo expandir seus mercados consumidores através do aumento do consumo dos produtos industrializados no país e de garantias de proteção alfandegárias bloqueando ou diminuindo assim as importações. Em resumo foi uma guerra

entre a velha oligarquia rural contra a nova oligarquia industrial/empresarial que se formava (FONSECA, 1985, p. 37-39; SOUZA, 2012; TRUJILLO, 1996, p. 91-93).

Sendo assim, inicialmente os próprios pequenos fazendeiros se organizaram em associações que através de reuniões e palestras de produtores mais esclarecidos procuravam solucionar os seus problemas. Por volta de 1870, organizados na forma de Conselhos de Agricultura e em parceria com as universidades passam a organizar palestras, cursos ministrados pelos professores e pesquisadores que faziam esse processo de difusão. Com o tempo foram sendo acrescentados folhetos e os técnicos dos governos estaduais e federais passam a colaborar com esses eventos. Entretanto essas ações não garantiam que as novas tecnologias científicas fossem adotadas pela população. Não adiantava dizer apenas qual era o caminho, mas era necessário encontrar novos mecanismos que mostrassem ao agricultor em sua própria terra e condições as alternativas existentes na época. Assim surgem como grandes promessas os campos demonstrativos implantados pelos colégios agrícolas e os trabalhos de demonstração (FONSECA, 1985, p. 37-39; SOUZA, 2012; TRUJILLO, 1996, p. 91-93).

Com o tempo as próprias estruturas capitalistas sentem a necessidade de transferência dos resultados e das informações produzidas nas unidades de pesquisa e de ensino. Servem como exemplo os proprietários das Ferrovias que pretendiam aumentar o volume de produtos a serem transportados e as indústrias ávidas por ampliar o seu mercado de insumos, máquinas e equipamentos (FONSECA, 1985, p. 37-39).

Portanto, com influência direta desses setores, estas experiências começam a ser apoiadas pelo governo americano, através ação dos representantes políticos das indústrias e do setor agrícola. São três os atos legislativos considerados como Marcos Legais do Extensionismo Americano: 1º) A Lei de Merrill de 1862 que cria condições para a criação do ensino universitário de ciências agrícolas; 2º) A Lei Hatch 1877 que promoveu a criação das estações experimentais; e 3º) O serviço de extensão este serviço que foi institucionalizado no ano de 1914 pela lei Smith-Lever. Este, por sua vez, passa a atuar com a função de levar o conhecimento aos agricultores criando o Serviço Cooperativo de Extensão Rural (QUEDA, 1987, p. 33), se constituindo num instrumento de educação informal. Os métodos mais utilizados eram as palestras, as semanas, as feiras, os concursos e com o passar dos anos outros métodos foram sendo criados como, por exemplo, o método de ensino chamado nos dias de hoje de Demonstração de Método (DM), sendo seu idealizador o Dr. Seaman A. Knapp, considerado o pai da metodologia da Extensão Rural. Tem como princípio pedagógico “*aprender fazer, fazendo*” ainda presente e utilizado hoje em dia nos principais órgãos de extensão do País. Com o tempo passaram a realizar reuniões e cursos para as mulheres, dando

origem à chamada economia doméstica, o que Trujillo denomina de promoção integral da família campesina (1996, p. 94). Este modelo é considerado cooperativo, pois era financiando de forma conjunta pelos Governos Federal, Estadual e pelos Condados. (OLINGER, 1996, p. 16-17; RIBEIRO, 2000, p. 29-32; FONSECA, 1985, p. 37-40; TRUJILLO, 1996, p. 94- 97).

A partir de 1914 todas aquelas atividades e experiências desencadeadas no sentido de buscar consolidar novas técnicas de ensino, que permitissem o desenvolvimento capitalista da agricultura serão sistematizados. Esse conjunto sistematizado de técnicas de ensino (da conferência à fazenda-modelo, do trem demonstrativo às experiências de Seaman A. Knapp) servirá à extensão rural para estruturar e para desenvolver a sua concepção de assistência técnica à agricultura como um processo educativo (QUEDA, 1987, p. 69).

Neste sentido segundo Mussoi, existem dois momentos distintos na história da extensão rural americana. O primeiro é quando os produtores se reúnem em grupos e buscam de uma forma autônoma, soluções alternativas para os seus problemas e ao esgotarem as possibilidades locais buscam junto às instituições de ensino e pesquisa, atores externos ao seu meio social, as inovações tecnológicas ou respostas às suas dificuldades. E o segundo momento é o da institucionalização da extensão, de quando o estado passa a assumir, mesmo que de forma cooperativa, efetivamente os seus custos, planejamento etc. (MUSSOI, 1998).

Outro fator interessante na história do extensionismo norte-americano é o fato de que o crédito não estava ligado à extensão rural, ao Cooperative Extension Service. Habitualmente o agricultor americano recorria às instituições bancárias quando necessitava de algum tipo de suporte financeiro, portanto já existia uma considerável relação entre o setor agropecuário e o setor financeiro (FIGUEIREDO, 1984, p. 19-25).

Todavia, com a crise financeira de 1929/1930, muitos estabelecimentos agrícolas faliram ou se encontravam em situação crítica. Para enfrentar essa crise o Governo de Roosevelt lançou o New Deal, que foi um conjunto de medidas que visavam recuperar a economia norte-americana. No caso da agropecuária o governo propôs aos agentes financeiros e ao Cooperative Extension Service um novo modelo de crédito subsidiado, mas que para ter acesso o produtor teria que seguir regras rígidas sendo orientado e assistido pela assistência técnica de forma contínua e obrigatoriamente deveria seguir os preceitos da nova agricultura científica (FIGUEIREDO, 1984, p. 19-25). Entretanto os agentes financeiros e o serviço de extensão não aceitaram, os primeiros pelo fato de que temiam uma inadimplência generalizada caso houvesse uma frustração de safra. Já o segundo considerava que o caráter de assistência proposto era fiscalizatório e coercitivo, diferindo do modelo educativo e voluntário que esse serviço prestava. Devido a não adesão destas duas instituições o governo

Roosevelt cria a *Farm Security Administracion* (FSA) que se encarrega da liberação dos recursos do crédito e também das orientações técnicas, ou seja, os agricultores ficam de certa forma tutelados para garantir a boa aplicação dos recursos até que consigam sair de suas dificuldades financeiras (FIGUEIREDO, 1984, p. 19-25).

#### **1.4 O início da Extensão Rural no Brasil de forma institucionalizada**

Segundo Olinger (1996) a partir da experiência americana e com apoio da American International (AIA), a extensão rural no Brasil e em outros países da América Latina passa a existir a partir da década de 40, de uma forma institucionalizada. Especificamente no caso brasileiro:

Por influência de professor John B. Greefing. Diretor da Escola de Agronomia de Viçosa e ex-dirigente da American International (AIA), uma instituição filantrópica, presidida pelo Sr. Nelson Rockefeller, contratou o engenheiro agrônomo Marcos C. Pereira, (que vive até hoje, março de 1995, em Campinas – SP) para implantar um trabalho cooperativo entre os agricultores, prefeitura, firmas locais e o governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura e Saúde, no município paulista de Santa Rita do Passa Quatro (OLINGER, 1996, p. 46).

Essa experiência veio dar origem, no final de 1948, a Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural de Minas Gerais (ACAR-MG). Buscava através de processos educativos, elevar o nível de vida das famílias rurais mineiras, se apoiava na assistência técnica combinada ao crédito para promover essas mudanças (OLINGER, 1996, p. 48). A inspiração desses modelos veio das experiências norte-americanas de extensão rural e de crédito supervisionado, que em sua origem não nasceram casados, como já comentado anteriormente.

A primeira era um processo de educação informal para o campo criado com a participação direta do produtor rural norte-americano que buscou junto às instituições de ensino e pesquisa o conhecimento científico para conseguir permanecer no novo modelo de produção empresarial capitalista. Já o crédito foi uma ação posterior para viabilizar as mudanças tecnológicas necessárias e para o aumento da competitividade da agricultura norte-americana. Cabe ressaltar que os produtores rurais norte-americanos já tinham incorporado a prática de transações bancárias antes mesmo do aporte oficial para o novo modelo de crédito.

Na experiência americana, cuja prática de transações bancárias já era uma constante para os agricultores, o ‘crédito supervisionado’ não era um elemento que vinha associado à ação extensionista. Esta modalidade – extensão e crédito – era uma experiência que se implantava somente nos países ‘subdesenvolvidos’ e que no

Brasil começou com a experiência da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), em Minas Gerais. (FONSECA, 1985, p. 81-82).

Assim sendo, no Brasil a experiência pulou algumas fases que ocorrem durante a formação do extensionismo norte-americano. Em primeiro lugar, não foi uma reivindicação legítima dos agricultores brasileiros, mas sim uma iniciativa consentida pelas elites brasileiras (FONSECA, 1985, p. 54-55).

Outro fator importante foi que não se alterou o modelo de exploração na base do latifúndio. Existia uma espécie de acordo informal entre a velha elite agrária e a nova elite industrial que se formava. A educação informal torna-se uma possibilidade de elevar o nível cultural do agricultor e seu conhecimento das novas tecnologias produzidas pela ciência. Assim elevaria a sua renda e em consequência seu nível de vida sem modificar a estrutura fundiária vigente no país. E o Crédito passa ser utilizado de forma casada para viabilizar as adequações necessárias ao novo modelo de produção que se impôs ao campo. Inicialmente com o crédito supervisionado que visava à propriedade como um todo e após com o crédito orientado que visava apenas a produção agrícola (FONSECA, 1985, p. 54-67; QUEDA, 1987, p. 70-76; OLIVEIRA, 1984, p. 72-76). A luz das circunstâncias históricas da implantação do extensionismo brasileiro considera-se que:

[...] não pode ser tomada como a de mais um país que adotou o modelo de adoção difusionista americano do início do século, mas sim como uma experiência singular em termos da formação social aqui preconizada, e como algo consentido pelas elites na defesa de seus interesses imediatos e não como algo necessário e imprescindível aos interesses das camadas populares rurais (FONSECA, 1985, p. 66).

Segundo Fonseca a escolha de Minas Gerais não foi por acaso, mas para conter o grande êxodo rural em direção a São Paulo, capital, e por outro lado para mudar a situação econômica do homem rural, mantendo a produção de fibras e de alimentos. A situação econômica brasileira causada pela crise internacional de 1929 desestabiliza o poder das oligarquias conservadoras favorecendo as elites emergentes, ligadas as indústrias, que impõem um novo rumo à política econômica do país. O êxodo é originário da crise que se encontravam as grandes culturas (1985, p. 58-75).

Tornou-se necessário que o setor agrícola deixasse de ser um mero setor de exportação, para que, além disso, passasse a garantir a produção de fibras e matérias primas para a indústria nacional, em ascensão, e de alimentos baratos para os operários. Além da situação econômica e social associada à vontade política do fortalecimento do estado mineiro

no cenário nacional existia a característica do mineiro, povo desconfiado por natureza. Se a experiência desse certo em Minas Gerais daria nos demais estados (1985, p. 58-75).

Sendo assim o sistema de extensão rural no Brasil seguiu a conjunção destes dois modelos, de Extensão e Crédito norte americanos. Formando um novo modelo de extensionismo, que em seu nascedouro já se baseava no crédito para alavancar as mudanças na sociedade rural brasileira e tirar a população do atraso, além de elevar seu padrão de consumo. Desde o seu início o crédito era vinculado à utilização de insumos externos e em sua maioria importados dos países que supostamente financiavam de forma “caridosa” o desenvolvimento dessas comunidades. Portanto o modelo brasileiro de extensão se difere fortemente do modelo americano, no tocante a promoção da participação e da educação. Trata-se de um modelo focado na transferência de tecnologias promovendo o acesso do homem rural no mercado como consumidor de bens e serviços e não apenas como produtor de matérias primas e de alimentos (FONSECA, 1985; OLIVEIRA, 1984).

Cabe citar que um dos promotores e financiadores iniciais foi indiretamente o governo dos Estados Unidos da América (EUA), apoiado num programa de ajuda aos países subdesenvolvidos denominado Ponto IV, através do Escritório Técnico de Agricultura (ETA), com sede no Rio de Janeiro que apesar de sua estrutura ser formada por brasileiros mantinha a figura de um codiretor norte-americano. Segundo Olinger, “o ETA foi um grande estimulador da Extensão Rural, no Brasil”. Através de seus projetos foram originadas as Associações estaduais, por exemplo: Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR originada a partir do projeto ETA-11 no ano de 1955; projeto ETA – 15 no Paraná e o ETA-17 no estado de Santa Catarina no ano de 1956 (OLINGER, 1996, p. 54-56.) Esta ação não foi gratuita, mas intencional por parte do governo americano associado ao seu capital industrial. De um lado pretendia manter a hegemonia e expandir o poder econômico dos Estados Unidos sobre os países subdesenvolvidos e por outro era uma ação antiavanço do comunismo, pois as classes mais empobrecidas eram vistas como focos potenciais de revolta e surgimento de movimentos sociais. Neste fato cabe resaltar a ação de Nelson Rockefeller através da American International Association (AIA), fundada por sua família com caráter “filantrópico”, mas que no fundo defendiam os interesses econômicos e expansionistas do Grupo Rockefeller e de dominação econômico-ideológica do governo norte-americano e todo o seu esforço anticomunista (FONSECA, 1985, p. 54-67; QUEDA, 1987).

## 1.5 Fases da extensão quanto à intencionalidade política e caráter pedagógico

A fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em Minas Gerais em cooperação com a AIA, em 1948 é o marco do início da extensão rural pública institucionalizada no Brasil. Que foi moldada no modelo norte-americano que, no caso, juntou a experiência de educação não formal e assistência técnica com o crédito rural, criando na verdade um novo modelo de Extensão Rural. Foi uma ação intervencionista do Estado em parceria com entidades internacionais e não um processo construído a partir das necessidades dos agricultores em relação a sua necessidade de melhorar sua competitividade frente ao um mercado em renovação e de reestruturação social, econômica e política, como ocorreu nos Estados Unidos após a Guerra da Secessão conforme abordado brevemente na seção 1.3 – A experiência Norte Americana (FONSECA, 1985; OLIVEIRA, 1984).

Para melhor entendimento do uso dos métodos e os processos pedagógicos envolvidos será utilizada a divisão das fases da Extensão Rural Brasileira elaborada por Rodrigues: a fase do Humanismo Assistencialista, do Difusionismo produtivista e do Humanismo Crítico (1997, p. 120-127).

### 1.5.1 Fase do Humanismo Assistencialista

Em sua primeira fase do humanismo assistencialista a Extensão Rural (RODRIGUES, 1997, p. 120-140), do seu começo até o início da década de 1960, baseia-se no modelo americano, com adequações aos chamados, países subdesenvolvidos. Para Souza no período de 1950 – 1960 os métodos massais de comunicação eram os priorizados para atingir o maior número possível de produtores com o objetivo de aumentar a produção de alimentos para a população, fibras para indústria e o principal produto de exportação da época, o café (1987, p. 189). Foram produzidos manuais e receituários que serviram de cartilha, sem sustentação teórica, para os técnicos que vieram a trabalhar nesse período. Inicialmente houve um uso exagerado de métodos audiovisuais que não surtiram o efeito esperado de informar e persuadir. Assim passa para um modelo educativo e com um contato mais direto com o produtor substituindo, em parte, os inicialmente utilizados, os “mass media” (FONSECA, 1985, p. 39-42).

Nesta fase Rodrigues considera que a extensão rural tinha um trabalho menos atrelado às Políticas de Estado, pois apesar do setor agrícola servir de base para o crescimento da indústria ainda não era visto como um potencial para o consumo de bens industrializados.

Considera que a Extensão Rural fazia seu papel de forma descompromissada com as oligarquias, podendo seguir o modelo de educação informal no campo, onde eram vistos e trabalhados, não só a área produtiva, mas a família, seu bem estar, moradia, saúde, ou seja, buscava-se a melhoria da condição social da família e tinham como instrumento principal o Crédito Rural Supervisionado (CRS) (RODRIGUES, 1997).

A fase humanista resgatava a ideia do “educativo”, estava muito associada ao modelo de desenvolvimento comunitário, muito mais do que a difusão de técnicas agrícolas. As principais características do período humanista foram: ações mais genéricas – conforme as necessidades, não necessariamente produtivas, autonomia do técnico na definição das ações e métodos, CRS para toda a propriedade, desenvolvimento de comunidades etc. Segundo Queda esse modelo visava o chamado desenvolvimento comunitário isso explicaria, em parte, a liberdade na definição dos métodos e de não ser necessariamente produtivista, mas existe um pano de fundo político ideológico por trás disso. O que caracterizou este período foi o conflito entre o setor industrial e os grandes proprietários de terras, pois ambos buscavam uma hegemonia política e controle do poder. Portanto, estes dois setores precisavam se aliar para manter o controle sobre o trabalhador rural e o trabalhador urbano: os industriais visavam à implantação do seu projeto de desenvolvimento capitalista e os latifundiários pretendiam preservar a estrutura de posse das terras (QUEDA, 1987, p. 78).

Por outro lado pretendia-se elevar o nível educacional para garantir a melhoria da renda e condições de vida das classes mais empobrecidas sem mexer na estrutura social e de poder, tento como “[...] *a noção de comunidade rural entendida como uma organização social e homogênea, sem conflitos internos de interesses* [...]” (QUEDA, 1987, p. 78). Como se as mazelas das diferenças gritantes das classes sociais fossem oriundas da ignorância da população e não fruto das diferenças sociais originadas da estrutura de acesso a terra, das características de poder. Dessa forma o período humanista foi introduzido com um caráter educacional voltado ao desenvolvimento de toda a propriedade e as condições de vida.

A Extensão apresentava um caráter assistencialista, tinha em seus métodos e em sua filosofia a ideia de que seria baseado num processo educativo que se levaria o indivíduo à mudança de sua realidade, principalmente no aumento de sua produtividade através da mudança do seu referencial tecnológico, como podemos ver nas palavras de Olinger abaixo:

Nosso objetivo é participar no desenvolvimento do país, por meio da contínua elevação da produtividade do trabalho do homem do campo. [...] Sendo assim, a ação do agente extensionista é exercida com o homem visando aumento da sua capacidade produtiva, da renda e do seu bem estar (OLINGER, 1996, p. 260-261).

Portanto nesta fase existia certo equilíbrio entre o caráter técnico e o social, inicialmente pela própria constituição da equipe um técnico ligado a produção e uma professora voltada mais para o lado social, da família, saúde, jovens etc. Buscava-se a melhoria das condições de vida através da *“aceitação de novas ideias e conhecimentos, a renovação de hábitos e atitudes, no interesse da melhoria das condições da propriedade e do lar e da elevação do nível de vida das populações rurais”* (RODRIGUES, 1997, p. 123). Era voltada aos pequenos e médios produtores, os mais empobrecidos, sempre com base no CRS, o que garantia a interferência direta da equipe, pois em sua maioria as mudanças advinham das sugestões desta, e após sua execução era por ela acompanhada ou supervisionada como sugere o nome desta modalidade de crédito. Nesta fase um dos métodos mais comumente utilizados foi o método das propriedades demonstrativas que ofereceu outra opção de *“[...] ‘irradiação dos resultados alcançados’ através das visitas, excursões e treinamentos”* (SIMON, 2003, p. 224, grifo do autor).

#### 1.5.2 Fase do Difusionismo Produtivista

Apesar de a agricultura ter tido um papel importante ao fornecer o capital para a industrialização do país não era considerada como um mercado significativo. No momento em que a oligarquia industrial capitalista percebe que a agricultura tinha um potencial como consumidora de produtos industrializados e de fornecedora de matérias primas para a formação de um parque agroindustrial, passa a intervir nesse processo através de mudanças na própria Extensão Rural.

Os fatos que levaram as mudanças do foco da Extensão Rural não se deram pelo acaso dos fatos históricos, mas a partir de ações pensadas pelas classes dominantes do já instalado capitalismo industrial. Neste sentido Rodrigues utiliza os conceitos de seletividade das políticas públicas de Offe (1984 apud RODRIGUES, 1997, p. 117) para explicar as mudanças históricas da extensão rural e neste caso passando para a fase do Difusionismo Produtivista, através de uma ação mais efetiva da máquina do estado. Não estamos aqui afirmando que o estado não interveio na fase anterior, do Humanismo Assistencialista, mas que se portava de forma mais ausente, usando a própria extensão como uma forma de estar presente no meio rural, de intervir (RODRIGUES, 1997, p. 120-140).

A passagem de uma fase para a outra não se dá de forma imediata e igual em todos os estados brasileiros. Tem como marco referencial o ano de 1963, onde o CRS é superado em número de projetos e em valores pelo Crédito Rural Orientado (CRO). Passando do

assistencialismo para a pura difusão da tecnologia onde os recursos do crédito são todos direcionados à atividade produtiva (RODRIGUES, 1997, p. 120-140).

A fase do Difusionismo Produtivista é duramente criticada por inúmeros autores principalmente por deixar de lado os princípios de educação e por passar a utilizar-se da comunicação, ou mera propaganda, para difundir o uso de inovações tecnológicas desconsiderando completamente o saber local, com o interesse de introduzirem o agricultor no mercado de consumo de insumos e máquinas agrícolas e produção de produtos padronizados para o parque agroindustrial que se formava (RODRIGUES, 1997, p. 131).

São reduzidas as ações com o CRS e as demais formas de atuação, trabalho com jovens (4S), mulheres etc. restando, praticamente, apenas o CRO e estritamente vinculado à aquisição de insumos, de máquinas e outros investimentos. Outra característica marcante é a substituição das equipes formadas por um técnico e uma professora, denominadas por Rodrigues de “*equipes casadas*”, por equipes formadas por agentes técnicos, profissionais da Agronomia, Medicina Veterinária e Técnicos Agrícolas, a área social no tocante a administração do lar é substituída pelo enfoque da economia doméstica, tratando esta como uma atividade econômica, não mais como uma ação voltada ao bem estar da família rural (RODRIGUES, 1997, p. 124-125).

Proliferam-se as unidades locais especializadas, formadas por equipes de agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas que substituem as equipes ‘casadas’ de um profissional da agropecuária para uma economista doméstica, sinalizando a prioridade para atividades econômicas. [...] Com a redução do quadro de economistas domésticas, os trabalhos na área de bem-estar concentram-se nos aspectos de nutrição, saúde e educação [...] (RODRIGUES, 1997).

Como consequência da intensificação do CRO o extensionista acaba por individualizar cada vez mais o atendimento aos produtores e também passa a atuar mais com médios e grandes produtores que tem seu acesso ao crédito garantido e facilitado, já que os pequenos agricultores não dispunham das garantias necessárias exigidas pelos agentes financeiros. Em virtude da mudança na orientação do crédito crescem enormemente os números dos projetos realizados, mas decaem os números de produtores atendidos já que os métodos de extensão grupais são deixados de lado em função das visitas voltadas ao CRO.

A evolução que se vislumbra é de tal modo que muda a proporção dos técnicos da área agropecuária em relação aos da área social, reduz-se o volume de ações na ‘área social’, o CRS cede terreno ao CRO, os médios e grandes produtores começam a substituir os pequenos como público preferencial, a Extensão Rural expande sua estrutura de forma a aumentar sua abrangência geográfica, e o faz não mais amparada numa equipe padrão, mas preponderantemente com base num quadro de técnicos da área agropecuária, além de o escritório ser de um só técnico. Com a ‘equipe incompleta’, reduzida e a sua área de atuação ampliada, cresce muito o apelo

para o uso de métodos individuais, associados a uma frequência cada vez menor do produtor beneficiário por extensionista. Neste contexto deseja-se destacar o fenômeno da individualidade, aqui entendido como o desbalanceamento no uso dos métodos de Extensão Rural, em favor daqueles de natureza individual (OLIVEIRA, 1984, p. 92).

Dois marcos importantes na história da Extensão Rural brasileira e na opção pela difusão da tecnologia é a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA em 1972 e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER pelo decreto 75.373 em 14 de fevereiro de 1974 (OLINGER, 1996, p. 96).

Neste período o aumento da produção ainda se dava pelo aumento da fronteira agrícola. Pelo fato de que a difusão ficou a cargo da extensão, acabou por criar um distanciamento do pesquisador-produtor comprometendo assim “*os mecanismos de articulação entre as instituições de pesquisa e assistência técnica e extensão rural. O pesquisador, distante do produtor, tinha a sua agenda de pesquisa comprometida*” (SOUZA, 1987, p. 190). Com a criação da EMBRAPA, ocorre a regionalização das pesquisas. Foram criados vários centros de pesquisa nos estados brasileiros com um enfoque no aumento da produção de alimentos e fibras baratos para a alimentação dos moradores das cidades e matéria prima para as agroindústrias e principalmente para a exportação base da economia brasileira há décadas (SOUZA, 1987, p. 189-190).

Nem o incremento da produção agropecuária, nem a sua simultânea modernização tecnológica parecem ter sido influenciados pela pesquisa agrícola e pela assistência técnica nessa fase. A pesquisa limitou-se a expandir a base que herdara da fase anterior, ampliando suas estações experimentais e institutos no território brasileiro, sem, contudo resolver os problemas em relação à qualidade e à quantidade (SIMON, 2003, p. 154).

Já a criação da EMBRATER se dá pela necessidade do estado em controlar as empresas para adequá-las ao modelo de desenvolvimento proposto, como afirma Rodrigues: “[...] *caracterizando uma intervenção mais aguda do Estado nas ações de extensão rural, que a partir de então, sob o seu restrito controle, se torna um instrumento mais eficaz da política de acumulação capitalista no campo.*” (1997, p. 125). Como a EMBRATER era responsável por 50% dos valores obtidos pelas Associações Estaduais acaba exercendo uma pressão direta, forçando a criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER em sua substituição.

Com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), ocorre definitivamente o fortalecimento do Crédito Rural Orientado – CRO e que tem sua importância reconhecida pela EMBRATER, como principal mecanismo de viabilização da adoção dos pacotes

tecnológicos. Como consequência dessa intensificação o extensionista acaba por individualizar cada vez mais o atendimento aos produtores e também passa a atuar mais com médios e grandes produtores que têm seu acesso ao crédito garantido e facilitado, já que os pequenos agricultores não dispunham das garantias bancárias exigidas. Por outro lado os bancos apoiaram a elaboração de projetos cada vez mais complexos e burocratizados pelo aumento dos elementos garantidores e por não investir nada para esse intento, já que os custos do projeto sempre foram custeados pelos próprios produtores. Segundo Oliveira o projeto atinge um grau de “**fetichismo**” onde o projeto passa a ser a solução de todos os problemas, ou seja, o produtor para ter acesso aos “insumos modernos” passa a necessitar de um projeto para cada tipo de ação, sejam na aquisição de insumos, máquinas ou equipamentos. Os projetos tornam-se um instrumento de poder do técnico, pois o coloca numa condição de superioridade frente ao tomador de crédito devido ao modelo de linguagem utilizado, sua complexidade e suas especificidades na elaboração (1984, p. 86).

O projeto adquire o poder de fascinação sobre a massa de técnicos da área agropecuária. Em todas as situações o projeto é justificado. Quando nada, o projeto passa a ser um autoelogio para quem o faz, porque ao criar uma linguagem específica, seleciona o público e coloca o projetista em posição de ‘superioridade técnica’ com quem fala. E o processo e de tal forma envolvente que é continuamente realimentado. [...] Os formulários deixam de ser simples e passam a exigir notas explicativas, instrumentos de preenchimento [...] A complexidade e o tamanho são crescente, burocratiza-se uma atividade técnica. [...] Afinal, abre-se a brecha para mais uma especialização e mais uma posição de status’ (OLIVEIRA, 1984, p. 87).

Ainda segundo Oliveira, com a diminuição das equipes de trabalho, ou seja, equipes incompletas, o extensionista tem sua área de atuação ampliada e em consequência este passa a utilizar mais os métodos individuais de extensão, aumentando o número de projetos, mas em contrapartida diminuindo em muito o número de produtores assistidos ou como diz o autor “[...] *o acerbamento do uso de métodos individuais em detrimento dos grupais.* [...]” (1984, p. 87).

### 1.5.3 Fase do Humanismo Crítico

Na década de 80 surge a fase denominada de Humanismo Crítico, proposta que surge da efervescência da luta pela redemocratização do País e que deveria ser o modelo para a Nova República. Esta fase apresenta como principal característica a “[...] *promoção integral das maiorias demográficas do campo, mas sem paternalismo* [...]” (RODRIGUES, 1997, p. 127). Passa a adotar uma visão libertadora, onde o extensionista se “transforma” de um

manipulador para um interlocutor que dialoga democraticamente. O Agricultor passa a ser o sujeito das suas próprias mudanças e não mais um ente atrasado que necessitava ter sua condição social elevada via a adoção incondicional das novas tecnologias. Ambos passam a serem sujeitos, extensionista e produtor, interagem para juntos construir ou buscar a solução para as condições adversas em que se encontra independente da sua condição, seja proprietário, arrendatário, posseiro ou trabalhador rural.

Mesmo assim o progresso tecnológico continua como um meio da melhoria, mas reforçando: o que muda é a não imposição de pacotes tecnológicos e o engajamento nas lutas sociais das minorias historicamente marginalizadas pelos modelos de desenvolvimento e dos processos históricos da extensão rural. Em outras palavras o saber local começa a ser valorizado. Entretanto, ainda segundo Rodrigues este modelo não se consolida neste período. Sendo que a Nova República adota como uma nova “[...] *estratégia da política agrícola governamental, com a reforma ministerial, voltou-se para a obtenção das ‘supersafras’, pondo em cheque os antigos ‘compromissos sociais’ que o SIBRATER insistia em abraçar*” (RODRIGUES, 1997, p. 126-127).

Neste sentido a EMBRATER numa tentativa de se modernizar e por que não pela busca de uma mudança de seu foco de atuação e adequação aos anseios da sociedade da época (sociedade pensante), talvez um tanto elitizada, passa a mudar seu modelo de desenvolvimento rural para desenvolvimento rural ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo, mais “politicamente correto” para a época.

Na década de 80 a Embrater optou por apoiar um modelo de desenvolvimento rural ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo, e por estimular, dentro do Sibrater, ações voltadas prioritariamente para os pequenos produtores e assentados rurais do 1o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), criado pelo Decreto no 91.766, de 10/10/1985), além de novas metodologias de capacitação extensionista, baseadas em pedagogia de alternância (PEIXOTO, 2008, p. 25).

Entretanto como afirma Rodrigues “a fase do Humanismo Crítico teve vida curta, foi apenas esboçada” (1997, p. 126). Nos anos seguintes, durante o governo Figueiredo, acaba ocorrendo a extinção de várias estatais, fato conhecido como operação desmonte. No tocante a Extensão Rural, a tentativa de extinção da EMBRATER foi rechaçada pela ação política do setor extensionista, conseguindo reverter o ato presidencial via decreto legislativo. Entretanto no ano de 1990 através do Decreto nº 99.192 de 15 de março de 1990 o então presidente Collor a extingue definitivamente. A manutenção da extensão rural fica inteiramente a cargo dos Estados (PEIXOTO, 2008, p. 25-28).

A próxima seção tratará do caso específico de Santa Catarina que é o objeto de estudo deste trabalho, mais especificamente da UGT - 5.

## **1.6 A História da Extensão Rural na Epagri de SC**

Numa sintetização da história, no caso específico de Santa Catarina, a Extensão Rural em 08 de março de 1956 teve seu marco inicial através da criação do Escritório Técnico de Agricultura -17 - ETA17<sup>1</sup> (OLINGER, 1996, p. 54-56). O primeiro escritório local foi instalado no município de São José como projeto piloto e após foram instalados os primeiros escritórios no interior do estado nas regiões do Vale do Rio do Peixe nos municípios de Capinzal, Joaçaba, Herval do Oeste e Videira e do Vale do Itajaí nos municípios de Indaial, Ituporanga, Ibirama e Rio do Sul. Deste projeto originou-se a Associação de Crédito e Assistência Rural Do Estado de Santa Catarina - ACARESC em 21 de julho de 1957 baseado na experiência mineira e aos moldes da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais – ACAR (OLINGER, 1996). Esta por sua vez deu origem a EPAGRI pela incorporação de 4 entidades: a ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina, a ACARPESC– Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina, a EMPASC – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina e o IASC – Instituto de Apicultura de Santa Catarina, no ano de 1991 (SILVA, 2000, p. 144).

A extensão rural de Santa Catarina passou por diferentes fases em sua história, sem divergir das fases citadas anteriormente baseadas em Rodrigues (1997) que fala do caso brasileiro, utilizou-se a divisão proposta por Simon (2003) que subdivide em 4 fases relacionadas ao uso dos recursos naturais.

Estabelecemos para a extensão rural catarinense quatro fases em relação ao uso dos recursos naturais: a primeira fase se inicia em 1956 e vai até 1963, denominada de humanismo assistencialista, assumindo a classificação de Rodrigues (1994) já abordada no capítulo anterior; a segunda fase inicia em 1962, mas opera com mais intensidade a partir de 1964 constituindo a fase difusionista da extensão rural; a terceira fase inicia em 1979, mas opera com mais intensidade a partir de 1984, denominada de ‘gestão de recursos naturais’; a quarta fase ainda se encontra no campo da possibilidade e se caracteriza pelos sinais de uma possível passagem do ‘paradigma da gestão de recursos naturais’ para o ‘paradigma do codesenvolvimento’ revelados principalmente pelo Plano Estratégico da EPAGRI e o Projeto Piloto FAO/EPAGRI91, mas com mais ênfase a partir do lançamento do Projeto Microbacias PRAPEM 2, em 2002 (2003, p. 217).

---

<sup>1</sup> Vide páginas seção 1.5 O início da Extensão Rural no Brasil de forma institucionalizada

### 1.6.1 Fase do Humanismo Assistencialista em Santa Catarina

Esta fase não se difere dos demais estados, onde a modernização conservadora foi implantada, que compreende o período inicial até o ano de 1963. A ideia era a implementação do capitalismo no campo sem passar por uma transformação na sua estrutura agrária, desconsiderava o saber local, considerando o conhecimento científico como o único capaz de levar ao desenvolvimento, tirar o agricultor do atraso, através de um processo educativo que geraria o aumento da produtividade e melhoria de sua condição social. Esta postura da Extensão Rural passava “[...] pela necessidade de desqualificar o saber tradicional dos pequenos agricultores para assim poder adestrá-los e discipliná-los segundo a lógica do modelo capitalista de produção” (SIMON, 2003, p. 221). As características que podem evidenciar uma pequena diferença dos demais estados é a forte ligação com as agroindústrias e com o cooperativismo alicerçados pelo crédito rural. Já os agricultores que não aderiram às mudanças impostas, chamados de “resistentes”, acabaram sendo excluídos do processo da modernização conservadora (SIMON, 2003, p. 230-232). Mussoi considera que as mudanças nas políticas agrícolas a partir dos anos 50 e a da fase do Humanismo Assistencialista, apesar do seu caráter mais educacional, fazem parte de uma ação preparatória para a modernização da agricultura, para a introdução do capitalismo no campo e do entendimento que a agricultura é o suporte para o desenvolvimento industrial (MUSSOI, 1998).

### 1.6.2 Fase Difusionista em Santa Catarina

Esta fase equivale à fase do difusionismo produtivista, na proposta de Rodrigues vista na seção 1.6.2 (RODRIGUES, 1997, p. 120-140). Para Simon (2003) um dos fatores que diferenciam a fase difusionista é que o estado, a partir de 1964, passa a incluir a extensão rural em suas políticas públicas como executora e subordinada a seus planos e metas tanto estaduais como nacionais, voltada a uma estratégia de modernização da agricultura do estado. A ação extensionista passa a ser atrelada aos projetos políticos do estado, sem considerar as desigualdades sociais geradas no campo. Sua ação se baseia no uso do crédito rural orientado destinado aos produtores considerados inovadores, deixando de lado os “resistentes”, sem garantias bancárias e desprovidos de terras suficientes para absorver sua mão de obra.

Para alcançar esse intento utilizava-se de métodos de extensão com o objetivo transformar o agricultor atrasado num agricultor moderno e inovador. A ideia era de que a difusão de inovações se daria pela mudança do modo de pensar e de viver do homem do

campo. Por isso a educação, associada ao método, era a principal ferramenta utilizada para transferir a tecnologia moderna. Como resultados desse modelo, ocorreu um grande êxodo rural, um fortalecimento das agroindústrias e uma descaracterização do modo de viver e produzir dos diferentes grupos sociais catarinenses (2003, p. 232-245).

### 1.6.3 Fase da Gestão dos Recursos Naturais

A divisão das fases que Simon faz uma abordagem baseada mais numa visão do uso dos recursos naturais, mas traz elementos gerais da história da extensão rural catarinense que se relaciona com a fase do Humanismo Crítico de Rodrigues (1997). Esse é o período em que ocorre a abertura política no Brasil e como no resto do país os movimentos sociais buscam espaço para as camadas marginalizadas da população e um novo modelo de desenvolvimento. Em Santa Catarina, dois foram os momentos dessa busca. O primeiro foi o I Encontro Estadual Sobre Extensão Rural realizado no Morro das Pedras – Santa Catarina no ano de 1982, onde os próprios extensionistas fazem uma avaliação crítica do modelo de desenvolvimento agrícola e da Extensão Rural Catarinense propondo um novo modelo. O segundo foi o Seminário Regional da Juventude Rural, realizado em Capinzal, neste mesmo ano que cobra uma maior participação na formulação das políticas públicas, uma maior valorização do homem do campo e do saber local.

Outro fato importante levantado por Simon é de que Romeu Figueiredo ao assumir a EMBRATER usa o discurso de uma extensão com um enfoque nos pressupostos freireanos e que em Santa Catarina não são bem aceitos pela extensão, apenas grupos isolados assumem esta postura, “formando ilhas de racionalidade freireana” (2003, p. 246). Portanto a extensão nesse período ainda não muda sua perspectiva educacional, mas passa a ter uma abordagem que questiona o modelo agrícola predatório que foi implementado tendo um enfoque preservacionista não questionando os problemas sociais criados e levados como bandeiras pelos movimentos sociais.

Outro fator importante é a mudança do foco do trabalho, antes na família e na propriedade, depois no produto e propriedade e neste período o foco do planejamento passa a ser a Microbacia Hidrográfica. Apresenta uma nova proposta metodológica de trabalho, prevendo uma maior participação do produtor rural. Entretanto essa proposta não é aceita por todos, já que “grande parte dos extensionista ainda atuavam do modo clássico, isto é, atendendo os agricultores com metodologias convencionais, ou seja, de forma fragmentada e com processos pseudoparticipativos” (SIMON, 2003, p. 257). Nessa fase é elaborado e

executado o Projeto Microbacias/BIRD I (1991-1999) que consolidou a microbacia como unidade de planejamento.

Neste período a ACARESC é extinta e fundida á outras para formar a Empresa de de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI. Revendo aspectos históricos da fusão das empresas cabe salientar dois fatos importantes: o primeiro consiste na implantação da política neoliberal do governo Collor que extinguiu a EMBRATER. Por analogia, foi fácil justificar a extinção da ACARESC, um desejo que já era latente no Sr. Kleinubing desde os tempos em que era secretário, muito mais do que um projeto político foi um ato de vingança (OLINGER, 1996, p. 336). O segundo fato é o projeto político do governo federal, no que pode ser verificado nas palavras de Olinger “[...] Kleinubing não apoiara Fernando Collor na sua campanha eleitoral. Eleito o presidente Collor, Kleinubing precisava mudar de posição, agradando-o sob a forma de apoio á extinção de estatais [...]” (1996, p. 336-337).

Dessa forma, além da perda dos recursos federais para a sua manutenção a EPAGRI, além de nascer de uma contradição política, tem que lidar com as junções de empresas que tinham características próprias e estruturas funcionais completamente diferentes. E ao mesmo tempo teve de enfrentar a municipalização da extensão rural. A intenção do sucateamento estava sendo levado a efeito.

Os patrimônios dos escritórios locais da ACARESC, cedidos em comodato para as prefeituras, rapidamente se deteriorou pelo mau uso e deficiente manutenção. Muitos veículos foram utilizados pelos Secretários Municipais da Agricultura, outros foram deslocados para o transporte de combustíveis, lubrificantes, [...] sem contar os bailes em finais de semana. Em outros casos, serviam para o transporte de escolares e doentes para outras localidades ou no âmbito do município (SILVA, 2000, p. 148).

Nesse período os extensionistas da EPAGRI perderam, parcialmente, a sua identidade, pois não sabiam a quem se dirigir, às secretarias municipais, aos Centros Técnicos de Agricultura – CTA, órgãos criados geralmente junto aos centros de pesquisa, ou ao antigo Escritório Central, este fadado ao esquecimento político e sem recursos (OLINGER, 1996, p. 343). Algumas equipes locais perderam o direito ao uso dos veículos e de equipamentos vitais para o seu trabalho. A verdadeira ideia por trás dessa ação governamental era a desestruturação da ACARESC e em consequência o fim da Extensão Estatal no estado.

Os técnicos passaram por um período de isolamento e de falta de recursos, ficando à mercê da boa vontade das estruturas municipais. Há de se ressaltar que por mérito de técnicos, secretários municipais, Prefeitos ou de organizações de produtores alguns municípios

conseguiram realizar um trabalho satisfatório. Mas em sua maioria como citado nos documentos da EPAGRI os técnicos viraram meros despachantes de programas de governo e do programa de crédito rural.

A partir do processo de municipalização da extensão rural, em 1991, houve um distanciamento da gestão da Empresa em relação aos extensionistas locais, perdendo-se mecanismos de acompanhamento e apoio. É muito repetido na Empresa que os escritórios foram submetidos a uma rotina de ‘despachantes’. Por sua vez, a área de pesquisa recebia esporadicamente recursos do Fundo Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPA), sem regularidade e suficiência. Para enfrentar esses problemas, algumas iniciativas foram tomadas como a elaboração de Planos Municipais e Regionais de Trabalho (PMDR) [...] (EPAGRI, 2008).

Escritórios Regionais a mercê do “bom desempenho” de seus representantes, sem uma estrutura de apoio com força política, para orientá-los, organizá-los e blindá-los contra as mazelas das políticas locais. Ficando as equipes municipais sitiadas em seu escritório local e se apoiando em projetos e programas burocráticos para justificar sua existência. Esse quadro perdurou até a mudança do quadro político estadual no mandato de 95/98 do então Governador Paulo Afonso da Silveira.

Coube aos dirigentes da época reconstruir uma estrutura administrativa e de gestão, talvez o termo mais correto fosse a construção, já que o termo reconstruir trás à memória o modelo da extinta ACARESC. Retoma-se o controle administrativo dos Escritórios Locais e o que sobrou do seu sucateamento, são extintos os CTAs e voltam a existir as gerências regionais como unidades descentralizadas de gestão. Adota-se, aos moldes da EMBRAPA, o Planejamento Estratégico como modelo de “gestão descentralizada”, sendo a execução do planejamento a partir dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDR), elaborados em conjunto com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR).

#### 1.6.4 Fase da Extensão para o Ecodesenvolvimento (2002-)

Como o próprio Simon afirma esta fase foi elaborada no “campo da possibilidade” (2003, p. 217) onde vislumbrava uma mudança de paradigmas, da gestão dos recursos naturais para o Ecodesenvolvimento. Não se entrará no mérito dessa afirmação, pois não é o objeto do estudo nem foram comprovadas por estudos mais aprofundados estas mudanças. Entretanto constata-se a consolidação do Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PRAPEM (2002-2008) também conhecido como Microbacias (MB2) que ao contrário de fases anteriores tem como público alvo os pequenos agricultores que eram excluídos nas fases anteriores e a preservação e recuperação ambiental. E o início de

um novo programa, denominado SC RURAL que tem como objetivos a melhoria da competitividade da agricultura familiar, a gestão dos recursos hídricos e ao aprimoramento de suas políticas, instituições, fundos de incentivos governamentais e ações relacionadas ao desenvolvimento rural (SANTA CATARINA, 2010).

Como objeto do estudo constatou-se que em sua história mais recente a EPAGRI está propondo mudanças em sua forma de gestão, através do seu planejamento estratégico para tornar suas ações mais claras à sociedade catarinense a qual deve prestar contas de seu trabalho e a quem é de direito. No ano de 2007 foi realizado um diagnóstico interno e em 2008 ocorreu uma mudança no seu processo de avaliação dos trabalhos da empresa, que passaram de metas de esforço, para metas de resultados. É corrente a afirmação por parte dos dirigentes e Assistentes Técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATA), que os extensionistas da EPAGRI, estão utilizando de forma excessiva os métodos individuais de extensão em detrimento aos métodos grupais de extensão.

#### 1.6.5 PNATER um novo paradigma: A nova fase da Extensão Rural de Santa Catarina?

Nesta seção não se pretende criar uma nova fase para a Extensão Rural Catarinense, mesmo porque os Princípios da PNATER se aproximam muito das propostas desenvolvidas durante a fase do Ecodesenvolvimento proposta por Simon (2003). Mas chama-se a atenção para o fato de que a mudança não se dá apenas no campo do discurso político, mas nas políticas públicas estimuladas pelo MDA, que vêm ao encontro desse novo paradigma.

Como já foi visto anteriormente as mudanças na Extensão Rural aconteceram atreladas às mudanças políticas. A PNATER trás em seu bojo princípios que se contrapõem as propostas da Revolução Verde, seus pacotes tecnológicos e com a Teoria da Difusão de Inovações proposta por Rogers. Essas mudanças se justificam e se sustentam na crise ambiental e social que o modelo anterior deixou como herança (MDA/SAF/DATER, 2007). Em seu texto fica evidente a mudança desse paradigma.

Para dar conta destes desafios, os serviços públicos de Ater (realizados por entidades estatais e não estatais) devem ser executados mediante o uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo, as ações de Ater devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais (MDA/SAF/DATER, 2007, p. 6).

Fica claro que a nova ATER deve ter um caráter educativo e deve utilizar métodos participativos. Aqui demonstra o retorno do conceito de que Extensão Rural é educação não formal e também que o modelo pedagógico não será o da difusão, mas um modelo que privilegie a participação. Também demonstra a opção de se trabalhar com as classes costumeiramente excluídas nas fases anteriores. O Público é delimitado aos que trabalham com regime de economia familiar, mas não só para os que trabalham no campo, mas com todos os que vivem no campo, ou seja, sai do puramente agrícola para todas as famílias moradoras do meio rural. Outra mudança é a valorização do potencial endógeno e do saber local, a partir do conhecimento local é que as ações serão realizadas.

Ao contrário da prática extensionista convencional, estruturada para transferir pacotes tecnológicos, a nova Ater pública deve atuar partindo do conhecimento e análise dos agroecossistemas e dos ecossistemas aquáticos, adotando um enfoque holístico e integrador de estratégias de desenvolvimento, além de uma abordagem sistêmica capaz de privilegiar a busca de equidade e inclusão social, bem como a adoção de bases tecnológicas que aproximem os processos produtivos das dinâmicas ecológicas (MDA/SAF/DATER, 2007, p. 6).

Neste sentido cabe um breve estudo sobre Participação e Educação embasado na nova PNATER.

### **1.7 A participação como um princípio da PNATER: da mera difusão ao surgimento do Diagnóstico Rural Participativo – DRP**

Segundo a PNATER todos os métodos utilizados pela Extensão Rural devem ter um caráter participativo e inúmeros foram os modelos criados ao longo dos anos. Buscou-se apoio em Chambers e Bordenave para realizar uma breve discussão sobre o tema participação. Para tanto nesta seção realizou-se um estudo sobre a origem do Diagnóstico Rural Participativo – DRP com o objetivo de ilustrar a origem do uso do termo “participação” baseado em Chambers (1992, 1995) e em Bordenave (1983) para teorizar sobre o tema.

Segundo Chambers até os anos sessenta ninguém punha à prova a capacidade do método científico para resolver os problemas do terceiro mundo, sendo a tecnologia moderna considerada a solução para os problemas dos países subdesenvolvidos Bastaria difundi-la para promover o desenvolvimento. Os métodos utilizados eram aplicados de forma que os agricultores desenvolvessem habilidades e passassem a adotá-los de uma forma mecânica, quase autônoma. Entretanto o próprio Chambers afirma que “as tentativas de transmissão de tecnologia fracassaram” (1992, p. 16), sendo assim foi necessário uma nova forma de coleta

de informações. Surgindo assim, na década de setenta, o Diagnóstico Rápido dos Sistemas Rurais – DRSR que passa a preencher as lacunas das informações que os pesquisadores necessitavam sobre as condições locais, não obtidas pelos métodos de levantamento convencionais da época (1992, p. 16-22).

Por outro lado, estes começam a valorizar os saberes locais, importantes para a correta compreensão dos fenômenos naturais e sociais das comunidades estudadas e que sofreriam as intervenções. Sendo assim começam, de forma tênue, a valorizar mais o saber local. Podendo ser considerado um nascedouro dos métodos participativos. Estes conhecimentos foram denominados como Indigenous Technical Knowledge – ITK ou conhecimento técnico nativo. Já na década de oitenta os DRSR, se consolidam como ótimos instrumentos para: construção de um conhecimento progressivo; mudanças nas formas do aprendizado a partir das populações rurais entendendo e apreciando o conhecimento nativo; investigação só do que é necessário evitando assim, desperdícios de tempo e dinheiro, permite o contato direto do pesquisador com a população local. Na realidade era mais uma apropriação desse conhecimento local, ainda não era um processo de troca, mas de usura, como diz Chambers, uma forma puramente extrativa das informações locais, que serão processadas por especialistas externos (1992, p. 16-22).

Portanto a solução continuava vindo de fora para dentro. Surge o Diagnostico Participativo dos Sistemas Rurais (DPSR), fruto de uma evolução do DRSR, onde a participação da comunidade é incentivada e decisiva, pois esta elabora os diagnósticos e elenca e prioriza as ações a serem desenvolvidas. O uso do DPSR se propagou na década de oitenta, sustentado por várias teorias ou tradições dentre elas a dialógica e nos processos de criação de consciência crítica de Paulo Freire, na pesquisa ação participativa entre outras. Dentro dessa perspectiva Chambers, considerava que: “O DPSR pode vir a preencher um papel chave no sentido de tornar a década de 90 uma década de capacitação e de diversidade locais.” (CHAMBERS; FORESTS, 1992, p. 16-22).

Por outro lado, no início da década de 80 Bordenave considerava que “a participação estava na ordem do dia”, que no mundo estava ocorrendo um fenômeno de aumento da participação, ao contrário de estudiosos que afirmavam que as pessoas preferiam a segurança da ditadura à liberdade (1983, p. 12). O crescimento do uso dos DRP também se justifica pelo que afirma Bordenave, que a participação favorece tanto aos setores progressistas que almejam um estado mais democrático, como os setores tradicionalmente conservadores. Para alguns pode significar uma ação de autonomia, igualdade, de conquista da liberdade, do crescimento da consciência crítica da população, fortalecimento do seu poder reivindicatório

etc. Como também pode representar uma ação de controle e de manutenção da situação atual para setores da sociedade não democráticos. Ter as lideranças subordinadas e podendo facilmente ser corrompidas, ou ainda para amenizar, justificar e ou encobrir as ações das minorias dominantes (1983, p. 12).

Nesse sentido, Bordenave alerta que “a prova de fogo da participação não é quanto se toma parte, mas como se toma parte” (1983, p. 23), por isso não devemos ser ingênuos, pois a participação pode ser de certa forma, tanto um instrumento de dominação ou de libertação. Como também pode ser apenas um meio da comunidade ou do indivíduo de conseguir benefícios temporários oferecidos por programas ou projetos por melhores que sejam os seus objetivos.

No texto publicado em 1995, Chambers constata que ocorreu um grande crescimento na década de 90 do uso do DPSR, onde passa a denominá-los como Diagnóstico Rural Rápido (DRR) ou Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Estes diferenciam-se no sentido de que:

O DRR trata de forma eficiente e barata da coleta de informações que serão analisadas longe da comunidade pelo pesquisador, o objetivo principal é a coleta das informações para a elaboração de projetos, estudos ou programas governamentais (CHAMBERS; GUIJT, 1995).

Ao passo que o DRP pretende capacitar a população local para mudar a sua condição e situação; procura fazer com que a comunidade analise, planeje e realize suas próprias ações no sentido da mudança, da busca da solução de seus problemas, dificuldades ou situações adversas. “Significa transformar os antigos papéis de dependência e reconhecer os camponeses – tantos os homens como as mulheres – como analistas, planejadores e organizadores ativos” (CHAMBERS; GUIJT, 1995, p. 2).

Chambers considera que o DRP não é a solução para a adoção e transferência de tecnologia e também, que não é uma forma de mascarar as velhas formas de coleta de dados e intervenção, mas que é um caminho mais acertado onde o interventor ou pesquisador e a comunidade possam interagir para coletar os dados de uma forma mais precisa, mais rápida e dentro da realidade local onde cada um dá a sua contribuição e juntos poderão fazer a sua parte na busca das soluções.

Portanto contempla-se um crescimento do uso do DRP, e de outras formas de atuação participativa. “Assistimos, desde os anos 90, a uma generalização do discurso da ‘participação’.” (ALBUQUERQUE, 2004, p. 15) em decorrência da tentativa de tornar os moradores em agentes de sua transformação social, passando de meros receptores a promotores do seu próprio desenvolvimento e mudança de sua condição social.

Neste sentido Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER em seus preâmbulos torna clara a intenção de romper com o velho modelo de extensão rural baseados nas Teorias da Difusão de Inovações e com os pacotes da Revolução Verde. Ao contrário, vai à busca de um Desenvolvimento Rural Sustentável com ênfase nos processos endógenos. Em seus princípios estabelece que sejam desenvolvidos processos educativos com a finalidade de formar competências e promover a mudança de atitudes sob um caráter dialético, humanista e construtivista, para esse intento utilizará uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, com uso dos métodos participativos e baseadas nos princípios Agroecológicos.

Analisando a sua missão podem-se verificar algumas mudanças significativas no tocante ao fomento da participação e ao caráter pedagógico.

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (MDA/SAF/DATER, 2007, p. 8-9).

Primeiro fala de processos capazes de contribuir para a execução das estratégias de desenvolvimento, não mais como no período difusionista onde as metas eram estabelecidas de uma forma vertical, onde bastaria o convencimento do agricultor a adotar a inovação, um adestramento e não um processo de construção do conhecimento. E em segundo lugar a opção pelas metodologias educativas e participativas como meio para se alcançar o desenvolvimento rural sustentável junto à agricultura familiar.

Neste sentido, entende-se prudente exprimir melhor o que é participação e para tanto se utilizou a afirmação de Bordenave:

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a autoexpressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros (BORDENAVE, 1983, p. 16).

Bordenave define, em parte, o porquê do crescimento da utilização dos métodos participativos, dos diferentes modelos de DRP, pois se a participação é inata ao ser humano é natural que este se sinta valorizado e se sinta estimulado quando é envolvido, chamado, instigado a se reunir e participar de eventos que busquem a solução de seus próprios problemas. Que podem estar diretamente ligados as suas necessidades, da melhoria de renda,

de se expressar, de ser ouvido, de convivência comunitária, produzir etc. Enfim, de se desenvolver enquanto indivíduo, independente do seu gênero, raça ou credo.

Vários autores se referem às formas de participação, motivos e outros fatores que levam a se integrar num grupo ou projetos nos referindo aos processos intervencionistas. Sem nos aprofundarmos no tema, mas seguindo o raciocínio de Bordenave usaremos sua tipologia para nos auxiliar no entendimento do uso dos métodos de extensão. Mesmo sucinta é suficiente para o nosso propósito.

Neste sentido, Bordenave elenca uma série de maneiras dos indivíduos de participar na sociedade (1983, p. 27-30).

- Participação de fato – Se caracteriza pela forma de participação natural, onde o homem participa de sua família, de seu clã, nos seus cultos religiosos na obtenção de alimentos, ela surge de uma forma quase autônoma.
- Participação espontânea – É aquela participação opcional, onde o indivíduo escolhe o grupo de indivíduos seja de amigos, de gangs etc. Grupos não organizados, facilmente dissociáveis, sem objetivos pré- definidos, apenas se referem à busca de espaço social, carinho afeto, diversão, mais ligadas às necessidades psicológicas de identificação social.
- Participação imposta – Onde o indivíduo é obrigado a participar pela tradição cultural, pelos hábitos e costumes de sua tribo, de sua etnia, como por exemplo, das cerimônias religiosas, ritos de iniciação, escola etc. Não é voluntária e nem natural.
- Participação voluntária – Trata-se de quando um grupo é criado com fins específicos e com organização, o que a difere da espontânea. Como por exemplo, partidos políticos, sindicatos, associações, negócios etc. Mas se trata da autoformação do grupo, se forma a partir de suas necessidades e de seus anseios.
- Participação provocada – Pode ser considerada uma variação da voluntária onde a iniciativa da organização não parte do grupo, mas de agentes externos que ajudam a realizar os seus objetivos de forma direta e não manipulada, com o viés de auxiliar no desenvolvimento local etc.
- Participação dirigida ou manipulada – Também pode ser considerada uma variação da voluntária, mas como o próprio nome diz os agentes externos manipulam a comunidade para que sejam alcançados os seus objetivos, as suas metas, os seus alcances e não os da comunidade.
- Participação concedida – Onde os indivíduos participam da decisão dentro de parâmetros pré-estabelecidos, seguindo regras, aparentemente subordinados.

Segundo o autor muito dos planejamentos participativos tem esse caráter, mais de legitimar a ação, a política do que de repassar o poder decisório para as comunidades. Não se trata de uma conquista da comunidade, mas de uma concessão dos mandatários, “[...] às vezes faz parte da ideologia necessária para o exercício do projeto de direção-dominação da classe dominante” (1983, p. 29). Torna-se quase um mecanismo de controle do Estado, pois fica restrita a grupos, criando uma espécie de estrutura fictícia de mobilização e controle social.

Mesmo as formas concedidas tem o potencial de promover a mobilização. “Mesmo as ditaduras, os governos conservadores ou liberais necessitam de alguma legitimação e interlocução com setores sociais que os sustentem” (ALBUQUERQUE, 2004, p. 29). O fato de forçar ou propiciar a participação dos indivíduos pode vir a provocar uma verdadeira participação, estimulando o que é inato no ser humano, seu instinto gregário, podendo gerar novas formas e modelos de organização social. Neste sentido revelasse a importância do uso dos métodos participativos, sejam na forma de DRP ou suas variações ou qualquer outra forma participativa. Afirma que são definidas pelos usos e costumes da época do grupo social envolvido, de suas experiências e suas vivências e pela abertura concedida pelos governantes ao diálogo e a negociação. São vários os fatores que interferem no maior ou menor grau de participação, condicionados pelo período histórico.

Albuquerque considera que, após a constituição de 1988, ocorreu uma apropriação e generalização por parte do Estado de propostas de gestão participativas para aumentar o controle social tendo como consequência a abertura de canais institucionais de participação. Considera que essa oferta criada foi superior a demanda e que os movimentos sociais da época da ditadura, formatados sob a bandeira de lutas e conflitos com o Estado repressivo da época, não estariam preparadas para o diálogo, pois eram reativas, reivindicatórias e acostumadas com o confronto. Afirma ainda que existe uma possibilidade da redução da participação popular nesses movimentos, devido a cooptação das lideranças pelas instâncias de participação, conselhos etc. De uma forma sutil os o Estado pode acabar cooptando as lideranças, que tem sua ação junto aos organismos reivindicatórios sublimadas pelo poder e pelo conhecimento técnico e científico dos representantes estatais. Passam da condição de representantes dos movimentos sociais para legitimadores das ações das classes dominantes. (ALBUQUERQUE, 2004, p. 15-60).

Dentro do exposto considera-se que Pedro Demo oferece uma definição que expressa melhor o que é a participação enquanto processo:

Dizemos que a *participação é conquista* para significar que é um *processo*, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo, começa a regredir (DEMO, 2001, p. 18).

A definição de Pedro Demo parece ser mais completa e exprime melhor o fato de que para participar de fato é preciso fazer parte de um processo construído e não acabado. Isto é, quando os movimentos surgem da reivindicação legítima da comunidade geram um processo de mobilização, de crescimento e aprendizado coletivo. Quando a participação é concedida pode não gerar esta caminhada e se encerrar em si só pela cooptação das lideranças ou mesmo pelo censo de pertencimento criado pelo seu envolvimento no “mecanismo” criado para legitimação de ações do Estado ou de outros agentes externos.

Por outro lado, sabe-se que essa participação concedida pode gerar via desenvolvimento processual, um crescimento das comunidades e de sua legitimação enquanto indivíduos, dependendo e como se derem essas relações.

Neste sentido Bordenave considera que a participação só é aprendida em grupo e não de uma forma individualizada. Não se pretende diminuir a importância estratégica da visita para a extensão rural e nem a importância na assistência técnica, mas se tratando de alcançar as metas propostas pelo PNATER, há de se entender e seguir o que diz Bordenave:

A participação não é um, contudo que se possa transmitir, mas uma mentalidade e um comportamento com ela coerente. Também não é uma destreza que se possa adquirir pelo mero treinamento. A participação é uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na prática grupal. Parece que só se aprende a participar participando (BORDENAVE, 1983, p. 56).

## 1.8 PNATER e Educação para o desenvolvimento sustentável

A Extensão Rural desde o seu surgimento nos Estados Unidos é considerada um processo de educação não formal e como tal foi transferido para os países considerados subdesenvolvidos da América Latina de outros continentes. “La función de la Extensión es eminentemente educativa, pues tiende a producir cambios en los conocimientos, actitudes y destrezas de la gente, para lograr su desarrollo tanto individual como social.” (MORAN; ARCE; BELTRAN, 1960, p. 15)<sup>2</sup>. O que não difere do caso brasileiro como afirma, anos

---

<sup>2</sup> Esta citação foi retirada de um material que foi produzido pelo Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas de La Organización de los Estados Americanos para a implementação da extensão rural na América Latina, neste caso mais especificamente para o Peru no início da década de sessenta.

após, Olinger “A extensão nasceu como um **instrumento de ensino e educação** informais, fora dos moldes da escola clássica, precisamente para agricultores [...] sem prejudicar suas lides rurais [...]” (1996, p. 12, grifo do autor).

Entretanto conforme a visão de Paulo Freire (1999) a ação extensionista, no caso brasileiro, consistia em estender o conhecimento, em levar, sob a ótica do extensionista, a visão do mundo chamado de desenvolvido e suas soluções mirabolantes aos produtores rurais. Buscava através de métodos de extensão rural tirar o agricultor de uma condição considerada inferior para uma superior.

Freire (1999) não desconsiderava a necessidade de se buscar melhores condições de vida e saúde para as camadas menos favorecidas da sociedade, mas se colocava contrário à ideia de que a solução viria totalmente de fora, desconsiderando totalmente o saber local. Aos agricultores era negada a condição de seres ativos na transformação do mundo, pois os seus conhecimentos, que lhes foram transmitidos de pais para filhos, eram considerados atrasados e inúteis, sendo apenas verdadeiro o conhecimento científico. Se referindo ao período difusionista, Freire sintetiza e em parte define o sentido quase mágico dado a Extensão Rural e a ciência e ainda a negação do homem rural como transformador do mundo em que vive.

[...] em seu ‘campo associativo’, o termo extensão se encontre em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, etc. E todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase uma ‘coisa’, o negam como ser de transformação do mundo (FREIRE, 1999, p. 22).

Neste sentido Freire, avalia o termo Extensão em seu modelo difusionista inovador como uma ação de transferência de informações que considera o indivíduo um depósito. A Extensão como um ato “*de depositar algo em alguém*”, em resumo é uma ação meramente mecanicista onde o extensionista transfere um determinado conhecimento. O que Freire questiona é o conceito de extensão, onde concluí que este não corresponde a uma educação libertadora. Reconhece o direito do extensionista de ser um “[...] educador- educando, com os camponeses educandos-educadores [...]” (1999, p. 23). Afirma que esta seria a forma correta: ao mesmo tempo de educar o extensionista se educa, pois ao educar os agricultores acaba sendo educado por estes. Sendo assim deve deixar de persuadir a população rural para que aceitem sua propaganda, de novas tecnologias que substituem, de uma forma vertical e incondicional, o seu conhecimento empírico construído e repassado pelas gerações passadas.

Entretanto a educação não se dá por acaso, não é neutra, ela representa a vontade da sociedade em geral ou de certa forma expressa a vontade das classes dominantes. As palavras

de Lima explicitam de forma direta o pensamento a respeito da ideia de que a educação está inserida dentro de um projeto político, econômico e social.

De um modo geral, a educação é um processo social. Sua particularidade reside no fato de ser uma ação através da qual a sociedade organiza situações de aprendizagem e que têm como finalidade adaptar o indivíduo às formas de compreender a realidade e agir sobre ela. Neste sentido, quaisquer que sejam as formas que adote a ação educacional, ela será sempre um meio social intencionalmente provocado para adaptar o indivíduo aos valores aceitáveis pelos grupos sociais a que pertence. Em consequência da concepção de educação como processo social, é que toda ação educativa é um ato político intencionado, que organiza a programação de experiências de aprendizagem para procurar que os indivíduos se relacionem de certa maneira, atuem de acordo com tais relacionamentos e se situem face à realidade de acordo ao objetivo sociopolítico desses relacionamentos (LIMA, 2002, p. 20).

Neste sentido considera-se que o modelo aprendizagem incrementado na fase Difusionista da Extensão Rural vem ao encontro ao modelo de desenvolvimento industrial implantado no País. Por um lado leva a agricultura brasileira a competir por mercados internacionais com um grande exportador de grãos e carnes. Mas por outro cria uma massa de pessoas expulsas do campo que incham as cidades até os dias de hoje e um empobrecimento das famílias rurais excluídas do processo.

Portanto olhando sob a ótica produtivista da revolução verde e do modelo industrial os resultados alcançados pelo modelo de Educação Difusionista de Extensão Rural foi eficiente. Por que promoveu o aumento da produção e da produtividade, da produção de matérias primas industrializáveis, da produção de alimentos baratos para os assalariados urbanos. Entretanto quando vislumbrado sob uma ótica social-econômica observa-se uma enorme desigualdade social produzida por este modelo tanto no meio rural como urbano. O que se pretende com as afirmações anteriores não é analisar o processo difusionista, mas reafirmar as palavras de Lima (2002) de que o processo de educação e aprendizagem estão intimamente ligados aos processos políticos e econômicos em que a sociedade está inserida.

Seguindo este raciocínio na atualidade podemos verificar que a partir da abertura política nos anos 80 e mais intensamente da década de 90, ocorria uma grande mobilização dos movimentos sociais ligados ao setor agrícola menos favorecido. Este movimento característico de uma luta de classe culminou com a criação de uma nova política agrícola voltada e criada especialmente para este setor, uma “política compensatória”, desenvolvida pelo o governo federal de juros subsidiados, seguro agrícola e de outros incentivos voltados à agricultura familiar.

Com a pretensão de tentar reverter este quadro geral e compensar parte dos efeitos nocivos da política econômica levada a cabo sobre o setor rural, o governo do

Presidente Henrique Cardoso, em 1996, criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). De acordo com o discurso governamental essa política pública seria o principal instrumento utilizado para construir um novo modelo de desenvolvimento rural no Brasil. Sua missão fundamental seria combater as desigualdades (regionais, setoriais e pessoais) que marcaram as estratégias tradicionais voltadas para estimular a mudança da base técnica da agricultura brasileira (AQUINO; TEIXEIRA, 2005, p. 65).

Por outro lado a agricultura com perfil empresarial, voltada para o agronegócio ficaria a cargo do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), portanto evidenciando uma dualidade na política agrícola brasileiro, agora privilegiando estes dois grupos antagônicos:

[...] de um lado, o Ministério da Agricultura tem objetivo principal manter a competitividade do setor comercial da atividade, notadamente das empresas. O apoio ao setor empresarial, principalmente daquele voltado para as exportações, continua uma prioridade do governo [...]. De outro lado, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a partir de 1993, torna-se oficialmente encarregado pela promoção da reforma agrária e do desenvolvimento da agricultura familiar [...] (TONNEAU; TEIXEIRA, 2002, p. 295-296).

Nos governos pós Fernando Henrique, de Lula e da Dilma está dualidade é mantida, se consolida e de certa forma vem sendo intensificada e ganhando mais destaque no cenário político nacional (TONNEAU; TEIXEIRA, 2002). Por outro lado com o fortalecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do amplo debate com as instituições de extensão, pesquisa, organismos não governamentais representantes dos agricultores e da sociedade em geral que compõem o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF foi possível a construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER que através da Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010. A PNATER define em seu artigo segundo, inciso I: “Assistência Técnica e Extensão rural – ATER: Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural [...]” (BRASIL, 2010a).

Portanto, confirma o caráter da Extensão Rural, que é de um serviço público ou privado de educação informal e contínua, como vinha sendo considerada desde os seus primórdios na década de 40-50. Mas o que muda com a implantação dessa Lei? A diferença está como afirma Lima (2002), no contexto político em que ela se insere, pois não é neutra, é um ato político intencionado que visa adaptar os indivíduos ao meio social.

Neste sentido o documento elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (BRASIL, 2010b) que aborda um referencial teórico para a Assistência Técnica e Extensão Rural, baseado nos princípios e diretrizes estabelecidas na PNATER. Explicita a intencionalidade e a diferença das posturas dos períodos anteriores criados por Rodrigues (1997).

O período Humanismo Assistencialista (1948-1962) e o período Difusionismo Produtivista (1963-1984) se caracterizaram por tratar a relação entre extensionista e os produtores como uma relação sujeito/ objeto, sob uma ótica de dominação, um paradigma em que “mantém a submissão do agricultor aos saberes do extensionista” (BRASIL, 2010a, p. 24). Sendo assim, quem diz o que será difundido de forma direta é o Estado e de forma indireta, as elites dominantes que detêm o poder.

O paradigma sujeito-objeto se fundamenta na relação vertical, de dominação, daquele que sabe mais e ensina, e aquele que sabe menos, aprende e faz. A direção da mudança da realidade é dada por aquele que ensina, em última instância, pela instituição (Estado) que define e regula o processo e a realidade a ser construída (BRASIL, 2010b, p. 24).

O período do Humanismo Assistencialista buscava o desenvolvimento agrícola, “a promoção integral do homem” (BRASIL, 2010b, p. 24). Segundo Rodrigues (1997), a família do pequeno produtor rural era o foco principal do seu trabalho, onde a equipe trabalhava com questões relacionadas com técnicas modernas, com a saúde e higiene etc., visando o aumento da renda e em consequência a melhoria da sua condição social. Para alcançar esse intento tinha como princípio metodológico de extensão a transferência de tecnologias, sob a ótica do Estado interventor e regulador (BRASIL, 2010b). Ao passo que no Período Difusionista Inovador se caracteriza pela introdução da chamada “Revolução Verde” que visava através da difusão de pacotes tecnológicos, promover o “desenvolvimento agrícola com objetivos sociais” (BRASIL, 2010b, p. 25). Já o período do Humanismo Crítico (1985-1989) (de pouca duração) preconizava a relação sujeito-sujeito e promoção do diálogo dos saberes entre o técnico e o agricultor/família com o objetivo de levar à emancipação (BRASIL, 2010b).

Portanto quando ocorre uma mudança no enfoque metodológico ela é sempre acompanhada por uma mudança no enfoque político, sendo que esta última geralmente a precede. A PNATER volta ao paradigma do sujeito/sujeito, onde os técnicos e agricultores (família) estão num mesmo nível de ação, busca através de uma relação horizontal a construção de um novo conhecimento em busca do desenvolvimento sustentável, autonomia das populações e o fortalecimento da cidadania (BRASIL, 2010a). No campo político a extensão voltasse para a agricultura familiar, fortalecimento de suas organizações e aumento da participação.

É nesse sentido que Pnater e pedagogia emancipadora se encontram e comungam de objetivos. Para desenvolver os princípios e diretrizes da Pnater, fica evidente que é preciso pautar o processo educativo de Ater numa pedagogia de concepção crítica, dialética e transformadora, em contraponto às concepções pedagógicas fomentadoras

de acomodação, de transferência e imposição de conhecimentos e valores e de promoção da alienação. (BRASIL, 2010b, p. 27).

## 2 OS MÉTODOS DE EXTENSÃO RURAL EMPREGADOS PELA EPAGRI: O CASO DA UGT– 5

A Extensão Rural se utiliza de diversos meios para levar o conhecimento para os agricultores. Neste segmento serão explicitados de forma breve os métodos mais utilizados ao longo da história pela ACARESC e EPAGRI em Santa Catarina e que ainda são ensinadas aos técnicos nos cursos de pré-serviço. Apesar da sua importância e de serem amplamente utilizados em trabalhos de mestrado e mesmo de doutoramento o que se observa é que os termos método e metodologia são utilizados como se fossem sinônimos. A mesma situação se observa em livros sobre métodos de investigação.

Uma consulta ao “Dicionário da Língua Portuguesa”, da Porto Editora, mostra claramente que os termos têm significados distintos. A entrada para "Método" define o termo como “programa que antecipadamente regulará uma sequência de operações a executar, com vista a atingir certo resultado; maneira ordenada de fazer as coisas, ordem; estratégia, modo de proceder; esforço para atingir um fim”. Já sobre “Metodologia”, o mesmo dicionário indica ser um “conjunto de regras ou princípios empregados no ensino de uma ciência ou arte; parte da lógica que estuda os métodos das diversas ciências”.

Sobre esta distinção escrevem também alguns autores. Moore (2006, p. 40), refere-se dessa forma a uma seção da proposta de investigação: “The next section deals with the methods to be used. Here it is worth noting that the proper term for this section is ‘methods’ – ‘methodology’ is the study of research methods”.<sup>1</sup>

Também Maxwell é muito claro nesta distinção:

The term ‘methodology’ is often used for this section of a proposal. Despite its prevalence, this is an inaccurate and pretentious usage, a good example of what Becker called ‘classy writing’. Methodology is the theory or analysis of methods, not what you actually do in a particular study. The Publication Manual of the American Psychology Association (2001, pp. 17-20), a commonly used guide for both dissertations and research publications, uses the term ‘method’ for this section of a manuscript, not ‘methodology’ (2005, p. 137).<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> A próxima seção trata dos métodos a serem utilizados. Aqui é importante notar que o termo apropriado para esta seção é “métodos” – “metodologia” é o estudo de métodos de pesquisa (MOORE, 2006, p. 40, tradução nossa).

<sup>2</sup> O termo “metodologia” é muitas vezes usado para esta seção de uma proposta. Apesar de sua prevalência, este é um uso impreciso e pretensioso, um bom exemplo do que Becker chamou de “escrita elegante”. A metodologia é a teoria ou análise de métodos, não é o que você realmente faz em um estudo particular. O Manual de Publicação da American Psychology Association (2001, p. 17-20), um guia de uso geral para ambas as teses e publicações de pesquisa, usa o termo “método” para esta seção de um manuscrito, não “metodologia” (MAXWELL, 2005, p. 137, tradução nossa).

Ou ainda como diz Coelho (2005, p. 81) que: “*O método, então, é esse jeito de caminhar, de percorrer, de construir o caminho, enquanto que o estudo deste jeito de fazer alguma coisa é a metodologia*”. Portanto método é a estratégia, o modo de proceder de uma determinada investigação. Metodologia é o estudo, ou como indica o próprio sufixo, o conhecimento, se se pudesse dizer, dir-se-ia mesmo que é a ciência que estuda os métodos.

Segundo Olinger (2006), Cezar (2009) e Epagri (2010) os métodos podem ser classificados quanto ao número de pessoas, pela sua complexidade (simples ou complexos), pela forma de fazer ou conteúdo pedagógico (diretivos ou participativos), ou pelo número de participantes (individuais, grupais ou massais):

a) Quanto ao grau de complexidade.

- Métodos simples: quando podem ser utilizados isoladamente, não necessitando de outro método para se alcançar o objetivo desejado.
- Métodos complexos: quando é necessária a associação de dois ou mais métodos para se alcançar o objetivo desejado. Vai depender da complexidade dos problemas da comunidade que se quer resolver durante o evento ou ainda sobre o tema a ser discutido, difundido ou transmitido.

b) Quanto ao Conteúdo Pedagógico:

- Diretivos ou diretos: Usados mais com um caráter de difusão, de transmissão do conhecimento, onde o técnico transmite, expõe para o grupo. O participante é posicionado como ouvinte ou espectador, sem opinar sobre a tecnologia, pois está vem pronta e acabada para ser replicada tal e qual está sendo transmitida de forma verticalizada, onde o conhecimento provém apenas do técnico.
- Participativos: A participação do grupo é efetiva, participando durante toda a realização do método, o ato de aprendizagem é realizado de forma ativa e com a cooperação de todos os membros. O conhecimento é repassado de forma horizontalizada na base da troca entre técnicos e produtores, onde ambos os atores assumem a postura de quem ensina e de quem aprende.

c) Quanto ao número de pessoas

- Métodos Individuais: quando atendem o produtor individualmente ou sua família podendo ser no escritório local ou em sua propriedade;
- Métodos Coletivos: são utilizados para mobilizar um número determinado de pessoas, permite o diálogo entre o extensionista e os participantes, aumentam o alcance do trabalho e sua eficiência, pode ser associado a atividades práticas.

- **Métodos Massais:** Serve para atingir um grande número de pessoas, a quantidade é limitada ao tipo de meio utilizado, sevem para divulgar de forma mais rápida a informação. Não permite o contato com o extensionista, pode gerar erros na interpretação da informação, por isso geralmente são associados a outros métodos e ações complementares.

## 2.1 Caracterização dos Métodos individuais

São os que trabalham diretamente com o indivíduo<sup>3</sup> ou com a família em sua casa, em sua propriedade ou no escritório local. Nesta categoria os métodos mais empregados são a visita e o atendimento no escritório:

a) O método visita é base de toda a extensão rural, é a partir das visitas que o extensionista toma contato direto com a comunidade rural e a família. Não existe outra forma além da vivência direta com a comunidade para se inteirar, de se interagir, de se adquirir certo grau de relacionamento e proximidade, o permite o reconhecimento das relações de gênero e sociais, o conhecimento da propriedade, as práticas agropecuárias etc. Fazem parte de ações planejadas de extensão rural com objetivos específicos, dentro de um projeto de desenvolvimento local ou de projetos municipais. Pode ser da simples transmissão ou difusão de conhecimentos ou a construção de novos, isso dependendo do enfoque pedagógico utilizado. Segundo Cezar (2009), as visitas podem ser classificadas em técnica, prática, de divulgação/dinamização e de contato (OLINGER, 2006).

a.1) **Visita Técnica:** Tem como o objetivo específico de através de uma ação planejada levar a orientação técnica, transmitir ou discutir tecnologias, organização etc. com a família.

a.2) **Visita Prática:** Quando envolve além da transmissão ou discussão de um assunto técnico a demonstração na prática de determinada tecnologia. Tendo por objetivo além de transmitir o conhecimento, o desenvolvimento de habilidades; o chamado “aprender fazer, fazendo”.

a.3) **Visita de divulgação/dinamização, Visita de Sede, Visita a Autoridade:** Trata-se do ato de representar a empresa junto às autoridades municipais, lideranças urbanas e rurais;

---

<sup>3</sup> Na história da extensão trabalhava-se no início com uma equipe formada por um técnico e uma extensionista doméstica, onde cada um trabalhava individualmente com o “proprietário” e a esposa, respectivamente. Na atualidade, segundo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (BRASIL, 2010) as equipes devem trabalhar com a família, não privilegiando o homem como no caso do período difusionista e que ainda ocorrem em muitos casos nos dias de hoje.

da busca de apoio à realização do trabalho e eventos em geral; divulgação e promoção de programas e projetos e dos resultados alcançados.

a.4) Visita de Contato: Alguns autores não a consideram uma forma de visita, mas este termo foi utilizado para diferenciá-la das anteriores. Ocorre dentro de um planejamento de alguma atividade que necessite a colaboração de outros atores, pois serve mais para o reconhecimento das famílias rurais, início de organizações, identificar locais para instalação de unidades ou para realização de reuniões etc. (COELHO, 2005; OLINGER, 2006).

a.5) Outras atividades erroneamente denominadas de visitas: Algumas atividades são erroneamente chamadas de métodos de extensão foram elencadas apenas para deixar claro quais são os métodos que esta pesquisa se refere.

- Entrevista: técnica utilizada para o reconhecimento da realidade local ou de pesquisa.
- Vistorias: Atividades de caráter fiscalizatório e ou de assistência técnica ligada geralmente ao crédito ou a programas governamentais como o PNCF. Não ligados ao planejamento de atividades voltadas ao Desenvolvimento Local; geralmente são ações pontuais.
- Entrega de convites e avisos: Fazem parte da convocação ou divulgação de um trabalho ou método, mas não se constituem numa visita.

b) Atendimento do escritório ou consulta: É um termo utilizado atualmente nas atividades de escritório. Ou seja, quando um agricultor se dirige ao escritório, com agendamento prévio ou não e recebe algum tipo de informação, auxílio, orientação, ou seja, foi recebido, orientado, lhe foi fornecido algum tipo de documento tipo declaração, autorização de retirada de calcário etc. Na EPAGRI se preconiza em suas capacitações que o técnico tenha um dia por semana pré-determinado para essas atividades.

## **2.2 Caracterização dos Métodos grupais**

Os métodos grupais envolvem um maior número de participantes, um grupo delimitado. Sendo que para cada método se estabelece um número aceitável de participantes para a sua execução e bom aproveitamento. São importantes, pois se conduzidos de forma participativa permitem a troca de experiências entre os participantes, entre o grupo e o extensionista; promovem a criação de laços afetivos, além do conhecimento técnico. Permitem que os participantes conheçam a realidade um do outro, de comunidades vizinhas ou de outros municípios, suas potencialidades, podendo levar a busca conjunta da solução de

seus problemas. São métodos essenciais para promover o desenvolvimento a partir do saber local.

a) Excursão: É um método utilizado para mobilizar um grupo de produtores que possuem interesses afins com a finalidade de levá-los a conhecer novas atividades ou experiências, observar, experimentar e discutir sobre o que foi visto. Serve para que o agricultor tenha um contato direto, como observador, com a nova atividade. Pode ouvir o relato e discutir direto com os produtores do local visitado, servindo como auxílio em sua tomada de decisão. Pelo fato do produtor ver e analisar diretamente onde a tecnologia está sendo aplicada e discutir diretamente com quem a utiliza confere uma maior credibilidade de outros métodos que usam de técnicas apenas ilustrativas. É importante na fase de motivação e conhecimento da família ou do grupo trabalhado (CEZAR, 2009, p. 46-49; OLINGER, 2006, p. 138-140).

b) Reunião: É um método utilizado com grupos com interesses afins que podem ser técnicos voltados a tecnologias, produtos ou lavouras, de interesse organizacional, de mobilização para a solução de problemas etc. As reuniões podem ser de caráter Motivacional, Técnica, Prática ou Organizacional (CEZAR, 2009, p. 53; OLINGER, 2006, p. 62).

b.1) Reunião Motivacional: Serve para motivar um grupo de pessoas para a adoção de novas práticas, participação em novos processos organizacionais, serve de um primeiro contato com a nova tecnologia, nova proposta organizacional, muito utilizada no lançamento de programas e projetos de governo.

b.2) Reunião Técnica: É mais utilizada para repassar conteúdos técnicos de forma mais expositiva, mais teórica, onde o grupo discute, troca ideias, levanta problemas e potencialidades, discute formas de solucionar, define ações etc.

b.3) Reunião Prática ou Demonstração de Métodos: está relacionada ao desenvolvimento das habilidades e do uso, onde o participante executa a tecnologia estudada. Muito utilizada no período difusionista com o lema aprender-fazer-fazendo, onde se acreditava que a repetição da prática agrícola levaria ao aprendizado e sua posterior adoção.

b.4) Reunião de Organização ou Deliberação. Voltada mais a tomada de decisões onde não entram os assuntos técnicos, mas assuntos relacionados à organização de grupos ou da comunidade, de troca de informações, institucionais, troca de ideias etc. (CEZAR, 2009, p. 50-63).

c) Unidades Didáticas: São áreas implantadas a fim de proporcionar o acesso e a prática de novas tecnologias desenvolvidas ou não pela pesquisa, podendo ser outras utilizadas por agricultores que se destacam na atividade. Geralmente são instaladas com o

objetivo de resolver algum problema levantado ou percebido pelo extensionista e para introduzir novas atividades econômicas. Servem para a observação, aprendizado da nova tecnologia, para divulgar, para comparar resultados e também utilizada como uma referência tecnológica local. São denominadas de: Unidades de Observação (UO); Unidades Demonstrativas; Demonstração de Resultados; Propriedade Demonstrativa. Foram amplamente utilizadas pelo período difusionista, o que as difere nos dias de hoje é o enfoque e a forma de preparo e transmissão. No difusionismo era aplicado o pacote tecnológico de forma incontestável e de forma verticalizada, só o que vinha da ciência era verdadeiro, o conhecimento empírico era rejeitado. Mas, pode ser utilizada sob uma ótica mais participativa que inicia desde o levantamento da necessidade, da escolha da prática, da forma de fazer, da escolha da propriedade, da localização etc. Todos os passos são realizados de forma conjunta com o grupo de produtores e o agente técnico (OLINGER, 2006).

c.1) Unidade de Observação (UO): Área implantada para observar determinada prática ou técnica, geralmente comprovada pela pesquisa oficial ou participativa em outros locais. Serve para que o técnico e o produtor conheçam e adquiram as habilidades e conhecimentos necessários para desenvolvê-la e acima de tudo comprovem localmente esta prática nova na região. No Período do difusionismo eram realizadas em locais mais afastados, para evitar a sua difusão sem a comprovação e validação local, nos casos onde a participação do grupo é privilegiada este quesito é dispensável, pois todos participam de forma horizontalizada e tem o conhecimento do que está sendo feito e o porquê, não correndo o risco da replicação sem comprovação local, o grupo tem consciência da necessidade da comprovação local dos resultados (OLINGER, 2006, p. 106-110).

c.2) Unidade de Demonstrativa – UD: Diferencia-se da Unidade de Observação por ser de uma tecnologia já conhecida, comprovada e dominada pelo técnico ou produtor. A UD serve para a demonstração da prática aos produtores pertencentes ao grupo ou técnicos, comunidade ou município. O contato com a tecnologia, prática ou cultura “[...] *permite visualizar se uma nova proposta deve ser adotada ou não; dá sustentabilidade à tomada de decisões sobre a adoção, ou não da proposta.*” (COELHO, 2005). A diferença com a Demonstração de Resultados se dá porque na Unidade Demonstrativa não se faz comparação entre a nova tecnologia utilizada, frente às tecnologias tradicionalmente utilizadas. Na prática muitas vezes as Unidades de Observação quando apresentam os resultados desejados são utilizadas como unidades demonstrativas (OLINGER, 2006, p. 96-100).

c.3) Demonstração de Resultados – DR: Serve para que os agricultores e técnicos tenham contato direto com a nova tecnologia, seria a sua aplicação prática ou sua

visualização. É um método que compara os resultados obtidos entre a tecnologia, as sementes ou os animais, costumeiramente utilizados com uma nova proposta de manejo, variedade etc. É utilizada para demonstrar as vantagens da tecnologia nova, adaptada sobre a tradicionalmente utilizada na região. Era muito utilizada no período difusionista de uma forma de reprodução de pacotes certificados pela pesquisa, entretanto é uma boa ferramenta metodológica quando construída de forma participativa desde a escolha do que fazer, onde fazer e do por que fazer. O ideal seria que para um maior domínio e comprovação toda a nova proposta tivesse nascido de um processo onde se começasse das Unidades de Observação, Unidades demonstrativas e após uma Demonstração de Resultados. Isso dá ao técnico e aos produtores envolvidos um maior conhecimento e certeza dos resultados, dificuldades e investimentos necessários para repassar a um grupo maior, comunidade ou município (COELHO, 2005; CEZAR, 2009; OLINGER, 2006, p. 77-92).

c.4) Propriedade Demonstrativa – PD: Também são conhecidas como Propriedade de Referência – PR, eram muito utilizadas no período difusionista, pois serviam de modelo para os outros produtores, eram estruturadas dentro do pacote tecnológico, um ideal a ser perseguido pelos demais produtores rurais. Ou seja, toda a propriedade é moldada sob um determinado pacote tecnológico servindo de modelo ou referência para as demais. Num caráter mais participativo são utilizadas como propriedade de referência pedagógica que servem como palco da discussão das tecnologias, espaço para o desenvolvimento da pesquisa participativa e modelo para as demais (OLINGER, 2006, p. 101-106).

d) Dia de Campo: Serve para a divulgação de resultados, novas tecnologias ou práticas agrícolas, novas culturas etc. Geralmente é realizado de forma sequencial, podendo visualizar a prática ou cultura, em cada etapa. No modelo difusionista um técnico especializado explica com auxílio de materiais audiovisuais ou mostrando a campo cada etapa da tecnologia. Nos modelos participativos o ator principal não é mais o técnico, mas pode ser algum membro da família que exerce esse papel, podendo ou não estar acompanhado de um técnico, assim permite uma maior interação entre os que buscam a tecnologia com os que já a praticam. Esse grau de interacionismo é o que pode diferenciar uma modelo de outro. Geralmente é utilizado para o conhecimento, para despertar o interesse do produtor ou família para o tema apresentado (OLINGER, 2006, p. 111-115; RUAS et al., 2006, p. 71-76).

e) Curso ou Treinamento: Utilizado para capacitar os agricultores em determinada atividade e segue uma sequência lógica de práticas e disciplinas relacionadas com o tema. Realizado em grupos geralmente de 10 a 20 pessoas, podendo ser realizado em etapas ou num bloco único. Podem acontecer em locais especializados, escolas, centros comunitários e nas

propriedades rurais, dependendo da complexidade exigida para cada curso/atividade. Servem para acessar e construir novos conhecimentos (COELHO, 2005). Os cursos também são chamados de treinamentos, termo muito utilizado no período difusionista (OLINGER, 2006, p. 127).

f) Oficina: Este método difere do curso pelo aspecto pedagógico e por estar relacionado com o desenvolvimento de determinada habilidade ou aptidão. Consiste num laboratório onde o grupo pratica, discute, observa e constrói de forma conjunta essa nova habilidade ou nova aptidão. Segundo Paviani e Fontana (2009, p. 78) “numa oficina ocorrem apropriação, construção e produção de conhecimentos teóricos e práticos, de forma ativa e reflexiva.” Se difere do curso principalmente pelo aspecto de incentivar a participação e a construção de uma proposta comum ao grupo, seja sobre os problemas ou assuntos tratados ou na adoção ou desenvolvimento de uma nova tecnologia (RUAS et al., 2006, p. 109).

g) Grupo de discussão: Formado a partir de famílias de agricultores que possuem atividades em comum, sejam econômicas, sociais, organizacionais ou outras e que tenham uma realidade parecida. Tem o objetivo de formar um grupo de indivíduos, não necessariamente com objetivos comuns, mas com interesses comuns, para obtenção e geração de conhecimento, identificação de problemas, potencialidades comuns ao grupo. Pode levar a ações conjuntas ou a práticas individualizadas com características próprias a cada propriedade (CEZAR, 2009, p. 63-64).

### **2.3 Caracterização dos Métodos massais**

São métodos que visam atingir um grande número de pessoas, sendo o número de participantes limitado mais pelo espaço físico e área de abrangência do evento ou do meio do que pelo método. São utilizados para mobilizar um grande número de pessoas e divulgar de forma mais rápida a informação. Tem como a desvantagem o distanciamento do técnico com o público, por isso devem ser associados a outros métodos anteriores ou posteriores para preparar os participantes ou esclarecer dúvidas, pois devem fazer parte de um projeto ou trabalharem atividades relacionadas com o tema (CEZAR, 2009; OLINGER, 2006).

a) Semana Especial: É um método utilizado para mobilizar um número maior de pessoas, é um método complexo por que envolve outros métodos e técnicas de ensino, onde se busca “viabilizar a formação, tanto técnica quanto política, econômica ou organizacional de um grupo maior de indivíduos. Permitir, ao mesmo tempo, a realização de cursos, oficinas e espaços de vivência [...]” (COELHO, 2005). É realizado em mais de um dia para abranger

mais assuntos e possibilitar um maior aporte de conhecimentos aos participantes, procurando associar atividades teóricas com práticas ou visitas (RUAS et al., 2006, p. 119-120).

b) Gincana: É um método utilizado para criar uma maior integração com os grupos trabalhados dentro de uma comunidade, município ou de grupos afins de municípios diferentes. Sempre o tema trabalhado se refere aos interesses do grupo que podem ser de caráter organizacional, técnico, de resgate de valores etc. Seria uma espécie de encontro festivo com uma finalidade pedagógica bem definida voltada ao desenvolvimento das capacidades de liderança, criatividade, organização e interação entre o público alvo (EPAGRI, 2010, p. 38).

c) Seminário: É um método complexo geralmente ligado a um tema econômico, ambiental ou social, que visa reunir um maior número de pessoas e motivá-las, informá-las através de palestras ou outros métodos agregados. A palavra seminário em seu sentido etimológico significa a exposição de ideias seguidas de um amplo debate dos participantes, portanto deve propiciar espaços para o questionamento e discussão dos temas abordados (OLINGER, 2006, p. 39).

d) Campanha: É um método voltado mais para a mobilização da comunidade em torno de algum problema, fato ou ação que necessita ser executada rapidamente. Toda a campanha deve ser previamente trabalhada com as lideranças locais e a estratégia deve ser toda elaborada de comum acordo, prevendo atividades prévias de preparação, de execução e atividades pós-campanha para que realmente a comunidade adote as mudanças propostas no tema da campanha. Como exemplos podem ser utilizados: a coleta seletiva de lixo doméstico, a coleta de embalagens de agrotóxicos etc. (OLINGER, 2006, p. 148).

e) Televisão: É um meio que apresenta um excelente alcance, mas não tem um bom resultado educacional. Segundo Olinger “a televisão não leva vantagem didática sobre o ensino comum ministrado na sala de aula” (2006, p. 51). Por outro lado gera a necessidade de um contato direto entre extensionista e a família para tirar as dúvidas principalmente quando as inovações são mais complexas (2006, p. 50-52). Entretanto é muito útil na divulgação de campanhas, na motivação do agricultor e informação. Na atualidade a maioria das famílias tem acesso à comunicação via televisão, chegando a 89,5% dos domicílios rurais (BRASIL, 2011).

f) Vídeo: Alguns autores tratam este método em conjunto com a televisão, entretanto pode ser considerado um método auxiliar em métodos complexos, como por exemplo: Reunião, Seminário, Palestra etc. Também serve para a divulgação de campanhas, na motivação do agricultor e sua informação com a vantagem de possibilitar a interação do

extensionista com o público. Quando bem utilizado o vídeo permite que se abra um debate, que se volte para partes importantes ou que ficaram dúvidas e permite uma visualização da tecnologia, da proposta da campanha ou do assunto tratado. Deve servir mais como um instrumento de apoio do que um fim em si (OLINGER, 2006, p. 50-52).

g) Rádio: é um meio eficiente para se transmitir informações úteis para as famílias rurais de uma maneira rápida. Entretanto não conta com os meios de visualização da sua mensagem como no vídeo e na televisão, o que dificulta a transmissão do conteúdo, pois o ouvinte fica no campo da imaginação (OLINGER, 2006, p. 50-52). Atualmente o uso do veículo rádio tem caído devido à entrada dos novos meios de comunicação televisão, internet etc. passando de 88,0% dos domicílios rurais em 2001, para 77,2% em 2011 mesmo assim continua sendo um importante meio de comunicação principalmente nas comunidades mais distantes (IBGE, 2011).

h) Impressos, Fôlder e Folhetos: são materiais impressos destinados à leitura, portanto o seu público alvo é preferencialmente o público alfabetizado. Quando destinado a um público com menor grau de instrução são utilizados mais fotos e desenhos para facilitar a sua compreensão. O Fôlder é mais utilizado para divulgar novas ideias, programas ou campanhas, empresas etc., ao passo que os Folhetos servem geralmente para “difundir um sistema de produção, determinada cultura ou criação, de forma reduzida e acessível ao entendimento do agricultor” (OLINGER, 2006, p. 57).

i) Jornal e Revista: São meios que servem para a divulgação de forma escrita dos resultados, de novas tecnologias etc. Podem ser elaborados especificamente com assuntos agrícolas ou podem ser usados na forma de colunas nos jornais ou revistas regionais existentes. O extensionista deverá ao utilizar este método utilizar uma linguagem clara e precisa para facilitar o entendimento do leitor que além do seu nível cultural pode não ser ligada a área agrícola.

## **3 OS EXTENSIONISTAS E A ESCOLHA DOS MÉTODOS DE EXTENSÃO RURAL NA UGT – 5**

### **3.1 Caracterização das atividades realizadas pelos extensionistas da EPAGRI**

#### **3.1.1 A divisão do tempo entre atividades de escritório e de campo**

Uma das etapas do estudo realizado sobre os fatores que influenciam o uso dos métodos foi a descrição das principais atividades desenvolvidas pelos extensionistas rurais da EPAGRI na UGT – 5. Inicialmente procedeu-se à descrição da última semana de trabalho e de uma semana típica. As atividades exercidas pelos técnicos da EPAGRI, independente da sua função, se dividem normalmente em atividades de escritório e atividades de campo. Antes de apresentar os dados, é importante a caracterização do que se compreende por essas atividades.

As Atividades de Escritório são as realizadas, como o seu nome sugere, no seu escritório local, onde se recebem os agricultores para atividades mais burocráticas. Em relação ao seu tempo de permanência no escritório, os extensionistas entrevistados (Amostra 01 Locais), os ATAs e o Gerente (Amostra 02 Regionais), todos afirmaram que mantêm a segunda-feira como dia de escritório – que é o recomendado pela empresa –, ou seja, 20% do tempo de trabalho. Mas alguns chegam a ficar 60% do seu tempo no escritório, realizando os denominados atendimentos de escritório.

Segundo os dados obtidos pelas entrevistas, Amostra 01 Locais, pode-se dividir os atendimentos de escritório conforme as atividades realizadas em: atendimento à demanda técnica, atendimento à demanda gerada pelos programas de governo e atividades burocráticas.

As Demandas Técnicas estão mais relacionadas com as atividades agropecuárias do município, nem sempre a atividade de maior movimento econômico é a que gera maior demanda. Existem as demandas por informações das áreas ambientais, das áreas da industrialização caseira, vigilância sanitária, inspeção e também todas as relacionadas ao crédito agrícola, sem contar as demandas de agricultores geradas pelas entidades de comunicação de massa que trazem informações de outras regiões de forma indiscriminada e muitas vezes não aplicáveis técnica ou economicamente, mas que exigem tempo do extensionista para justificar a orientação.

As Demandas dos Programas de Governo, como Banco da Terra, PNCF e Fundo de Terras (Estadual), estão relacionadas ao assentamento de famílias rurais, onde muitas vezes a

EPAGRI acaba assumindo atividades que deveriam ser realizadas por parceiros, programas estaduais, como Juro Zero e Troca-Troca de Sementes e Calcário, Fundo de Desenvolvimento Rural, entre outros.

As Atividades Burocráticas são as atividades pertinentes aos técnicos, como planejamento e lançamento de relatórios diversos. A prestação de contas e alguns relatórios estão a cargo do auxiliar administrativo, mas na UGT – 5 apenas 13 municípios contam com o apoio desse profissional. Nos demais, o técnico local acumula mais esse trabalho burocrático.

As Atividades de Campo geralmente estão ligadas à assistência técnica, acompanhamento de projetos técnicos, laudos, vistorias, entre outros. A partir das declarações dos extensionistas entrevistados (Amostra 01 Locais), foi possível caracterizar as atividades de campo pelo número de agricultores atendidos, ou seja, se é de forma individual ou grupal. As Atividades de Campo Individuais são aquelas em que a ação extensionista tem o alcance de apenas uma unidade familiar, podendo ser caracterizadas como visitas técnicas e vistorias. As Visitas Técnicas são as que atendem basicamente à demanda técnica espontânea, criada ou estimulada/incentivada pelos programas de governo. A Demanda Espontânea é gerada pela necessidade do próprio agricultor, que busca apoio junto ao técnico municipal, gerando a necessidade da visita técnica. Já a Demanda Criada é aquela que surge a partir da ação do técnico, o que acaba por gerar a necessidade de uma visita à propriedade. Pode ser gerada por atividades grupais de motivação, promoção ou pela própria atividade extensionista que gerou uma nova demanda no município. Na Demanda Estimulada ou Incentivada, quando vem apoiada por um programa ou projeto de governo, a necessidade não foi gerada localmente, mas segue regras e normas predeterminadas.

Quanto as Vistorias, não são consideradas um método de extensão, mas uma demanda de trabalho gerada pelos programas de apoio à agricultura familiar, como, por exemplo, programas como Banco da Terra, Crédito Fundiário e projetos de crédito (Pronaf, FDR) e vistorias do Seguro Agrícola quando ocorrerem eventos climáticos, elaboração de laudos etc.

As Atividades de Campo Grupais são aquelas em que a ação extensionista tem o alcance de duas ou mais unidades familiares. Podem ser classificadas como: reuniões de promoção de divulgação; reuniões esporádicas de divulgação, programas e projetos, usualmente utilizadas na relação ou contato com entidades como CMDR, associações e, em alguns casos, nas comunidades; reuniões técnicas são reuniões destinadas a divulgar, promover ou transmitir algum tema técnico; reuniões com grupos afins estão geralmente ligadas a uma atividade técnica, ligada a uma cultura ou atividade econômica que seja importante para o município e que conste como prioridade em seu Plano Anual de Trabalho

(PAT). Este grupo geralmente tem datas pré-definidas ao longo do ano, em que associam outros métodos grupais, como reuniões técnicas, dias de campo, excursões etc. Geralmente adotam um dia fixo por mês para as reuniões ou encontros desses grupos. Outras atividades grupais são os métodos grupais, como excursões, seminários, palestras etc., já descritos no capítulo 3, não sendo necessária uma nova descrição. São realizadas mais esporadicamente, dependendo muito do estilo de trabalho do técnico.

As Atividades de Representação são atividades ligadas mais à representação da Empresa em reuniões, atividades, perante o poder municipal, que não têm vínculo com Assistência Técnica e Extensão Rural, necessárias para a divulgação dos trabalhos, para a sua sustentabilidade e para divulgar os resultados alcançados. Neste caso, é gerada certa confusão pelos técnicos na hora de classificar esse tipo de atividade. Em sua maioria, colocam essa atividade na categoria de a campo, entretanto é uma atividade que deveria ser considerada como de escritório, já que não tem conteúdo técnico, na maioria das vezes.

Em relação à descrição da última semana de trabalho dos extensionistas entrevistados, as respostas foram agrupadas seguindo as categorias formadas pelo ano de ingresso na empresa, conforme descrito nos procedimentos metodológicos. Os 12 técnicos pertencentes à Amostra 01 Locais ao serem entrevistados declararam que as suas atividades na última semana de trabalho respondiam na forma da percentagem do tempo em que exerciam atividades no escritório ou a campo. Cabe ressaltar que as entrevistas foram realizadas no período de dezembro de 2011 a janeiro de 2012, sendo que as principais atividades estavam ligadas ao fechamento dos relatórios mensais, elaboração e lançamento do PAT e vistorias dos planos de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural (FDR) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Os resultados foram listados no quadro 4.

<b>Percentagem do tempo de escritório</b>	<b>Ingresso anterior 2002</b>	<b>Ingresso 2002</b>	<b>Ingresso 2006</b>	<b>Total</b>
01-20%	0	2	1	3
21-40%	1	2	0	3
41-60%	1	0	0	1
61-80%	2	1	2	5
81-100%	0	0	0	0
Total	4	5	3	12

Quadro 4 – Tempo de escritório na última semana de trabalho relacionado com o ano do ingresso dos entrevistados da Amostra 01 Locais

Sendo assim, destes, cinco responderam que permaneceram no escritório de 61 a 80% do seu tempo e de 20 a 39% a campo, um permaneceu 60% do tempo no escritório e 40% a campo; três de 21 a 40% no escritório e 60 a 79% a campo e três de 20% no escritório e 80% a campo. Não existiu uma relação entre a época de entrada na empresa e o tempo de permanência no escritório ou a campo. Também não houve predomínio entre o trabalho de escritório (seis) e o trabalho a campo (seis). A decisão estava mais ligada ao tipo de atividade que estava pendente, determinando a sua maior permanência no escritório ou a campo, e essa atividade era tipicamente burocrática, como vistorias e preenchimento de relatórios, ou seja, quem estava com as vistorias do crédito fundiário ou de crédito agrícola atrasadas ficava mais tempo a campo e, ao contrário, os que estavam com o planejamento e as atividades internas atrasadas ficavam mais tempo nos escritórios.

Dos entrevistados da Amostra 01 Locais, quando questionados sobre uma semana típica de trabalho que se aproximasse mais da sua realidade do trabalho ao longo do ano, três informaram que permaneciam 0 a 20% do seu tempo no escritório e 80% do seu tempo no campo, quatro informaram que permaneciam no escritório de 21 a 40% e a campo de 60 a 79% e os cinco restantes permaneciam de 41 a 60% no escritório e de 40 a 59% do seu tempo a campo, ou seja, um tempo maior de escritório. Os entrevistados da Amostra 01 Locais que se enquadram no segundo e no terceiro grupo, que ficam um maior tempo no escritório, afirmaram que essa maior concentração do trabalho se deve ao tamanho dos municípios (quantidade de famílias de agricultores e as distâncias das comunidades) e às características do público atendido, o que gera uma demanda de escritório (Quadro 5).

Porcentagem do tempo de escritório	Ingresso anterior 2002	Ingresso 2002	Ingresso 2006	Total
01-20%	0	2	1	3
21-40%	2	1	1	4
41-60%	1	2	1	5
61-80%	1	0	0	0
81-100%	0	0	0	0
Total	4	5	3	12

Quadro 5 – Tempo de escritório na semana típica de trabalho relacionado com o ano do ingresso dos entrevistados da Amostra 01 Locais

Nesse caso, também não existe uma diferença sobre relação de tempo escritório/campo entre os diferentes grupos formados pelo ano de ingresso na EPAGRI.

Todos os entrevistados da Amostra 01 Locais realizam seu planejamento mensal e semanal na segunda-feira, mesmo os que ficam mais de um dia no escritório. O preparo de material e planejamento das atividades para o grupo dos três entrevistados da Amostra 01

Locais que ficam de 0 a 20% também são realizados na segunda-feira, ao passo que o grupo de entrevistados da Amostra 01 Locais que fica mais tempo no escritório planeja as atividades conforme a proximidade da reunião. A maioria busca se capacitar nesses períodos de escritório, geralmente via meio eletrônico, via internet. Cabe ressaltar que o supramencionado é realizado entre um atendimento e outro no escritório, nenhum deles consegue tirar um tempo exclusivo para isso. A maioria sente a falta de tempo e espaço para se organizar e planejar melhor e, quando tem apoio da equipe regional, se sente mais confiante e aí sim, nesses momentos, como vários dizem: “*tiram o tempo para planejar*”. São poucos os que buscam capacitar-se fora do horário de trabalho através de leituras e pesquisas virtuais.

### 3.1.2 A natureza do trabalho extensionista segundo a classificação do SEATER

Com base nos dados do Sistema Epagri de Assistência Técnica, Extensão Rural e Difusão Tecnológica (SEATER), distinguem-se as atividades de apoio das atividades técnicas. As atividades técnicas só são lançadas no SEATER como tais quando forem ações de caráter técnico nas áreas de produção agropecuária, social ou ambiental. Já nas atividades de apoio só são lançadas as ações mais voltadas aos programas de governo, declarações diversas.

<b>Atividades de apoio</b>	<b>Quantidade de eventos</b>	<b>Beneficiários</b>
Programas governamentais <sup>1</sup>	5.488	10.904
Declarações de Aptidão ao PRONAF	2.283	4.009
Supervisão e acompanhamento de projetos	1.326	2.037
Laudos	771	997
Planos de crédito rural	763	1.061
Outros projetos e planos	445	971
Planos de crédito fundiário	335	558
Planejamento agrícola, aquícola e pesqueiro	236	692
Diagnósticos e estudos	216	444
Parcerias	170	553
Planos de desenvolvimento	55	247

Quadro 6 – Atividades de apoio orientadas pelos extensionistas da EPAGRI na UGT – 5

Fonte: SEATER 2010 – EPAGRI.

<sup>1</sup> São programas ligados ao governo federal e ao governo estadual, como, por exemplo: Federais – Banco da Terra, Crédito Fundiário, PRONAF etc.; Estaduais – Fundo de Terras, Programa Terra Boa, Microbacias 2 etc. Disponíveis respectivamente em: <<http://www.agricultura.sc.gov.br/>> e <<http://www.mda.gov.br/portal/institucional/Secretarias>>.

a) As Atividades de Apoio se caracterizam, em sua maioria, por atividades relacionadas à execução de programas de governos e de obrigatoriedade legal ou instituída à EPAGRI. Apresentam um caráter mais burocrático, que geralmente leva o extensionista a realizar mais atividades de caráter individual, como atendimentos de escritórios, visitas ou, no caso, vistorias ligadas às diversas modalidades de crédito rural ou fundiário. Estão demonstradas e quantificadas no quadro 7 para uma melhor visualização;

b) As Atividades Técnicas na área produtiva são as atividades técnicas ligadas à assistência técnica de produção animal ou vegetal, conservação de solo, armazenagem, irrigação, industrialização caseira, administração rural etc.;

c) As Atividades Técnicas na área ambiental são atividades técnicas ligadas à educação ambiental, destino correto de resíduos (lixo doméstico), sistemas de tratamentos de esgoto, sistemas de captação e melhoria da qualidade da água, recuperação ambiental etc.;

d) As Atividades Técnicas na área social são atividades ligadas à motivação e sensibilização, educação alimentar, hortas e pomares domésticos e escolares, atividades organizativas, atividades não agrícolas, gênero e geração etc.

## **3.2 Os métodos de extensão rural empregados pelos técnicos**

### **3.2.1 A representatividade e importância dos métodos a partir dos relatórios da EPAGRI**

Para se alcançar um dos objetivos propostos por este estudo, o de quantificar as atividades na UGT – 5, obteve-se junto ao Escritório Regional da EPAGRI de Rio do Sul a relação e quantificação dos métodos utilizados pelas equipes locais no ano de 2010. Os dados foram extraídos dos relatórios da EPAGRI junto SEATER, com autorização da Diretoria de Extensão Rural da EPAGRI, via meio eletrônico, que estão demonstrados através da figura 2.

Duas formas poderiam ser utilizadas para a análise: a quantidade dos métodos utilizados ou a quantidade de participantes de cada evento. Optou-se pela primeira (Figura 2) por representar melhor a frequência de uso. Se fosse utilizada a segunda opção, haveria um mascaramento por parte de alguns métodos grupais que envolvem grande número de pessoas em relação à sua baixa utilização.

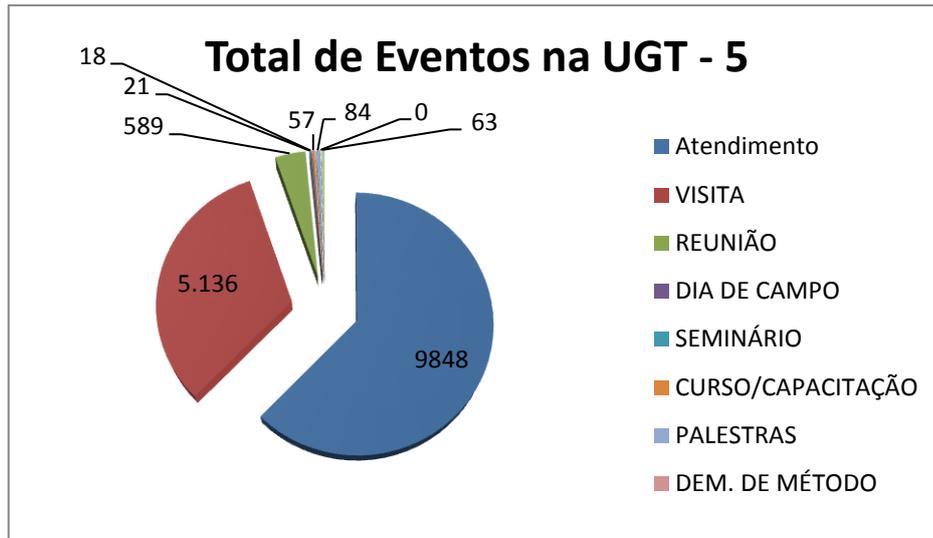


Figura 2 – Quantidade de eventos realizados na UGT – 5 no ano de 2010 por tipo de método  
Fonte: SEATER 2010 – EPAGRI.

Analisando os números observa-se que do somatório dos métodos utilizados existe uma grande concentração de uso no método Atendimento no escritório (62,27%) e em segundo lugar no método Visita (32,27%), ambas de caráter individual quando comparadas com as outras que são de caráter grupal. Somando-se os valores dos métodos de caráter individual obteve-se um total de 94,54% caracterizando que: existe um predomínio dos métodos individuais sobre os métodos de caráter grupal. Esta ocorrência desproporcional é um dos principais fatores que será analisado nesta primeira etapa da pesquisa através do questionário elaborado para os técnicos, como estudo quantitativo prévio para a preparação da pesquisa quantitativa.

Anteriormente já foi demonstrada a frequência do uso dos métodos de extensão via SEATER, os dados são lançados no sistema eletrônico pelo técnico executor da ação ou em alguns casos pelo auxiliar de escritório. A partir agrupamento dos dados apresentados na figura 3, procura-se demonstrar graficamente que existe uma grande desproporcionalidade no uso dos métodos individuais em relação aos grupais.

No aprofundamento da análise dos dados e do desenvolvimento da pesquisa, coube a separação dos métodos que compreendem uma ação voluntária do agricultor na procura de orientações, dos métodos que dependem da ação direta do técnico em promover o encontro entre as partes. Como foi visto na seção sobre os métodos, quando se trata de Atendimento, o técnico aguarda a vinda do agricultor ao escritório, ao passo que nos demais casos cabe ao técnico provocar ou promover a mobilização dos agricultores. Sendo assim, doravante o método Atendimento não será considerado na análise, pois neste trabalho o maior interesse é

analisar a ação do extensionista. Nesse sentido, o método Atendimento foi retirado e, comparando-se os métodos grupais em conjunto com os individuais, restou somente a Visita. A distribuição dos métodos grupais em relação ao método Visita pode ser observada na figura 4.

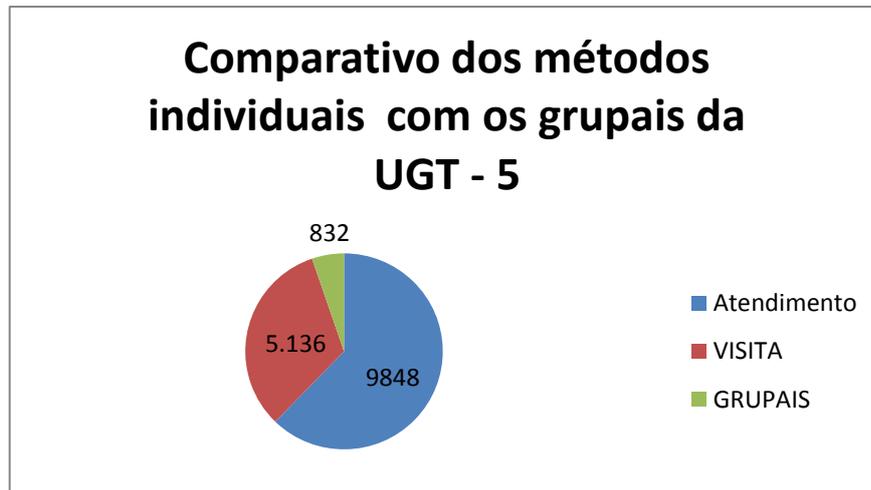


Figura 3 – Comparativo dos métodos individuais (Visita e Atendimento) com o somatório dos métodos grupais utilizados na UGT – 5

Fonte: SEATER 2010 – EPAGRI.

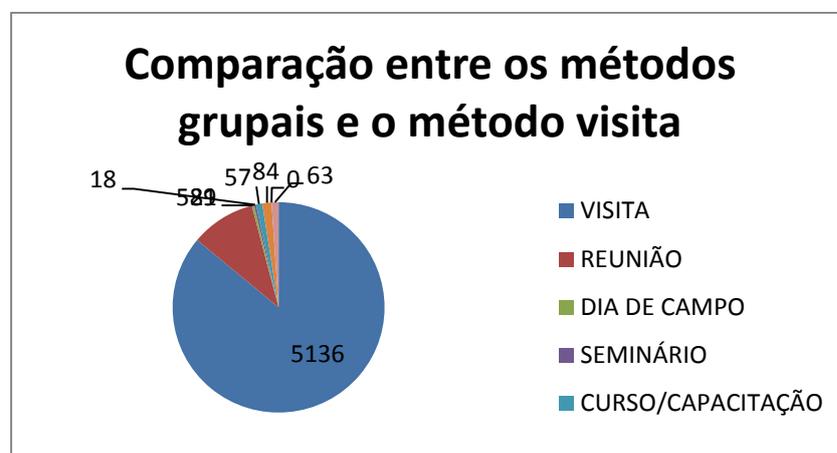


Figura 4 – Comparativo dos métodos grupais em relação ao método Visita utilizados na UGT – 5

Fonte: SEATER 2010 – EPAGRI.

Quando analisados os dados sem o método Atendimento, o método Visita passa a ter uma frequência de 86,06%, um método de caráter individual e de baixo alcance, pois a visita é direcionada a uma família apenas por vez. Já os métodos grupais foram executados numa frequência de 13,94%, muito abaixo do método Visita, comprovando que, mesmo nos

métodos em que existe a ação direta do técnico, ocorre um grande predomínio dos métodos de caráter individual. Esse fator diminui a eficiência e o alcance da Extensão Rural na UGT – 5.

Analisando apenas os métodos de caráter grupal, pode-se observar a seguinte distribuição do seu uso (Figura 5):

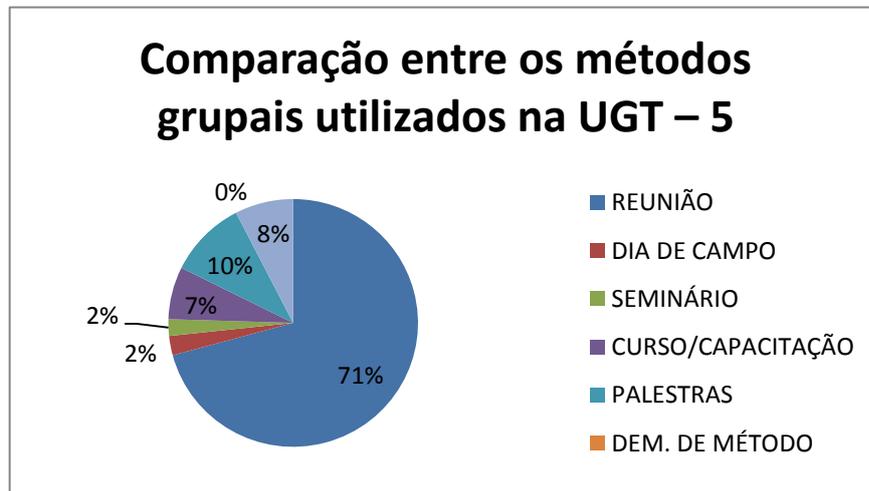


Figura 5 – Comparativo entre os métodos grupais utilizados na UGT – 5

Fonte: SEATER 2010 – EPAGRI.

Quando analisados em separado os métodos grupais, destaca-se o método Reunião, com 71% da frequência, demonstrando uma elevada preferência em relação aos demais. Em segundo, aparecem as Oficinas e os Cursos, praticamente empatados, e em terceiro, com o mesmo percentual de uso, os Dias de Campo e Seminários. Já a Demonstração de Método não foi relatada, o que faz pensar que esse método não é utilizado, mas ele é comumente empregado em conjunto com outros métodos, como em Reuniões Técnicas. Sendo assim, pode ter sido utilizado associado a outra atividade e acabou não sendo relatados para não gerar duplicidade.

Foi analisado o total das atividades realizadas pelos extensionistas rurais e extensionistas domésticas na UGT – 5 relatadas nos relatórios do SEATER – 2010. Nesse caso, o objetivo não é o de avaliar o tamanho da demanda ou a viabilidade do seu alcance, mas de ilustrar as principais atividades realizadas no ano de 2010 e a sua concentração por área trabalhada. Na figura 6, são demonstradas as Famílias Assistidas e, na figura 7, as Assistências por Grupos de Atividades.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> - **Famílias assistidas:** é a quantidade total de famílias de agricultores que foram assistidas pela EPAGRI na UGT – 5 sem repetição, ou seja, independente do número de vezes que a unidade familiar foi atendida.

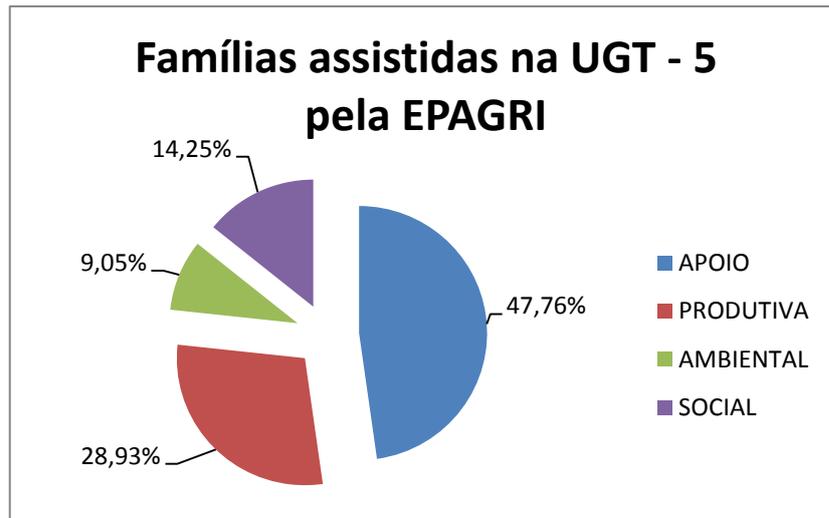


Figura 6 – Percentagem de famílias assistidas pela EPAGRI na UGT –5 por grupo de atividades

Fonte: SEATER 2010 – EPAGRI.

Analisando-se os dados isoladamente pela quantidade total de famílias assistidas (Figura 6), obteve-se o seguinte resultado: 47,76% se enquadram em algum programa de governo estadual ou federal, 28,93% são atividades técnicas ligadas à produção agropecuária ou industrialização caseira, 14,25% se referem à área social e 9,05% à área ambiental. Na análise desses percentuais, seria correto afirmar que praticamente 50% do tempo ou das ações são destinados para a execução de programas e projetos governamentais.



Figura 7 – Percentagem de assistências por grupo de atividades realizadas pela EPAGRI na UGT – 5

Fonte: SEATER 2010 – EPAGRI.

- **Assistências:** é o somatório de vezes que a UGT – 5 da EPAGRI prestou algum tipo de serviço (independente do método) para um agricultor ou unidade familiar, ou seja, um indivíduo pode ter recebido uma, duas ou mais assistências e estas são somadas para compor o total da Região.

Entretanto, ao ser analisada a quantidade total das assistências (Figura 7), ou seja, a soma das repetições em que as famílias foram assistidas, o que pode representar melhor o tempo dedicado, o esforço e com certeza a quantidade de ações extensionistas por área, obtém-se uma nova configuração de resultados: a atividade apoio cai para 38,82%, já a atividade técnica na área da produção sobe para 39,47%, a atividade técnica na área social sobe para 15,86%, e, finalmente, ocorre uma queda na área ambiental para 5,84%.

A partir da comparação dos índices, chega-se ao resultado de que a maior demanda de trabalho dos extensionistas da UGT – 5 no ano de 2010, alcançando 61,28%, foi na área técnica (produção + social + ambiental); na área de apoio, onde a maioria das ações são ligadas a programas federais, foram os restantes 38,82%.

Aqui não se buscou avaliar a qualidade da ação extensionista ou se a proporção entre as áreas técnicas e a área de apoio está dentro de um limite aceitável, mas sim demonstrar de uma forma um pouco mais detalhada a demanda de trabalho na região estudada.

### 3.2.2 A representatividade e importância dos métodos segundo a declaração dos extensionistas

Esta etapa da pesquisa foi desenvolvida através de questionário aplicado aos extensionistas rurais e extensionistas sociais dos Escritórios Municipais pertencentes à UGT – 5 num total de 31 municípios. Os questionários foram enviados e respondidos via correio eletrônico da empresa. O questionário foi elaborado com variáveis qualitativas, as quais serão analisadas a partir da distribuição de frequências comparando-se os diferentes métodos e seu grau de utilização.

A população da pesquisa é constituída pelos extensionistas rurais e extensionistas sociais dos municípios pertencentes ao Alto Vale do Itajaí, da UGT – 5. O questionário foi encaminhado para 100% da população (61 extensionistas rurais e sociais da EPAGRI), sendo que a amostra se compõe de 42 questionários devolvidos, dos quais quatro foram descartados por erros no preenchimento, restando um total de 38 questionários válidos, o que determinou, assim, uma margem de segurança dos resultados. Portanto, o total de 38 questionários válidos garante um erro amostral não superior a 10%.

Em relação aos métodos mais utilizados no dia a dia de trabalho dos extensionistas rurais e extensionistas sociais (Figura 8), as alternativas foram compostas conforme o relatório da Unidade de Gestão Técnica 5 – UGT – 5. Os métodos deveriam ser numerados de 1 (um) a 9 (nove) e sem repetição de valores, ou seja, de 9 (nove) para o mais utilizado até 1

(um) para o menos utilizado pelo extensionista. Para a análise, utilizaram-se os valores das frequências dos métodos que receberam o valor 9 (nove), conforme a figura 8, e o cálculo das médias dos valores atribuídos para cada método.

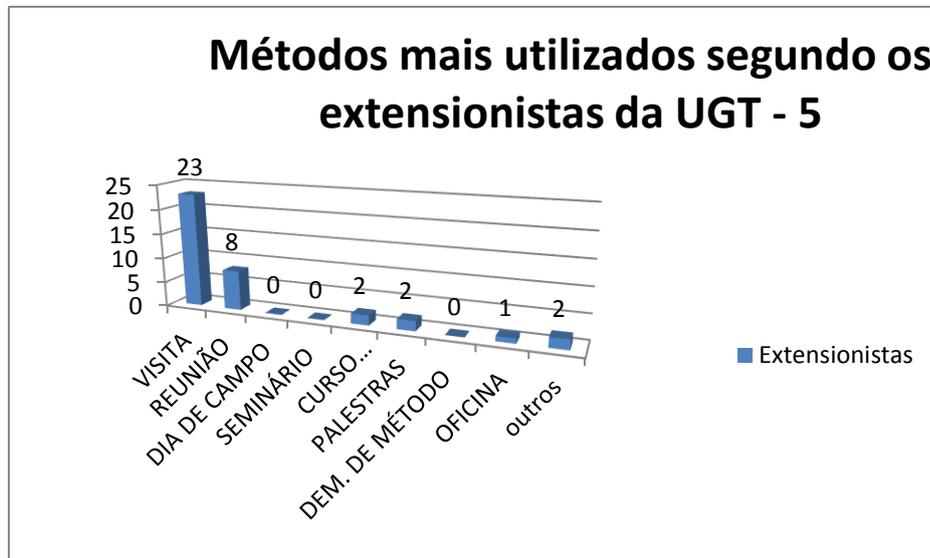


Figura 8 – Métodos mais utilizados segundo os extensionistas rurais e os extensionistas sociais da UGT – 5

Como resultado, obteve-se uma maior utilização do método Visita (23) e, em segundo lugar, o método Reunião (8), o que corresponde ao demonstrado nos relatórios da empresa. No quadro 7, pode-se visualizar em números absolutos e também confirmar pelas médias obtidas pelo somatório das respostas as frequências de uso dos métodos.

O valor das médias demonstrado no quadro 7 é importante pois diferencia os resultados dos métodos menos utilizados, porque provém do somatório do valor atribuído a cada um. Portanto, essa questão demonstra a tendência dos técnicos em adotar o método Visita, de caráter individual, em maior número, em detrimento aos métodos de caráter grupal.

Método	Visita	Reunião	Dia de Campo	Seminário	Curso – Capacitação	Palestras	Dem. de Método	Oficina
Frequência de uso dos métodos	23	8	0	0	2	2	0	
Quantidade total de eventos na UGT – 5	5.136	589	21	18	57	84	0	63
Média*	8,00	7,70	3,89	3,97	5,27	5,68	3,51	3,51

Quadro 7 – Comparativo entre as frequências do uso dos métodos e suas respectivas médias com o relatório 2010 da UGT – 5

\* Médias das frequências do uso dos métodos obtidas via questionários.

Não foi possível estabelecer uma relação estatística entre os dados, pois a maior ou menor utilização de um ou outro método não apresenta correlação entre si nem implica o uso das demais técnicas ou interfere nelas. O que se pode inferir nesse caso é que os dados obtidos no SEATER – EPAGRI praticamente estão refletidos nas respostas dos questionários de forma qualitativa.

Sendo assim, um dos objetivos do questionário, que era de comparar os dados obtidos via relatórios e compará-los com a visão dos extensionistas, foi alcançado. Esses dados comprovam que existe um predomínio do uso dos métodos de caráter individual sobre o uso dos métodos de caráter grupal.

Foi comprovada a visão dos dirigentes da EPAGRI do predomínio dos métodos Visita e Atendimento sobre os métodos grupais pelos dados do quadro 8 e também pelos dados dos relatórios. Cabe ressaltar que essa visão é compartilhada pela maioria dos extensionistas locais.

No quadro 8, foram comparados os resultados dos relatórios anuais da EPAGRI com o resultado das entrevistas. As unidades utilizadas são a quantidade de métodos realizados no ano de 2010 pelos Técnicos Locais da UGT – 5 e a frequência dos entrevistados da Amostra 01 Locais que afirmaram, via entrevista, que utilizam determinado método.

Método	Visita	Reunião	Dia de Campo	Seminário	Curso – Capacitação	Palestras	Dem. de Método	Oficina
Unidade	5.136	589	21	18	57	84	0	63
Frequência	12	9	7	2	2	4	6	2

Quadro 8 – Total dos métodos utilizados pelos técnicos locais da UGT – 5 (Unidade) e a preferência de uso dos extensionistas Amostra 01 Locais (Frequência)

Percebe-se que os 12 entrevistados da Amostra 01 Locais afirmaram que utilizam o método Visita e nove o método Reunião, o que justifica o grande número realizado no ano, ou seja, confirma os resultados obtidos via questionários e relatórios da EPAGRI. Cabe lembrar que três afirmaram que não utilizam os métodos grupais em seu dia a dia de trabalho.

Para permitir uma melhor visualização da execução dos métodos pelos Técnicos Locais e compará-los com a Amostra 01 Locais, será utilizada a figura 9. Foram retirados os métodos Visita e Reunião por terem um valor elevado, indiscutivelmente são os mais utilizados, e para possibilitar a visualização e comparação entre os valores dos demais.

Analisando o método Dia de Campo, pode-se perceber que sete entrevistados da Amostra 01 Locais afirmam que o utilizam. Entretanto, quando comparado com os relatórios do SEATER, é utilizado com uma frequência muito baixa. Já para o Seminário, nota-se que é um método muito pouco usado, o que condiz com as afirmações dos entrevistados da Amostra

01 Locais, pois somente dois utilizam. O método Palestra, por sua vez, foi citado por quatro entrevistados da Amostra 01 Locais, sendo realizado muitas vezes com o apoio de colegas da equipe regional ou da região com mais experiência na atividade.

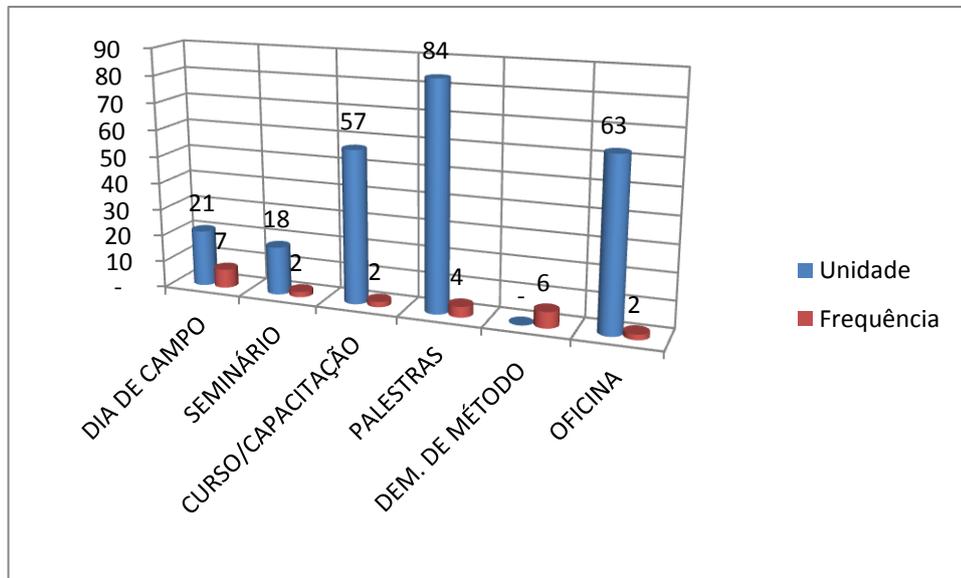


Figura 9 – Comparação quanto ao uso dos métodos grupais entre os dados obtidos através do questionário (Técnicos Locais) e na entrevista (Amostra 01 Locais), com exceção da Visita e Reunião.

Outro fato interessante que foi levantado durante a avaliação dos relatórios é que os Técnicos Locais da UGT – 5 não registram o método Demonstração de Método, entretanto 50% deles afirmaram durante as entrevistas que o utilizam. Ao serem questionados sobre por que esse método não aparece nos relatórios, afirmam que estava associado a outro método complexo e também por falhas no lançamento dos dados.

Em resumo, comprovam-se os resultados obtidos através do questionário, sendo que os entrevistados da Amostra 01 Locais também priorizam os métodos individuais em detrimento dos grupais. Ainda, comprova-se que, dos métodos grupais, o mais corriqueiramente utilizado é a Reunião, já os demais são utilizados em frequências muito baixas, mesmo sendo considerados importantes pela maioria.

No quadro 9, foi analisado o uso dos métodos por período de ingresso na empresa da Amostra 01 Locais.

Método	Amostra 01 Locais		
	Ingresso anterior a 2002	Ingresso em 2002	Ingresso em 2006
Visita	4	5	3
Reunião técnica	3	3	3
Grupos afins	3	3	3
Dia de Campo	4	1	2
D. Método	3	1	2
Palestra	2	2	0
Curso	0	1	1
Seminário	0	2	0
Oficina	0	1	1

Quadro 9 – Uso dos métodos pelos entrevistados da Amostra 01 Locais conforme o período de ingresso na Empresa.

Percebe-se uma diferença expressiva apenas no uso dos métodos Dia de Campo e Demonstração de Método entre o grupo com ingresso anterior ao ano de 2002, principalmente quando comparado ao grupo com ingresso em 2002. O primeiro grupo utiliza mais, sendo que até o entrevistado 14, que afirma preferencialmente não utilizar métodos grupais, realizou um Dia de Campo em parceria com a pesquisa no ano de 2010. Duas possibilidades são levantadas nesse caso: a primeira é que esses métodos eram amplamente utilizados no período difusionista e se tornaram habituais; e a segunda porque se refere ao maior conhecimento e segurança técnica desse grupo. Nos demais métodos, não há uma diferença expressiva na frequência da sua utilização pelos diferentes grupos. Portanto, ressaltando o já afirmado, as declarações dos entrevistados também confirmam o maior uso dos métodos individuais em relação aos grupais, o que é comprovado no quadro 10, que se refere à utilização dos métodos de extensão dentro de uma frequência esperada e necessária para o bom desempenho da ATER na UGT – 5.

Métodos utilizados dentro do esperado/necessário		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Válidos	NÃO	11	28,9	29,7	29,7
	SIM	26	68,4	70,3	100,0
	Total	37	97,4	100,0	
Perdidos	Sistema	1	2,6		
Total		38	100,0		

Quadro 10 – Visão dos extensionistas rurais e dos extensionistas domésticos quanto à utilização dos métodos de extensão dentro do esperado/necessário.

Do total dos extensionistas rurais e dos extensionistas domésticos que responderam, 70,3% consideram que os métodos estão sendo utilizados abaixo da quantidade necessária ou ideal. Portanto pode-se considerar que as mudanças implementadas nos modelos de gestão

implementados na UGT – 5 a partir do ano de 2008 ainda não surtiram o efeito esperado, que era o de aumentar o uso dos métodos grupais, confirmando a visão dos agentes regionais.

Sobre qual dos métodos propicia uma maior participação do produtor, na visão do extensionista, obteve-se a distribuição observada na figura 10.

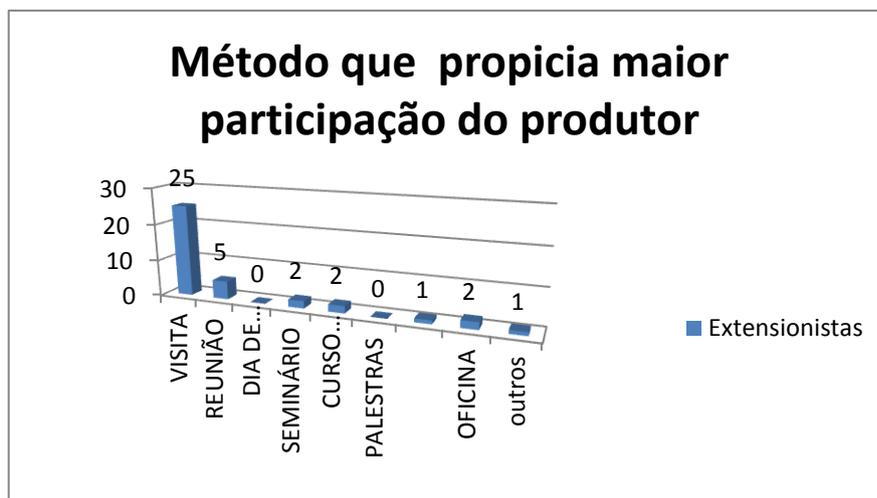


Figura 10 – Método de extensão que propicia uma maior participação do produtor

Verifica-se que segue, praticamente, a mesma tendência das respostas da figura 8, que se referia a uma maior utilização dos métodos Visita e Reunião. No quadro 9, segundo os extensionistas, a participação dos agricultores é maior nos métodos Visita e Reunião, seguidos pelos métodos Curso/Capacitação, Demonstração de Métodos e Dia de Campo.

Sobre a habilidade na utilização dos métodos de extensão, obteve-se a distribuição observada na figura 11.

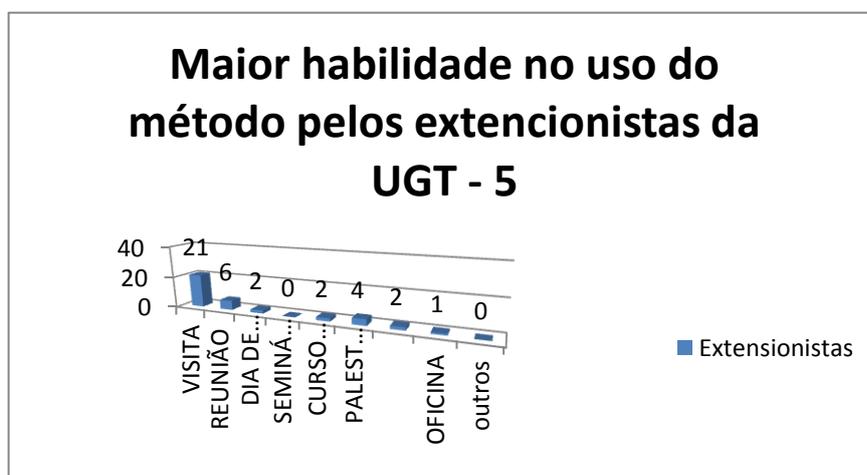


Figura 11 – Maior habilidade no uso dos métodos de extensão segundo os extensionistas rurais e os extensionistas domésticos.

Novamente aparece em primeiro lugar o método Visita e em segundo lugar o método Reunião, com um pequeno aumento no método Palestra quando relacionado com os resultados da figura 8, que se referiam aos métodos mais utilizados pelos extensionistas.

Comparando-se as médias dos métodos mais utilizados (Figura 8) com as médias da maior habilidade no uso dos métodos de extensão pelos extensionistas rurais e extensionistas domésticos da figura 11, percebe-se com clareza que os métodos mais utilizados são aqueles com os quais técnicos têm maior habilidade (Quadro 11).

Médias	Visita	Reunião	Dia de Campo	Seminário	Curso ou Capacitação	Palestras	Demonstração de Método	Oficina
Métodos mais utilizados	8,00	7,70	3,89	3,97	5,27	5,68	3,51	3,51
Maior habilidade no uso dos métodos	7,81	7,19	4,68	3,95	5,19	5,57	4,86	3,59

Quadro 11 – Comparativo das médias dos métodos mais utilizados com a maior habilidade no seu uso

Observou-se também, na visão do extensionista, qual o método em que o produtor tem maior interesse em participar, resultando na distribuição de frequências observada na figura 12.



Figura 12 – Método em que o produtor tem um maior interesse em participar na visão dos extensionistas rurais e dos extensionistas domésticos

O gráfico demonstra que, segundo os extensionistas rurais e os extensionistas domésticos, a preferência dos produtores estaria ligada ao método Visita e, em segundo plano, aparecem os métodos mais práticos, como Dia de Campo etc.

Outra informação interessante levantada é a de quais os métodos que proporcionavam uma maior participação dos produtores na visão do extensionista (Figura 13).



Figura 13 – Método que proporciona uma maior participação dos produtores na visão dos extensionistas rurais e os extensionistas domésticos da UGT – 5

Observa-se que Visita continua em primeiro lugar; em segundo, a Demonstração de Método; e, empatados em terceiro lugar, Reunião, Dia de Campo e Oficina. Percebe-se aqui que os métodos mais práticos propiciam uma maior participação. Questiona-se: por que são pouco utilizados pelos técnicos?

Com já foi visto no quadro 10, sobre a utilização dos métodos pelos extensionistas da UGT – 5, 26 dos extensionistas que responderam (70,3%) afirmaram que os métodos grupais são utilizados abaixo do esperado dentro do planejamento anual proposto pela EPAGRI. Estes pontuaram as seis possíveis causas da baixa utilização com a intenção de delimitar melhor o problema e servir de orientação para a boa formulação da entrevista que foi realizada na etapa seguinte da pesquisa. O resultado da distribuição das frequências está expresso no quadro 12.

Nota	5a Desconhecimento dos métodos	5b Falta de conhecimento técnico	5c Falta de capacitação em métodos	5d Falta de acompanhamento e apoio	5e Falta de interesse	5f Falta de tempo
Nota 1	16	2	1	1	3	3
Nota 2	8	6	8	2	1	1
Nota 3	1	10	5	4	5	1
Nota 4	0	1	6	11	4	4
Nota 5	1	4	4	8	9	1
Nota 6	2	3	2	0	4	16

Quadro 12 – Frequências dos motivos da não utilização dos métodos grupais segundo os extensionistas rurais e extensionistas domésticos da UGT – 5

Pelos resultados das frequências da nota 6, os motivos que levam à baixa utilização dos métodos são ordenados da seguinte ordem:

5f – Falta de tempo	(16)
5e – Falta de interesse em realizar os métodos	(04)
5b – Falta de conhecimento técnico	(03)
5c – Falta de capacitação em métodos	(02)
5a – Desconhecimento dos métodos	(02)
5d – Falta de acompanhamento e apoio regional	(00)

Analisando apenas dessa forma, tem-se a falta de tempo como a principal justificativa da falta de aplicação dos métodos e, em seguida, a falta de interesse em realizar os métodos, seguidos pelos demais, como descrito acima. A falta de apoio da equipe regional é considerada como um fator neutro ou indiferente. Para aprofundar mais essas respostas, utilizaram-se outras três medidas estatísticas, conforme o quadro 13:

Medidas	5a Desconhecimento dos Métodos	5b Falta de conhecimento técnico	5c Falta de capacitação em métodos	5d Falta de acompanhamento e apoio	5e Falta de interesse	5f Falta de tempo
Media	1,5769	3,3077	3,3846	3,8846	4,0385	4,8077
Mediana	1,0000	3,0000	3,0000	4,0000	4,5000	6,0000
Somatório	41	86 88	801	105101	125 105	125

Quadro 13 – Resultados do cálculo da média, da mediana e do somatório das frequências dos motivos da não utilização dos métodos grupais (Quadro 12)

Como pode-se observar pela média dos resultados, pela mediana e pelo somatório total dos pontos, chega-se a uma nova ordenação dos dados, que refletem com mais exatidão os resultados. Sob esses novos parâmetros e segundo declaração dos extensionistas, pode-se afirmar que: em primeiro lugar, o tempo disponível é o principal fator que propicia uma baixa

utilização dos métodos grupais de extensão rural. O interesse dos extensionistas em utilizar ou não os métodos grupais é o segundo fator que, associado à falta de tempo, predispõe a sua baixa utilização. O acompanhamento e o apoio regional também têm influenciado a frequência na utilização dos métodos grupais, que, quando analisada sob essas três dimensões estatísticas, passa da última colocação (sem nenhuma nota 6) para a terceira colocação, demonstrando que mais extensionistas têm essa visão, embora creditem um valor mais baixo a essa influência. A capacitação em métodos de extensão e o pouco conhecimento técnico estão numa fase intermediária, ocupando a quarta e quinta colocações, respectivamente. Demonstram que não são determinantes, mas que podem estar influenciando na decisão do extensionista na hora da escolha do método. Conhecimento dos métodos foi a que recebeu a menor pontuação de todas, sendo 16 com valor 1 e oito com valor 2. Esse resultado poderia ser considerado previsível, porque todos os técnicos passaram por um nivelamento em métodos de extensão, mesmo que tenha sido em épocas e situações diferentes, conforme o seu período de ingresso na Empresa.

### **3.3 Os motivos e condicionantes da escolha dos métodos de extensão rural**

#### **3.3.1 Os motivos alegados pelos extensionistas**

Nesta seção, num primeiro momento, foram analisados quais os motivos que levam o entrevistado a planejar determinado método, ou seja, uma visão do seu próprio trabalho, da sua ação extensionista. Os entrevistados da Amostra 01 Locais eram questionados sobre **“qual o motivo que determina a escolha dos métodos?”** referindo-se à sua atuação (Bloco 1 da Entrevista). Num segundo momento, foi analisada a execução dos métodos numa visão geral da UGT – 5 sobre **“quais os fatores ou condicionantes que têm influenciado o extensionista para a adoção de métodos individuais ou grupais de extensão?”** (Bloco 2 da Entrevista), no sentido de levantar a visão do entrevistado em relação às atividades realizadas pelos seus pares na mesma região. Ainda, esses questionamentos foram feitos aos entrevistados da Amostra 02 Regionais, referindo-se ao planejamento e adoção dos Técnicos Locais da UGT – 5. Finalizando, num terceiro momento, as informações obtidas através das entrevistas e dos questionários foram relacionadas e agrupadas. Sendo assim, foram descritos os principais motivos e condicionantes da escolha dos métodos segundo as declarações dos Extensionistas Rurais e das Extensionistas Sociais da EPAGRI na UGT – 5.

As afirmações foram agrupadas conforme seu significado, podendo um entrevistado ter citado uma ou mais das características relacionadas nos quadros: quadro 14 – Motivos que influenciam na escolha do método segundo a declaração dos entrevistados da Amostra 01 Locais e Amostra 02 Regionais; quadro 15 – Fatores ou condicionantes que têm influenciado a adoção dos métodos individuais ou grupais na UGT – 5 no dia a dia de trabalho.

a) Motivos da escolha dos métodos:

Categoria	Amostra 01 Locais			Amostra 02 Regionais	Total
	Ingresso anterior a 2002	Ingresso em 2002	Ingresso em 2006	ATAs Gerente +	
Necessidade do grupo (agricultores)	1	2	0	0	3
Número de produtores na atividade; demanda; tamanho do grupo	3	2	2	0	7
Tempo; forma; otimização dos recursos;	1	3	0	0	4
Aceitação da visita	1	1	1	0	3
Conhecimento; experiência; domínio; segurança; tema	1	0	0	5	6
Comodidade; acomodação; gosto; zona de conforto	0	0	0	4	4
Ambiente	0	0	0	1	1
Apoio	0	0	0	1	1
Importância	0	0	0	1	1

Quadro 14 – Motivos que influenciam na escolha do método segundo a declaração dos entrevistados da Amostra 01 Locais e Amostra 02 Regionais

Apenas quatro dos entrevistados da Amostra 01 Locais se referiram diretamente à **falta de tempo e otimização tempo**. Através da fala do Entrevistado 12 Locais: “A *otimização do tempo e recurso*. [...] *Se tem as necessidades específicas da família aí vai ser a visita. Tudo o que é o que puxa para uma coisa homogênea, procuro fazer a reunião.*” Na fala desse entrevistado, fica clara a relação que faz entre o tipo da demanda e o seu tempo para realizar as suas atividades. E conclui que: “*Então depende, o método eu vou utilizar conforme a necessidade do contexto.*”

Já o Entrevistado 14 Locais, que não utiliza com frequência os métodos grupais, afirma que:

*Dependendo da situação, caso, momento e tempo que você tenha para fazer você escolhe a metodologia. [...] visita é a metodologia mais eficiente que tem, ela não atende muitas pessoas. Mas depende dos problemas que você tem para abranger, ele vai resolver aquele problema e acabou.*

Pela fala desse entrevistado, percebe-se que sua ação extensionista está mais voltada à solução de problemas pontuais, por isso utiliza mais a visita. Pela sua afirmação – *“ele vai resolver aquele problema e acabou”* –, percebe-se que esse tipo de atitude não gera uma continuidade de trabalho, não se trata de uma porta que se abre para novas possibilidades e ações extensionistas. Isso aponta para uma falta da visão estratégica e pedagógica do uso do método Visita.

Já sete entrevistados da Amostra 01 Locais, em relação ao **Número de produtores na atividade; Demanda e Tamanho do grupo**, em suas falas se referiam à viabilidade da execução relacionada à quantidade de produtores envolvidos na atividade e ao método que seria mais eficiente para atendê-los, podendo ser uma demanda técnica, como na percepção do Entrevistado 18 Locais. *“A demanda criada pelos agricultores, por exemplos ovos, a escolha é pela demanda sentida.”* Ou demandas geradas pelos programas de governo, como afirma o Entrevistado 07: *“Nos programas de governo, a assistência técnica oficial é a EPAGRI, não tem até, é para ser mais justo com todos e fazer funcionar o programa conforme é para funcionar [...]. É obrigação e não tem escolha. É demanda.”*

Apenas um entrevistado da Amostra 01 Locais se referiu ao **conhecimento**, que ficou em segundo colocado como motivo da baixa utilização. Já quatro dos Entrevistados 02 Regionais (ATAs) consideram o **conhecimento, experiência, domínio e segurança** como motivos que influenciam na escolha dos métodos. Como afirmam o Entrevistado 10 Regionais e o Entrevistado 02 Regionais, lembrando que ambos são ATAs:

*Eu acho que tem muito a ver com a experiência, com o conhecimento que dá mais segurança para o profissional, de estar falando com o público, falando com a prefeitura, secretaria da agricultura, com uma cooperativa (Entrevistado 10 Regionais).*

*Aquele que se sente inseguro prefere trabalhar com a visita. Ele está sozinho com o agricultor [...] (Entrevistado 02 Regionais).*

Dos entrevistados da Amostra 01 Locais, apenas três afirmaram que escolhem o método Visita pela sua **maior aceitação**. Para o Entrevistado 15, *“A visita foi fruto da demanda, e eu percebi que a aceitação da visita era maior.”*

**Comodidade, acomodação, gosto e zona de conforto** foram citados como motivos por quatro dos entrevistados da Amostra 2 Regionais. Isso demonstra uma visão externa do planejamento, ou seja, por gostar mais de um determinado método, o extensionista acaba se acomodando e entrando numa zona de conforto, o que foi muito bem mencionado pelo Entrevistado 16 Regionais:

Dentro disso tudo, a gente tem a tendência natural de entrar na zona de conforto, essa é a tendência natural do ser humano. Ou seja, eu fico no ponto que é mais favorável. Por exemplo, isso é um ponto crítico dentro da gestão da Epagri e dentro da gestão pública como um todo. As pessoas, elas não intencionalmente e muito menos de má fé, elas tendem a entrar numa zona de conforto. [...] *E isso num longo prazo tende a perder resultados. Então existe um ponto onde você deve e onde o ATA ou o gestor regional deve estimular o técnico a nível de tensão criativa. É um estímulo positivo, não adianta você fazer um policiamento ostensivo para que ele saia dessa zona de conforto. Ao contrário, você deve gerar essa tensão criativa para você expandir essa zona de conforto, ou seja, que ele se sinta confortável não só numa situação que internamente decide, mas que ele procure. Se é o técnico que ele atende muito bem dentro do escritório, mas visita pouco uma situação ou o processo levou ele para essa situação, não é julgamento da pessoa. Mas se você estimular? Olha se você retomar as visitas e identificar as pessoas para você fazer esse seu trabalho, atingir esse seu objetivo. Por exemplo, acho que é um caminho, nesse sentido.* (grifo nosso).

Apenas três entrevistados da Amostra 01 Locais falaram da **necessidade do grupo**. Para o desenvolvimento do PNATER, a Participação deveria ser priorizada.

**Apoio, ambiente e importância** receberam uma citação cada pelos entrevistados da Amostra 02 Regionais. **Apoio e ambiente** foram citados pelo Entrevistado 01 Regionais, pois considera que o ambiente, ou seja, o município e suas características, pode influenciar na escolha dos métodos e, ainda, que o apoio é necessário para que as equipes locais aumentem o uso dos métodos grupais. Já o Entrevistado 02 Regionais acrescenta que, em muitos casos, os técnicos não entendem a importância do uso dos métodos grupais:

*Primeiro desconhece a metodologia ou ele viu a metodologia por cima e não conseguiu entender a importância dela. Porque se ele conhecesse bem a metodologia ele saberia da importância. Por isso que eu cito as duas coisas: o desconhecimento da metodologia, porque se ele desconhece ele vai superficial, ele sabe que é um dia de campo, você reúne o pessoal lá para fazer alguma coisa. Mas ele não conhece profundamente todos os detalhes de um dia de campo, o planejamento do dia de campo, os objetivos maiores que se deveria ter com um dia de campo.*

### 3.3.2 Os condicionantes no emprego dos métodos

Nesta seção, foram levantados os condicionantes que influenciam na frequência do uso dos métodos na visão dos entrevistados. Para melhorar a interpretação, deve-se levar em conta que, no Bloco 1 da entrevista, as questões estavam relacionadas diretamente com o planejamento do trabalho do entrevistado (PAT e Plano Mensal). Já o Bloco 3 da entrevista pretendia identificar a influência das mudanças implementadas na UGT – 5 no planejamento da região no dia a dia de trabalho. Neste caso, as respostas do quadro 14 estão relacionadas diretamente com o entrevistado (Amostra 01 Locais), em relação ao seu comportamento, seu

planejamento, suas atividades, ou seja, como ele se vê, como ele avalia a sua própria ação. Já as respostas do quadro 15 (Amostra 01 Locais e Amostra 02) estão relacionadas com o uso dos métodos na UGT – 5 ou como ele vê os seus pares na região.

Categoria	Amostra 01 Locais			Amostra 02 Regionais	Total
	Ingresso anterior a 2002	Ingresso em 2002	Ingresso em 2006	ATA+Gerente	
Público; tempo; demanda; ambiente	2	4	1	1	8
Pessoal; segurança; personalidade;	3	4	1	1	9
Conhecimento	0	1	2	5	7
Acomodação; fácil	2	1	0	3	6
Apoio	0	0	0	3	3

Quadro 15 – Fatores ou condicionantes que têm influenciado a adoção dos métodos individuais ou grupais na UGT – 5 no dia a dia de trabalho segundo os entrevistados da Amostra 01 Locais e Amostra 02 Regionais

Neste ponto, os resultados do quadro 15 dão importância ao Público, à Demanda e ao Ambiente, que foram agrupados com o Tempo, que recebeu um voto. Receberam praticamente os mesmos valores obtidos no quadro 14, ou seja, sete entrevistados tiveram essa opinião, e sobre Tempo foi um só dos entrevistados contra três no quadro 14. Então, é possível afirmar que tanto no planejamento municipal como na visão que eles têm dos colegas da região no planejamento e na utilização são levados em conta o Público, a Demanda, o Ambiente e o Tempo. Sendo assim, verifica-se que esses fatores são relevantes e influenciam na adoção dos métodos, pelo menos para mais da metade dos entrevistados da Amostra 01 Locais e somente para 01 da Amostra 02 Regionais.

Portanto, o primeiro resultado alcançado, com a análise dos dados dos questionários relacionados com as afirmações dos entrevistados, é de que o fator Tempo associado à Demanda (Tamanho do grupo, Número de produtores na atividade, Público, Ambiente) são os dois fatores, segundo os Extensionistas Locais da UGT – 5, que propiciam uma baixa utilização dos métodos grupais de extensão rural. Portanto a escolha está diretamente relacionada com a demanda de trabalho e com o tempo disponível para realizá-lo.

A acomodação e a facilidade da execução do método são vistos quase na mesma proporção do conhecimento e da segurança, sendo que três Entrevistados Locais consideraram determinantes e também três Entrevistados Regionais. Neste caso, para 50% dos ATAs (Amostra 02 Regionais), e no caso do quadro 15, quatro tiveram essa mesma percepção. Então se pode considerar que a posição de quem vê de fora é diferente da de quem está no seu

dia a dia de trabalho. Portanto conclui-se que esses motivos também são importantes na definição do método a ser utilizado. Uma característica nova que surge na opinião de oito Entrevistados Locais e um Entrevistado Regional em relação à região é a influência das características individuais e, como alguns dizem, é uma decisão pessoal que depende da personalidade a adoção ou não dos métodos grupais.

Portanto, relacionando os dados dos questionários e as afirmações dos entrevistados, obteve-se um segundo resultado: a falta de interesse (acomodação, zona de conforto) em realizar os métodos é um fator que, associado à falta de tempo, predispõe a baixa utilização desses métodos. Nesse sentido, apenas três entrevistados da Amostra 01 Locais apontaram essa como a causa da baixa utilização dos métodos grupais, 25% do total. Mas, na visão de quatro dos entrevistados da Amostra 02 Regionais (66,67%), é considerada uma das possíveis causas. Aqui também se pode associar as características individuais de cada um, no que se refere à afirmação de nove entrevistados, que citaram decisão pessoal e personalidade. Estas podem ser determinantes no tipo de atuação do técnico local, por exemplo, na diferença entre um técnico dinâmico em relação a um técnico apático.

Apenas três dos entrevistados da Amostra 02 Regionais mencionaram o apoio como determinante na adoção dos métodos, nenhum dos entrevistados da Amostra 01 Locais fez essa menção. Entretanto, quando comparado em conjunto com os dados dos questionários e as afirmações obtidas no bloco 4 da entrevista, percebe-se que existe uma certa influência das equipes regionais, ou ainda que estas poderiam influenciar mais na adoção dos métodos grupais. Portanto esse terceiro fator, a Falta de acompanhamento e o apoio regional, não condiciona a frequência no uso dos métodos grupais ou individuais, mas entra como um fator que pode influenciar as equipes locais tanto no planejamento anual quanto no estudo, na discussão, na organização e na execução dos mesmos. Por ser considerado de extrema importância, esse tema será abordado na alínea (d), que trata da importância da Estrutura Regional de Apoio, da Equipe Local e da Infraestrutura.

Nesse segmento da pesquisa, também surgiram como fatores determinantes o conhecimento e a segurança, sendo que três entrevistados da Amostra 01 Locais e quatro entrevistados da Amostra 02 Regionais consideraram-nos como fatores ou condicionantes para a escolha dos métodos na região. Ao se comparar com as respostas equivalentes no quadro 13, percebe-se que apenas um dos entrevistados da Amostra 01 Locais os menciona e cinco dos entrevistados da Amostra 02 Regionais consideram esses fatores determinantes na escolha. Aqui surge um contraponto entre os dois grupos: sua visão do planejamento e da execução do trabalho dos técnicos locais, ou seja, como eles veem o seu trabalho e o dos seus

pares, em que aparentemente o conhecimento, a segurança e a experiência não são motivos ou fatores determinantes na escolha.

Entretanto, esse mesmo tema também foi tratado nos questionários, ou seja, a falta de capacitação em métodos e a falta de conhecimento técnico também foram consideradas pelas respostas dos questionários como de baixa influência na escolha dos métodos, não sendo descartada por completo essa possibilidade. Como já foi afirmado anteriormente, no avanço do estudo percebeu-se que os entrevistados da Amostra 01 Locais não relacionam a frequência do uso dos métodos com a falta de conhecimento ou capacitação. Entretanto, para os entrevistados da Amostra 02 Regionais, esses dois fatores exercem influência. A resposta para essa diferença de visão não está relacionada ao conhecimento técnico ou do método, mas, como afirma o Entrevistado 02 Regionais:

*Por causa do desconhecimento da importância do trabalho das metodologias grupais. Primeiro desconhece a metodologia ou ele viu a metodologia por cima e não conseguiu entender a importância dela. Porque se ele conhecesse bem a metodologia ele saberia da importância. Por isso que eu cito as duas coisas: o desconhecimento da metodologia, porque se ele desconhece ele vai superficial, ele sabe que é um dia de campo, você reúne o pessoal lá para fazer alguma coisa. Mas ele não conhece profundamente todos os detalhes de um dia de campo, o planejamento do dia de campo, os objetivos maiores que se deveria ter com um dia de campo. Então ele não dá muita importância porque o dia de campo é um dia que vocês reúnem os agricultores em determinado lugar, para ver uma coisa lá, mas ele não se aprofundou na importância para a atividade dele naquele trabalho (Entrevistado 02 Regionais).*

Ou, ainda da forma como coloca o Entrevistado 11 Regionais: “*Talvez dos três acontecessem dois, [...] iam, mas sem a mesma qualidade. Porque da forma que foi apoiado melhorou a qualidade dos eventos.*” As afirmações apontam para dois pontos-chave: em primeiro lugar, o entendimento da importância dos métodos grupais e, em segundo, a qualidade desejada. Pelas falas citadas, além de aumentar o uso dos métodos grupais, é necessário melhorar a sua qualidade, além de melhorar a sua importância estratégica. Por esses motivos, considerou-se que a falta de capacitação técnica e sobre os métodos de extensão não é o fator ou motivo que condiciona a escolha por um determinado tipo, seja grupal, seja individual. Entretanto surgem como fatores novos que merecem ser destacados o entendimento da importância estratégica e metodológica e a qualidade dos eventos realizados, ou seja, o quando devemos e por que devemos utilizar determinado método de extensão e primar pela qualidade na sua execução. A qualidade não se refere à beleza do evento, mas compreende a utilização dos auxílios visuais necessários e adequados, ambiente de acordo com o método e objetivos propostos, linguagem adequada ao público, temas de interesse comum, oportunidade de expressão e participação etc.

Finalmente, a afirmação de que existe uma falta de conhecimento dos métodos foi descartada pelas afirmações dos Entrevistados 01 Locais e pelos Entrevistados 02 Regionais, comprovando o que já havia sido visto pelos questionários. Entretanto, ficam as ressalvas feitas no item anterior, em que foram levantados alguns fatores, como a importância de que os objetivos estratégicos e pedagógicos sejam internalizados na prática extensionista. Aqui pode ser agregado um fator que foi pouco mencionado, que é a necessidade do grupo, que pouco foi citado pelos entrevistados, adequando-se ao enfoque pedagógico e participativo e em consonância com os princípios da PNATER.

a) Fatores não condicionantes na escolha dos métodos de extensão segundo a visão dos entrevistados da Amostra 01 Locais.

A seguir, foram relacionados os fatores que poderiam influenciar a escolha dos métodos, entretanto foram considerados como não condicionantes pelos Entrevistados da Amostra 01 Locais, ou seja, a execução ou não dos métodos, a sua opção pelo conteúdo pedagógico, pelo número de participantes (individual ou grupal) ou pela complexidade não são condicionados pelos fatores relacionados a seguir:

a.1) A influência da Estrutura Regional no planejamento e no uso dos métodos grupais: somente dois dos entrevistados responderam que sim, que existe uma influência do regional no planejamento das suas atividades e por isso têm adotado mais os métodos grupais. Outros seis entrevistados responderam que tem ajudado pouco, mas que essa ajuda é importante e que poderiam ajudar mais. Reconhecem que os próprios ATAs têm limitações de tempo, pois, além de serem responsáveis pelos municípios, acumulam a função de líderes de projetos na área técnica para os 31 municípios da UGT – 5. Nesse sentido, oito dos entrevistados têm recebido uma certa influência no planejamento.

*Eu acho que contribui no sentido de que, sempre que veio alguém do regional, é porque íamos fazer alguma coisa grupal. E quando é mais individual já não interfere. Agora nessa questão grupal interfere. (Entrevistado 08 Locais).*

*Tem influenciado até pela questão da própria cobrança. Fica no meio termo, pensando no último ano, com as mudanças que teve ali no regional [...] teve apoio, mas nesse último ano poderia ter um pouco mais. Mas acho que é por causa dessas mudanças de ATA. (Entrevistado 13 Locais).*

Mas, já para os quatro entrevistados restantes, não tem influenciado no aumento do uso dos métodos, como no caso do Entrevistado 18, que afirma ainda que ele tem procurado os ATAs para auxiliar no seu trabalho.

*Mas fui eu que procurei. No caso do Plano Safra, poucos municípios estão fazendo, mas a maneira que chamava a [...] e falava, nos piquetes eu chamava o [...], fui eu quem os envolveu (Entrevistado 18 Locais).*

*Não. Não tem influenciado, nesse período não percebi isso, a decisão é local, é uma coisa nossa (Entrevistado 09 Locais).*

Portanto a influência da equipe regional no planejamento dos métodos não tem sido de grande intensidade, sendo mais característica para alguns ATAs que apoiam mais na execução.

Esse segmento trata de identificar se os ATAs e se a Gerência apoiavam e contribuía na organização e execução dos métodos grupais após o seu planejamento e se isso tem determinado que ocorra um aumento do seu uso por parte dos extensionistas locais.

Dos entrevistados, cinco afirmaram que não tem influenciado.

*Nem para mais e nem para menos, ela não está contribuindo (Entrevistado 05 Locais).*

*Não. Pouco às vezes no ano passado (2011), já no ano anterior foi mais. Mas ele poderia ter influenciado mais, com certeza. O apoio faria com que eu fizesse mais (Entrevistado 03 Locais).*

Apenas três consideraram que existe uma contribuição e apoio dos ATAs na organização e execução dos métodos, como se vê nas falas abaixo:

*Sim, porque o [...] que é o meu ATA aqui ele me ajuda bastante aqui, principalmente em [...] que ele domina bastante. Ela já fez duas ou três reuniões comigo no interior. [...] eu toco uma parte, ele toca outra parte, isso facilita um monte. E não é aquela coisa de só eu falando. Hoje vem um cara de fora. É até uma forma de atrair mais pessoal, também. Tem ajudado bastante, principalmente nos métodos grupais. Lógico que ele não vai ter tempo de fazer visitas comigo. Nos métodos grupais ela tem ajudado bastante (Entrevistado 04 Locais).*

*Eu acho que contribui no sentido de que sempre que veio alguém do regional é porque íamos fazer alguma coisa grupal. E quando é mais individual já não interfere. Agora, nessa questão grupal interfere (Entrevistado 08 Locais).*

Quatro dos entrevistados consideraram que os ATAs têm apoiado pouco, mas que de certa forma contribuem, muito mais na execução do que na idealização de novos eventos. Um fato interessante é que a influência não se dá propriamente pela área de ação do ATA, mas pela área técnica em que é mais especializado.

*Estão se fazendo mais presentes (Entrevistado 07 Locais).*

*O apoio ainda não é um dos melhores que tem, porque ainda estão migrando para essa parte também. [...] Então a gente está olhando o mesmo foco, o mesmo objetivo [...] (Entrevistado 07 Locais).*

*Pela limitação que o regional tem a gente ainda consegue fazer muito coisa, por exemplo, com o ATA 10, com o ATA 11, com o ATA 02, pela limitação que o regional tem hoje, não pela qualidade que tem, mas pela quantidade de profissionais que tem a gente ainda consegue fazer bastantes trabalhos grupais (Entrevistado 18 Locais).*

*Vai muito de você solicitar. Boa parte, talvez a maioria eu tenha que chegar, eu tenho que pedir, tem que solicitar, eu tenho que conquistar. Porque também o pessoal do regional está sobrecarregado, como eu o pessoal também está sobrecarregado (Entrevistado 12 Locais).*

*Olha se você tiver alguma coisa sobre o método grupal, você tem como entrar em contato com eles, mas o que eu sinto é que muitas vezes eles não vêm muito para os municípios não visitam periodicamente, por exemplo, os líderes de projeto (Entrevistado 17 Locais).*

Ao serem questionados sobre se existe a necessidade de uma estrutura técnica regional de apoio e se é importante para a realização do seu trabalho, os entrevistados da Amostra 01 Locais foram unânimes em afirmar que a estrutura é necessária e que é importante na realização do seu trabalho. Apenas um afirmou que não influenciava no seu trabalho. Entretanto acreditam que pode melhorar, como se vê nas afirmações abaixo:

*Importantíssimo. Eu acho que sim, porque nós ficamos uma época bem perdidos, na época da municipalização, ficou tudo a ver navios. Depois por um longo período não tínhamos mais esse acompanhamento, os Assistentes Técnicos de Desenvolvimento – ATD, basicamente era levar e trazer correspondência, porque não tinha como acompanhar o técnico lá no campo. Então, nessa nova visão, os ATAs estão tendo um acompanhamento mais de perto, isso é importantíssimo, até para a própria estrutura da EPAGRI e Escritório Local é muito importante (Entrevistado 04 Locais).*

*Ela é insuficiente, mas é importante para a realização do meu trabalho. [...] Necessidade tem, mas tinha que ter algumas modificações, mas acho que tinha que estar mais presente. Não sei de que forma. Se é visitando os municípios (Entrevistado 17 Locais).*

*Eu acho que sim, mas não do jeito que está. Eu acho que dá para fazer uma coisa melhor (Entrevistado 09 Locais)*

*Claro que em algumas regiões a demanda é maior. Assim em contrapartida, se tivesse mais por polos, até aqui poderíamos ter mais atividades com gado de leite. Mesmo não gostar muito, podemos estar organizando aí vem o pessoal de apoio na execução de uma palestra e a gente acaba dando um gás nisso (Entrevistado 13 Locais).*

Nesse sentido, considera-se que a atuação da equipe de ATAs, na visão dos extensionistas entrevistados da Amostra 01 Locais, na maioria dos casos não tem influenciado no aumento do uso de métodos grupais. O que tem sido feito é a recomendação da inserção dos métodos grupais no momento da elaboração do PAT. Observa-se que os ATAs apoiam mais os eventos em que são especializados e não pela sua área geográfica de atuação. Isso tem potencializado os trabalhos em que a área de ação e a área técnica se unem a um incremento

no trabalho e nos resultados, inclusive com uma maior adoção dos métodos grupais. Por outro lado, pode ocorrer que alguns municípios não tenham a devida atenção necessária.

*Eu acho que eles não têm condições de apoiar como eles desejariam, de estarem mais presentes, porque a região é grande e eles não têm condições de atender a todos. Como é um processo de mudança, ambos devem encontrar um ponto de equilíbrio para cada extensionista e para cada ATA (Entrevistado 04 Locais).*

*O [...] que é o meu ATA aqui ele me ajuda bastante aqui, principalmente em [...] que ele domina bastante. Ela já fez duas ou três reuniões comigo no interior. [...] eu toco uma parte, ele toca outra parte, isso facilita um monte. E não é aquela coisa de só eu falando (Entrevistado 04 Locais).*

Outra consideração é que existem diferenças nas formas das atuações dos ATAs. Durante a pesquisa, não foram realizadas perguntas direcionadas a uma avaliação dos ATAs. Mas percebe-se que os ATAs foram mais atuantes na elaboração dos planos de trabalho e na cobrança de sua execução do que no apoio aos escritórios locais e acompanhamento deles, no apoio aos eventos grupais e no incentivo à geração de novos eventos em grupo.

A atuação ideal dos ATAs foi classificada em dois tipos de apoio pelo Entrevistado 04 Locais: “*Existem dois tipos de apoio. Existe o apoio técnico e o apoio gerencial e administrativo.*” Essa classificação será utilizada para definir como os técnicos consideram que deva ser a atuação das equipes regionais e, ainda, agrega-se a cobrança da execução citada pelo Entrevistado 03 Locais.

*[...] Esse elemento articulador, elemento técnico de ATER, ele deveria de verdade, pelo menos uma vez a cada dois meses, mas o ideal seria todo mês, deveria estar aqui acompanhando o PAT, na verdade. [...] se acontecer algum problema eu possa tomar alguma atitude preventiva, para evitar que chegue ao final do ano e eu não execute a contento o planejado. Se passar seis meses o plano já estará comprometido. [...] meu amigo, apoio tudo bem, mas tem que ter cobrança (Entrevistado 03 Locais).*

➤ No que se refere ao Apoio Técnico, os entrevistados, em sua maioria, o consideram como essencial para o seu trabalho. Sentem a necessidade de um acompanhamento maior de suas atividades, servindo de orientação e correção de rumos para os seus trabalhos. Usam expressões como: “*porque apoiando você vai ter resultados*” (Entrevistado 08 Locais); “*Deveriam diminuir os municípios para esses ATAs, aí para eles estarem mais presentes. [...] te acompanhar como um todo, como era antigamente [...].*” (Entrevistado 04 Locais). Demonstram claramente a necessidade que sentem de um acompanhamento mais aproximado dos ATAs, com a intenção de se sentirem mais seguros e orientados sobre as atividades e ações extensionistas implementadas.

*[...] e ele também era mais apoio mesmo, ele dizia: – Guri, você tem que ir mais por aqui etc. Era um cara experientíssimo na área. Eu peguei mais supervisões de visão mais diferente, não de cobrança (Entrevistado 03 Locais).*

*Nesse último ano foi mais a questão de apoio. Eu acho melhor que seja com o apoio, porque apoiando você vai ter o resultado. É mais fácil de você alcançar o resultado com o apoio do que com a cobrança (Entrevistado 13 Locais).*

*Que não deveriam ficar naquela questão do malotinho, mas parar para sentar, quem fazia um pouco disso era [...]. Acho que essas pessoas teriam que dar mais sugestões, sugerir, que tal fazer diferente, mais focado naquela atividade que a pessoa é responsável (Entrevistado 15 Locais).*

*Eu acho que deveria acompanhar o trabalho da gente um pouco, acho que não a cobrança do trabalho, cobrar é justo sabe, porque cobrança você já tem dos agricultores. Só o fato de vir ver como estão as coisas, de conversar de ver como estão as coisas, isso já te ajuda, dá um ânimo (Entrevistado 08 Locais).*

*O pessoal do [...] tem dado mais apoio, estado mais presente, eles têm buscado mais. [...] Isso faz a diferença, pois às vezes você quer tocar o trabalho, mas você não vê todas as possibilidades, alguma coisa que você poderia estar mudando, faz a diferença, faz (Entrevistado 17 Locais).*

*Mas vou dar um exemplo que é o arroz, é uma equipe que está longe de nós, mas é uma equipe de Itajaí muito mais presente aqui [...]. É uma equipe que está presente, e ela faz a pesquisa e está presente no município (Entrevistado 04 Locais).*

Outra necessidade constatada é a troca de experiências entre os técnicos. A necessidade de apoio se reflete também no sentido de isolamento que alguns têm. Eles se utilizam de expressões como: “[...] a gente se comunica pouco, se intercambia pouco [...]” (Entrevistado 12 Locais); “[...] entre nós repassarmos nossas figurinhas, isso eu acharia interessante” (Entrevistado 18 Locais).

*O que poderia melhorar seria um maior diálogo, uma inter-relação entre nós mesmos. Eu sei muito pouco do que está acontecendo em outros municípios e eu sei de outras experiências de outros companheiros que poderiam me auxiliar, nem que fosse só com ideias, então assim a gente se comunica pouco, se intercambia pouco. [...]. Acompanhar algumas reuniões de campo, convivendo e trocando ideias (Entrevistado 12 Locais).*

*Visitas nos escritórios e mais reuniões de polo, como isso é interessante para repassar as informações, mas entre nós repassarmos nossas figurinhas, isso eu acho interessante. Reúnem três a quatro municípios próximos (Entrevistado 18 Locais).*

*O ideal é que fosse a polos, não a nível regional (Entrevistado 15 Locais).*

*Acho que por polos e por atividades. Pega no nosso polo, mesmo entre o polo tem diferenças, três trabalham com arroz, peixe parte social, teria que ter técnicos de apoio (Entrevistado 13 Locais).*

➤ Em relação ao apoio gerencial e administrativo, apenas um dos entrevistados não fez referências à necessidade de apoio gerencial e/ou administrativo. Mas existe

uma valorização no apoio recebido no planejamento anual, apesar de em outras seções ter sido visto que nem todos seguem o PAT.

*Eu acho que teria que ser mais técnico, 60% técnico e 40% administrativo (Entrevistado 03 Locais).*

*[...] e administrativo de repente você pode estar melhorando aqui, pontos fortes ou fracos. Ser bem franco. Apontando os pontos a melhorar e o que está bom. Se propuser a ajudar onde eu tiver dificuldade (Entrevistado 04 Locais).*

*Acho que a questão do técnico no escritório local e do regional teria que ter mais uma mão dupla. Têm técnicos que conseguem até tocar mais individual, já no meu caso eu prefiro ter alguém com quem discutir, sugerir mudanças, formas de trabalhar. Por exemplo, o auxílio do ATA na elaboração do PAT foi muito boa por que dá mais confiança no teu trabalho quando você está seguindo na direção certa (Entrevistado 17 Locais).*

➤ Quanto à Cobrança, apenas quatro dos entrevistados fizeram referência à necessidade de cobrança do trabalho. Mas, pelas falas destacadas anteriormente, no item Apoio, percebe-se que os técnicos não negam a cobrança, mas desejam que antes da cobrança sejam apoiados técnica e administrativamente para evitar os erros de percurso. Nesse sentido é que se refere a maioria: que primeiro ocorra o apoio, a discussão em grupo, e depois ocorram as cobranças.

*Corrigir onde estamos gastando energia onde não precisava. [...] Também fazer cobranças administrativas, as duas coisas junto (Entrevistado 05 Locais).*

*Primeiro discutir se o meu planejamento está correto. Ter uma ideia de qual a meta a ser alcançada. Discutir de forma conjunta o trabalho, as etapas e as metodologias, para se alcançar as metas pretendidas [...]. E cobrar quando necessário (Entrevistado 12 Locais).*

*De repente às vezes tem muita pressão e pouco apoio, até pela demanda demais que eu tenho eu não consigo cumprir, ou é falta de planejamento meu. [...] Não tiro a razão da cobrança, porque no BT e PNCF, tem muito dinheiro envolvido, veja quantos milhões e a empresa é cobrada por isso (Entrevistado 18 Locais).*

a.2) A influência da estrutura de pessoal do escritório local na escolha dos métodos de extensão:

No quadro 16, é demonstrado se os entrevistados da Amostra 01 Locais consideram a estrutura de pessoal do seu escritório local ideal sob o seu ponto de vista e como é composta, ou seja, se há extensionista local, auxiliares administrativos e técnicos em número suficiente.

	Ingresso anterior a 2002		Ingresso em 2002		Ingresso em 2006		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
É ideal para a execução do seu trabalho	1	3	1	4	0	3	2	10

Quadro 16 – Influência da equipe do escritório local na escolha dos métodos

Dos entrevistados, nove responderam de forma afirmativa, utilizando expressões como: “*com certeza, tem influência, perco muito tempo*”. Estes se referiam ao auxílio no trabalho burocrático, administrativo e de apoio no planejamento, no preparo e na execução dos métodos grupais. Ou, quando mencionam a falta de uma extensionista, referiam-se à falta de capacitação em ciências humanas e áreas afins. Também em municípios maiores sentem inclusive a necessidade de ter mais técnicos, como se pode ver nas falas a seguir:

*No nosso caso a gente sente a falta de ter um administrativo. No meu caso eu gasto, bastante tempo com isso, e tu não relatas isso. Eu gasto tempo em cima disso (Entrevistado 09 Locais).*

*[...] mas se criam demandas na questão social também. Então eu não tenho essa capacitação, a gente faz um quebra-galho. [...] Tenta dar aquele ânimo, mas com uma assistente social, um extensionista social, para trabalhar as questões de gênero, o jovem, as crianças na escola. Nós não temos todo esse aparato de conhecimento para estar trabalhando isso (Entrevistado 13 Locais).*

*Particularmente nesses anos todos, eu precisaria ter uma extensionista social, mulher, junto dentro do escritório. Para atender exatamente a família (Entrevistado 05 Locais).*

*Agora tu atirando para tudo que é lado como nós temos que fazer aqui, não existe condições. [...] Com certeza. Se tu não tens uma equipe quadrada você vai ter uma dificuldade maior de fazer um trabalho mais quadrado [...] mas influencia [...], metodologias é mais do que isso aí, porque elas podem definir o perfil do teu trabalho (Entrevistado 9 Locais).*

*É deficiente. Faltaria pelo menos mais um na área técnica e na parte do atendimento à mulher, uma extensionista, trabalho na parte de água, saneamento, microbacias. Teria que ter mais um técnico de nível superior porque sou nível médio e uma extensionista, temos auxiliar já (Entrevistado 18 Locais).*

Portanto, a grande maioria concorda que uma equipe completa, ou seja, adequada a cada realidade municipal, poderia influenciar positivamente na adoção dos métodos e, por outro lado, atenderia às questões de gênero e geração defendidas no PNATER.

a.3) A influência da estrutura física de trabalho, veículos e equipamentos na escolha dos métodos de extensão:

Em relação aos equipamentos, só quatro mencionaram a necessidade de equipamentos modernos, como projetores multimídia, GPS e computadores portáteis, muito mais relacionados com a qualidade do material a ser repassado do que um limitante ao seu trabalho e agilidade no atendimento. Quanto aos veículos, são veículos com menos de dez anos de uso, e a frota está com um bom índice de renovação.

*Tem muita coisa que deixa a desejar. Hoje o retroprojetor está fora de linha, preparar transparências etc. Hoje já seria de se pensar num data show, ele já não é mais um equipamento tão caro. O data show com notebook facilitaria em muito o trabalho com reuniões. Para você apresentar um curso lá no interior de dois ou três dias, ou coisa parecida, se você tem isso preparado ele vai fazer. Por exemplo, o data show seria interessante. Faltaria dar uma modernizada nos equipamentos (Entrevistado Locais 02).*

*Eu acho que nesse ponto não podemos reclamar da empresa (Entrevistado Locais 09).*

*É satisfatório. Bem sincero não falta, tem combustível, tem carro. Têm algumas dificuldades, por exemplo, que é bem forte, isso daí, que é por conta da burocracia administrativas eu acho que é da fazenda, por exemplo quando você precisa aprovar um gasto é muito sacrificante. Por mínimo que seja. Isso é travado, isso prejudica, mas é o Estado, é dinheiro público (Entrevistado Locais 16).*

*Carro tenho à disposição, combustível tem, a questão burocrática da prestação de contas que dificulta um monte de coisas (Entrevistado Locais 14).*

Já no que se refere às estruturas físicas das salas, oito consideraram como boas ou ótimas e quatro como ruins, pequenas e muito quentes. Dessas, apenas uma é sede própria da EPAGRI, a maioria são salas cedidas pelas prefeituras e sindicatos. De modo geral, a maioria considera que o seu desempenho não é prejudicado em quantidade, nesses quesitos, mas em alguns casos perdem em qualidade. Mas nenhum dos entrevistados deixou de atender a um agricultor ou de realizar determinado evento pela falta de equipamentos ou por deficiência da estrutura física.

Portanto a estrutura física de trabalho, veículos e equipamentos, segundo os entrevistados da Amostra 01 Locais, não têm influenciado na escolha dos métodos de extensão rural.

### **3.4 A influência das mudanças no regramento das atividades dos extensionistas adotado pela UGT – 5**

Neste segmento, será tratada a forma de planejamento realizada pelos técnicos locais e se as mudanças propostas no planejamento da UGT – 5 têm obtido resultados efetivos.

Nas mudanças aplicadas na UGT – 5, a realização do Plano Anual de Trabalho (PAT) é fundamental, pois é o instrumento que servirá de guia para o trabalho durante o ano planejado. Uma das mudanças implementadas foi de que o PAT estivesse focado em até três atividades prioritizadas que devem estar ligadas a um Projeto Estadual da EPAGRI:

- Toda ação planejada pelo Escritório Municipal (projeto municipal) deve estar ligada a um Projeto Estadual da Epagri (a ação municipal é vista como um subprojeto do Projeto Estadual);
- estas ações planejadas (projetos municipais) devem preferencialmente estar vinculadas às Prioridades estabelecidas na região, ou estar voltadas a atender necessidades locais (EPAGRI, 2012, p. 21).

Dessa forma, a Empresa espera que as ações extensionistas tenham um resultado mais consistente para as atividades prioritizadas em vez de se pulverizar o esforço de trabalho em inúmeras atividades.

Num primeiro momento, os entrevistados foram indagados sobre a forma e periodicidade do planejamento, ou seja, se é realizado em conjunto com a comunidade e, ainda, se é anual, mensal ou semanal. No quadro 17, será possível a visualização da periodicidade do planejamento e sua quantificação.

Periodicidade	Amostra 01 Extensionistas					
	Ingresso anterior 2002		Ingresso 2002		Ingresso 2006	
	Elabora	Cumpre*	Elabora	Cumpre*	Elabora	Cumpre*
Anual	4	3	5	2	3	1
Mensal	3	3	3	2	2	2
Semanal	1	1	1	1	1	1
Diário	0	0	2	2	0	0

Quadro 17 – Periodicidade do planejamento segundo os entrevistados da Amostra 01 Locais

\* Técnicos que cumprem o PAT num índice superior a 70%.

Em relação ao planejamento anual, verificou-se que todos os entrevistados da Amostra 01 Locais o fazem, pois estão sendo cobrados por isso. Entretanto, apenas 50% deles seguem o planejamento anual. Percebe-se uma diferença entre os entrevistados que ingressaram em períodos diferentes na empresa, sendo que os entrevistados pertencentes ao grupo Ingresso Anterior a 2002 têm um comportamento diferenciando dos demais; 75% destes cumprem o PAT numa percentagem superior a 70% do planejado. Dois fatores podem contribuir para esse fato: 1º) o acúmulo de experiência e o tempo da cada um nos municípios; 2º) é resultado de que estes eram cobrados muito mais pelo planejamento no passado, no período da ACARESC, como afirma o Entrevistado 04 Locais: “[...] a gente tinha como hábito, a gente era cobrado por isso [...]”.

Uma informação muito interessante levantada junto aos extensionistas é a de que esses técnicos que têm o Plano Anual de Trabalho como base do seu planejamento o constroem em cima do trabalho com grupos afins. Em primeiro lugar, estes estão ligados diretamente às atividades que foram priorizadas e as principais ações estão relacionadas com a dinâmica do trabalho realizado com esses grupos [...] “*todas agendadas para o ano*” (Entrevistado 04 Locais), ou seja, as reuniões, encontros, palestras, enfim, os métodos grupais e as datas foram pré-definidos com o grupo e irão compor o PAT.

O plano mensal é elaborado por oito dos entrevistados da Amostra 01 Locais (66,67%). Não há uma variação significativa entre os grupos de ingresso na empresa. Destes, dois não cumprem o plano mensal, que é feito mais para satisfazer a Gerência Regional. Para a maioria, a dinâmica da elaboração do planejamento mensal segue o que foi elaborado no PAT, pois lá estão elencados os principais eventos, principalmente os relacionados com os métodos grupais. Um hábito que a maioria tem é de rever os planos todas as segundas-feiras e fazer os ajustes que se mostram necessários.

Três entrevistados da Amostra 01 Locais, um para cada grupo de ingresso, fazem e seguem apenas o planejamento semanal, que é realizado em todas as segundas-feiras. Para outros dois, o planejamento é feito diariamente, ou seja, decidem no dia ou com pouca antecedência o que irão fazer. Para estes cinco entrevistados que fazem o planejamento semanal e diário, a justificativa dada é que o seu trabalho é muito dinâmico e imprevisível, afirmam que existe uma procura muito grande por atividades de escritório, demandas de programas de governo antigos ou novos e demandas originadas da gerência regional.

Apenas metade dos entrevistados da Amostra 01 Locais usou o PAT de fato como instrumento de planejamento do trabalho. O que se percebe pelas falas é que as ações têm sido planejadas, mas ainda não estão sendo executadas por todos os extensionistas ao longo do ano trabalhado.

Analisando em conjunto a opinião dos ATAs e do Gerente componentes da Amostra 02 Regionais, percebe-se que apenas dois entrevistados se referiram ao uso do PAT como base para o plano mensal. Como afirma o Entrevistado 10 Regionais, “*eles têm um esqueleto do plano*”. Quatro afirmam que os técnicos fazem o plano mensal, um que fazem por exigência do regional e, na visão do Gerente, fica mais no plano mental do que num plano colocado no papel e realmente efetivado, tanto que estão sendo estudadas medidas para que os técnicos sejam obrigados a enviar os planos mensais ao regional, como era realizado no passado. “*Isso vai ser objeto futuro de cobrança em 2012. 2012 nós vamos vincular determinadas coisas ao planejamento mensal.*” (Entrevistado 06 Regionais). Os planos anuais

e mensais não são executados em 100%, e a maioria concorda que os Técnicos Locais fazem um plano semanal mais apurado e executável, pois ainda não está incutido no dia a dia do Técnico Local um planejamento a médio prazo, o que faz com que caia no atendimento as demandas e planos e programas de governo.

Buscou-se também levantar o grau de satisfação dos extensionistas da Amostra 01 Locais em relação ao planejamento, se a divisão do seu tempo entre escritório/campo e atividades de atendimentos individuais/grupais está dentro de sua visão técnica e social.

No quadro 18, observa-se a distribuição por período de ingresso e se o entrevistado se encontra satisfeito ou não com a distribuição do tempo.

	Ingresso anterior 2002		Ingresso 2002		Ingresso 2006		Total	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
O planejamento é o ideal para a execução do seu trabalho?	1	3	1	4	0	3	2	10

Quadro 18 – Satisfação com o planejamento e a distribuição do tempo dos Entrevistados 01 Locais

Apenas dois afirmaram que o seu trabalho está de acordo com sua visão técnica e social, sendo que o Entrevistado 04 Locais se refere ao novo modelo de Planejamento que tem foco em um número menor de atividades, o que, segundo ele, potencializa o seu trabalho. Já o Entrevistado 12 Locais afirma que está satisfeito dentro da realidade do serviço público de extensão rural.

*Eu estou gostando muito, ultimamente, pois está trazendo algum resultado para as famílias, quando você vê o progresso dessas famílias. As outras, você sabe, que vão se integrando nisso aí. Então eu estou tendo muita satisfação com essas três atividades. Está muito legal isso aí (Entrevistado 04 Locais).*

*Eu tento dar o melhor no contexto que eu encontrei no serviço público. Comparando com outros locais que eu trabalhei. Não sei qual seria o modelo de gestão seria o ideal. O que eu tenho notado é que é muita coisa instável e variável solicitando o técnico local. De todos os públicos, internos e externos à empresa. Então eu tento não ficar ruminando demais o planejamento, eu procuro fazer uma coisa mais prática, mais expedita. Por que não adianta fazer uma coisa muito sólida, porque daqui a pouco já vai mudar de novo (Entrevistado 12 Locais).*

Entretanto, os dez restantes todos estão insatisfeitos, consideram que o planejamento não é o ideal para a realização do seu trabalho. Afirmam que gostariam de atuar mais a campo; que o sonho é fazer Extensão; mais tempo para o planejamento:

*Não, se eu pudesse estar 90% na parte técnica a campo é lá que a coisa realmente aparece (Entrevistado 05 Locais).*

*Eu queria fazer assistência, eu queria fazer Extensão. [...] o sonho é fazer Extensão, mas nós não conseguimos. Aqui não (Entrevistado 08 Locais).*

*Não teria que ser totalmente o inverso até mais a campo, também não só vendo o arroz, mas também as atividades, de autossuficiência, que ficou totalmente prejudicado no ano passado (Entrevistado 13 Locais).*

*Eu acho que quanto mais você dedicar o teu tempo para o planejamento o teu resultado será melhor. A gente nota, parece besteira eu falar isso, mas se tu planeja a semana o resultado é fantástico, se tu deixas solto o resultado é bem inferior (Entrevistado 09 Locais).*

*O maior problema é a falta de tempo de fazer esse a mais, visitar, ou quando eles vêm no escritório tem três ou quatro na fila eu só atendo o que o cara precisa, mas se tivesse mais tempo para conversar poderia entrar nesses outros assuntos (Entrevistado 18 Locais).*

*Como trabalho técnico com certeza não. Para fazer um trabalho técnico você teria que ter a disponibilidade de fazer esses programas, interferências todas e você poder planejar tecnicamente algumas questões das propriedades, ou com unidades, mas você tem que ter esse tempo [...] (Entrevistado 14 Locais).*

Outra constatação interessante é que todos os técnicos que não utilizam minimamente o PAT como uma ferramenta de trabalho estão insatisfeitos. Alguns deles afirmam que, com a mudança, poderão ter resultados melhores e mais recompensadores.

*Começa a influenciar. Como eu disse, a gente começa a repensar, acaba repensando o que está acontecendo, porque se não tu não vais conseguir o resultado que tu disse que se propôs a alcançar [...]. Olha, foi feito o planejamento anual e o que a gente percebeu neste último ano é a necessidade de olhar isso semanalmente, levar mais, até para tu não te atrapalhar. [...] de ver o que passou na semana, de ver o que vai fazer durante a semana (Entrevistado 05 Locais).*

Em resumo, dos 12 técnicos entrevistados da Amostra 01 Locais, dez estão insatisfeitos com o seu planejamento e distribuição do tempo. A maioria reconhece e desejaria estar mais tempo a campo no seu dia a dia de trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Extensão Rural tem sua história e seu trabalho baseados no uso dos métodos de extensão. Para cada período, utilizava-se de diferentes modelos pedagógicos no seu papel de educadora informal para o campo. A pesquisa não teve como objetivo estudar propriamente esses modelos, mas identificar os possíveis fatores que determinam a opção dos extensionistas rurais por atividades de caráter grupal ou individual. Essa diferenciação torna-se necessária não apenas pela importância do uso dos métodos grupais no que se refere ao aumento do alcance da ação extensionista ou da sua relação com custo financeiro, mas também pela possibilidade de gerar uma maior participação e organização da agricultura familiar, pois, com a aprovação da PNATER e sua implantação pelo MDA, torna-se imprescindível que exista um equilíbrio entre o uso dos métodos individuais e grupais, uma vez que a PNATER tem como prerrogativas a educação continuada e o aumento da participação da agricultura familiar. Portanto, deveria ser dada uma ênfase maior aos métodos grupais participativos, pois não existe participação isolada (visitas e atendimentos), mas sim na coletividade.

Tendo como base a Unidade de Gestão Técnica 5 (UGT-5), foram identificados e quantificados, através dos relatórios técnicos, os métodos empregados pelos extensionistas da referida unidade, obtendo-se como resultado o amplo predomínio dos métodos individuais (94,54%) sobre os grupais (5,46%). Nos métodos individuais, destacou-se o atendimento de escritório, que responde por 62,27%, sobre a visita, com 32,27%. Em relação aos métodos grupais, a reunião foi o método mais empregado (71%), sendo que o emprego dos demais (palestras, oficina, curso ou capacitação, dia de campo, seminário, demonstração de método) é pouco expressivo. Confirma-se, dessa forma, a hipótese 1 do estudo, do predomínio, na atuação dos extensionistas, do uso dos métodos individuais. A surpresa foi a expressividade do método de atendimento de escritório e a baixa frequência, com a exceção da reunião, dos demais métodos grupais. Esses resultados, obtidos através dos relatórios técnicos, foram validados nos questionários e entrevistas realizados com os extensionistas da unidade.

A análise da divisão do tempo entre as atividades de campo e as de escritório demonstrou uma heterogeneidade entre os extensionistas entrevistados, com alguns permanecendo 60% de seu tempo no escritório, momento que compreende atividades de atendimento às demandas técnicas, dos programas de governo e das atividades burocráticas, que não deveriam tomar mais que 20% do tempo disponível dos extensionistas (EPAGRI, 2008).

Quando analisado, via Seater, o tipo da ação extensionista, verificou-se que 47,76% das famílias assistidas estão enquadradas em programas de governo estaduais ou federais, nas denominadas atividades de apoio, e 52,24% são atividades técnicas ligadas à produção agropecuária, industrialização caseira, área social, área ambiental, outras atividades não agrícolas etc. Entretanto, quando analisado no âmbito do número de atividades realizadas, chega-se a um índice de 61,28% do seu esforço de trabalho em ações técnicas em relação às atividades de apoio, que baixam para 38,82%. Um valor que está dentro dos parâmetros estabelecidos pela empresa é de 40% do tempo dedicado às atividades de apoio. Apesar de ser aparentemente alto, deve-se considerar que os órgãos oficiais de Extensão Rural são executores dos programas de governo e não podem fugir a essa função.

Em relação aos fatores relacionados com a escolha dos métodos empregados pelos extensionistas, pode-se constatar que o período de ingresso na empresa não influenciou diretamente na escolha dos métodos ou na relação tempo de escritório/tempo a campo. O fator mais citado pelos entrevistados e com maior pontuação nos questionários foi a falta de tempo associado à grande demanda local. A falta de interesse dos extensionistas, expressa em termos como comodidade, acomodação, gosto, zona de conforto, mais fácil, pessoal e personalidade, foi o segundo fator em ordem de importância. Dessa forma, é possível concluir que a demanda local e a falta de interesse são os principais determinantes do uso ou não dos métodos grupais. O conhecimento e o domínio dos métodos, assim como a falta de acompanhamento e apoio, foram fatores citados em menor frequência. Assim, não pode ser confirmada a hipótese de que os extensionistas não usam os métodos mais complexos (grupais) por insegurança metodológica.

Outra hipótese que não se confirmou foi a da influência das mudanças implementadas, a partir de 2008, na UGT-5, no uso dos métodos. A pesquisa constatou que a ação dos ATAs tem influenciado mais no momento da elaboração do Plano Anual, quando ocorre um certo aumento na frequência dos métodos grupais, o que não resultou, pelo menos até o ano base da pesquisa (2010), no aumento do uso ou execução dos mesmos. Por outro lado, ficam evidenciadas a importância dada ao novo modelo de planejamento e a necessidade de uma melhor atuação dos ATAs junto aos extensionistas locais, no sentido dado pelos entrevistados, de um maior apoio técnico no planejamento e execução dos métodos grupais e também no acompanhamento e na cobrança da execução dos Planos Anuais de Trabalho, com o intento de orientá-los para atingir as metas desejadas.

Não foi possível verificar, entre os extensionistas entrevistados, as melhores alternativas metodológicas para a execução dos trabalhos de Ater. De maneira geral, eles

reconhecem a importância dos métodos grupais e das relações de custos na execução, alcances etc. Mas não se verificou clareza acerca do caráter e da importância estratégica e pedagógica dos métodos. Estes são mais utilizados como rotina ou como opção de trabalho do que estão inseridos num processo de mudança da realidade social do público envolvido, ou seja, os extensionistas os utilizam de forma pontual para resolver problemas ou ações específicas, não gerando uma solução de continuidade, que aumente a valorização do saber local no desenvolvimento do processo endógeno. Dessa forma, verifica-se uma distância entre a prática extensionista dos processos educativos e permanentes através de um enfoque dialético, humanista e construtivista, o que representa a essência da Política Nacional de Ater – PNATER, cujo o objetivo do desenvolvimento rural sustentável e a promoção e o fortalecimento da agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. C. Participação cidadã nas políticas públicas. In: HERMANN, K. (Org.). **Participação cidadã: novos conceitos e metodologias**. Fortaleza, 2004.
- AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. Agricultura familiar, crédito e mediação institucional: a experiência do PRONAF em São Miguel no Nordeste Brasileiro. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, Colômbia: Pontificia Universidad Javeriana, n. 54. 2005.
- BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 5. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRASIL. **Lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, 2010a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm)>. Acesso em: 7 dez. 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER**. Brasília: MDA/SAF, 2010b. 45 p.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. 2011. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=pnad&o=3&i=P&c=1954>>. Acesso em: 7 mar. 2013.
- CAPORAL, F. R. **A extensão rural e os limites à prática extensionista do serviço público**. 1991. 213 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)—Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.
- CEZAR, V. M. **Curso de metodologia e capacitação**. Florianópolis, 2009.
- CHAMBERS, R.; FORESTS, R. Os diagnósticos participativos de sistemas rurais: passado, presente e futuro. Tradução de Jonh Cunha Comerford. **Trees and People Newsletter**, Roma, FAO, n. 15/16, p. 4-9, fev. 1992.
- CHAMBERS, R.; GUIJT, I. DRP: depois de cinco anos, como estamos agora? Tradução de Maria Ruth Freitas Takahashi e Marcos Affonso Ortiz Gomes. **Revista Bosques, Árvores e Comunidades Rurais**, Quito, Equador, n. 26, p. 4-15, mar. 1995. Disponível em: <[http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/metodologiasparticipativas/content/photoflow-view/content-view?object\\_id=890603](http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/metodologiasparticipativas/content/photoflow-view/content-view?object_id=890603)>. Acesso em: 30 jun. 2012.
- COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos**. Viçosa: UFV, 2005.

DEMO, P. **Participação é conquista**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DESLANDES, S. F. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Terra Editora, 1996. 178 p.

EPAGRI. EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Epagri – uma organização contemporânea para o desenvolvimento rural catarinense**: desafios para a consolidação de um projeto institucional. Florianópolis: Epagri, 2007.

EPAGRI. EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Gestão e estrutura técnica da Epagri**. Florianópolis: Epagri, 2008.

EPAGRI. EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Metodologias em Extensão Rural**: pré-serviço-2010. Florianópolis: Epagri, 2010. Apostila. 41 p.

EPAGRI. EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Sistema de informação técnica integrada**: módulo Planejamento e Gestão de Projetos. Florianópolis: Epagri, 2012. Disponível em: <<http://intranet.epagri.sc.gov.br/>>. Acesso em: 8 jan. 2013.

FIGUEIREDO, R. P. Extensão rural no Brasil: novos tempos. Brasília, **Revista Brasileira de Tecnologia**, v.15 n. 4, jul./ago. 1984.

FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed 12. reimpr. São Paulo. Atlas, 2009.

GUZMÁN, E. S. **Ética ambiental y agroecología**: elementos para una estrategia de sustentabilidad contra el neoliberalismo y la globalización económica. Córdoba: ISEC-ETSIAM: Universidad de Córdoba, 1999.

LÊNIN, V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril, 1982.

LIMA, I. de S. **Mídia educativa**: o uso do vídeo no ensino técnico agrícola em Pernambuco. 2003. 191 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação)–Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2003.

MAXWELL, J. A. **Qualitative research design**: an interactive approach. Thousand Oaks: Sage, 2005.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Ed. da Unesp; Brasília: Nead, 2010.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Publicações**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/publicacoes/>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

MDA/FAO. **Perfil dos serviços de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares e assentados no Brasil**. Brasília. Jun 2003. Disponível em: [http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/formaodeagentesdeater/one-community?page\\_num=0](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/formaodeagentesdeater/one-community?page_num=0) . Acesso em: 22 ago.

MDA/SAF/DATER. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília, jun. 2007. 26 p.

MOORE, N. **How to do research**: apractical guide to designing and managing research projects. 3. ed. London: Facet, 2006.

MORAN, H. F.; ARCE, J. R.; BELTRAN, L. R. **Extension agrícola**: principios y tecnicas. Lima: Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas de La OEA, 1960.

MUSSOI, E. M. **Integración entre investigación y extensión araria en un contexto de descentralización del Estado y sustentabilización de políticas de desarrollo**: el caso de Santa Catarina, Brasil. 1998. 420 f. Tese (Doutorado em Agroecologia, Campesinato e História)–Universidad de Córdoba, Córdoba, 1998.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: Epagri, 1996.

OLINGER, G. **Métodos de extensão rural**. Florianópolis: Epagri, 2006.

OLIVEIRA, M. M. Conjugação do crédito rural à assistência técnica no Brasil: a análise da experiência do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Caderno de Difusão da Tecnologia**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 71-121, jan./abr. 1984.

PAULUS, P. **Do padrão moderno à agricultura alternativa**: possibilidades de transição. 1999. 185 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

PAVIANI, N. M. S.; FONTANA, M. F. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 14, n. 2, p. 77-88, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/16/15>>. Acesso em: 27 ago. 2012.

PEIXOTO, M. Extensão Rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação. **Textos para a Discussão 48 – Centro de Estudos**. Brasília: Senado Federal, out. 2008.

PK.cdNoticia=4925 21/01/2013>. Acesso em: 21 jan. 2013.

QUEDA, O. **A extensão rural no Brasil**: da anunciação ao milagre da modernização agrícola. 1987. 201 f. Tese (Livre docência)–Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, São Paulo, 1987.

RIBEIRO, J. P. **A saga da extensão rural em Minas Gerais**. São Paulo: Annablume, 2000.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Caderno de Difusão da Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

RUAS, E. D. et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR**. Belo Horizonte: Barba Bela, 2006.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado, da Agricultura e da Pesca. **Programa SC RURAL**. Notícias. Santa Catarina Rural/Microbacias 3 – informações. Florianópolis, 28 set. 2010. Disponível em: <<http://www.microbacias.sc.gov.br/visualizarNoticia.do?entity.noticia>>

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982.

SILVA, P. F. **Estudo dos rumos e tendências gerais das instituições públicas de extensão rural e os desafios da sua reestruturação em Santa Catarina**. 2000. 212 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2000.

SIMON, A. A. **Extensão Rural em microbacias hidrográficas como estratégia de gestão ambiental no meio rural catarinense: a qualidade dos sistemas dos sistemas sociais e ecológicos como um patrimônio comum**. 2003. 429 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas)–Universidade Federal de Florianópolis, Florianópolis, 2003.

SOUZA, I. S. F. de. Difusão da tecnologia para o setor agropecuário: a experiência brasileira. **Caderno de Difusão da Tecnologia**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 187-196, maio/ago. 1987.

SOUZA, S. **A Guerra da Secessão**. São Paulo, 5 jan. 2012. Disponível em: <<http://guerras.brasilecola.com/seculo-xvi-xix/a-guerra-secessao.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2012.

TONNEAU, J. F.; TEIXEIRA, O. A. Políticas públicas e apoio institucional à agricultura familiar no Brasil: agroecologia e estratégias de desenvolvimento rural. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 2, p. 295-303, jul./dez. 2002.

TRUJILLO, F. S. de P. **Extension agraria y desarrollo: sobre la evolución de las teorías y praxis extensionistas**. Madri: Graffoset, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses**: MDT. 7. ed. rev. e atual. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

## ANEXOS

Anexo A – Requerimento para a realização da pesquisa

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA E EXTENSÃO RURAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**  
**REQUERIMENTO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA**

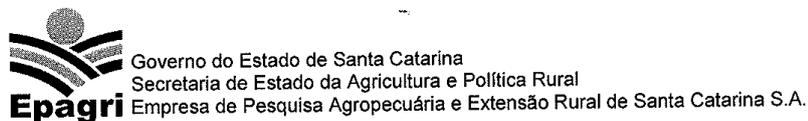
Eu, Cesar Augusto Lodi, mestrando em Extensão Rural do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria/RS, matrícula 201160492, venho por meio deste, requerer junto à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, autorização para a realização da pesquisa necessária ao desenvolvimento da dissertação de mestrado intitulada: **“Análise das metodologias utilizadas pela extensão rural no Alto Vale do Itajaí – SC”** cujo objetivo geral é Analisar a aplicação das metodologias de Extensão Rural utilizadas pela EPAGRI na UGT5, levantar os fatores que determinam a opção dos Extensionistas rurais por atividades de caráter grupal ou individual. Este estudo visa contribuir com a ação extensionista proporcionando uma maior compreensão dos fatores que levam à escolha das metodologias pelos técnicos envolvidos e como produto final uma melhor prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar Catarinense. O período de realização das atividades de pesquisa, concernente ao contato inicial com a diretoria executiva até a conclusão das entrevistas será de junho/2012 a dezembro/2012.

A EPAGRI terá garantido o direito de receber esclarecimentos referentes a qualquer dúvida relacionada com a realização e desenvolvimento da pesquisa, bem como ter total acesso aos resultados finais, ficando, todavia resguardada a privacidade dos entrevistados que não serão identificados em nenhum momento.

Florianópolis (SC), 05 de junho de 2012.

-----  
Cesar Augusto Lodi

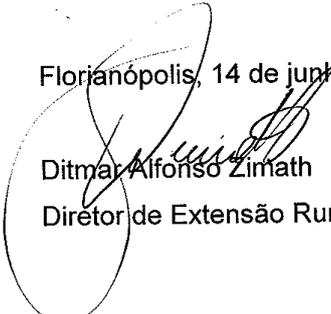
## Anexo B – Autorização da organização

**DECLARAÇÃO**

Declaramos, para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/RS, que a Epagri autoriza a realização de pesquisa com os Extensionistas Rurais da Empresa, a ser conduzida por mestrando dessa Universidade, com vistas ao desenvolvimento de sua dissertação de mestrado, conforme segue:

- **Mestrando:** Cesar Augusto Lodi, Extensionista Rural da Epagri
- **Universidade:** UFSM
- **Curso:** Mestrado em Extensão Rural
- **Público-alvo:** Extensionistas Rurais do quadro funcional da Epagri
- **Local de realização da pesquisa:** Unidades da Epagri localizadas na Unidade de Gestão Técnica da Epagri – UGT 5
- **Período de realização da pesquisa:** agosto a outubro/2012
- **Título da dissertação:** Análise das metodologias utilizadas pela Extensão Rural no Alto Vale do Itajaí, SC.

Florianópolis, 14 de junho de 2012.

  
Ditmar Alfonso Zimath  
Diretor de Extensão Rural

Sede administrativa - Rodovia Admar Gonzaga, 1.347, Itacorubi, C.P. 502, fone: (048) 239-5500  
Fax: (048) 239-5597, internet: <http://www.epagri.rct-sc.br>, e-mail: [epagri@epagri.rct-sc.br](mailto:epagri@epagri.rct-sc.br)  
88034-901 Florianópolis, Santa Catarina, Brasil  
CGC Nº 83.052.191/0001-62 - INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 250.403.498



## Anexo C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**Título do projeto:** Análise das metodologias utilizadas pela extensão rural no Alto Vale do Itajaí - SC

**Pesquisador responsável:** Dr. Pedro Selvino Neumann; Mestrando Cesar Augusto Lodi.

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal de Santa Maria / Centro de Ciências Rurais / Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural / Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural

**Telefone para contato:** (55) 8131-7612 e (47) 8808-4144

**Local da coleta de dados:** Escritórios locais da Epagri pertencentes à Unidade Técnica de Gestão 5 – UGT – 5.

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidado (a) a responder às perguntas deste questionário e/ ou desta entrevista de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

**Objetivo do estudo:** Analisar a aplicação das metodologias de Extensão Rural utilizadas pela EPAGRI na UGT5 com a intenção de entender os fatores que determinam a opção dos Extensionistas rurais por atividades de caráter grupal ou individual.

- **Procedimentos:** Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste questionário ou as questões da entrevista semiestruturada respondendo às perguntas formuladas que abordam o seu dia a dia de trabalho, com enfoque nas metodologias de extensão utilizadas.
- **Benefícios.** Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você. Possibilitará a empresa a identificação de quais são as metodologias de extensão mais utilizadas pelos extensionistas e a entender os motivos que levam a optar por determinadas modalidades de metodologias.
- **Riscos.** O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.
- **Sigilo.** As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos

pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu \_\_\_\_\_, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Santa Maria 01, de outubro de 2012.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

PEDRO SELVINO NEUMANN  
Pesquisador responsável

\_\_\_\_\_  
Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM - Cidade Universitária - Bairro Camobi, Av. Roraima, nº1000 - CEP: 97.105.900 Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362 – Fax: (55)3220-8009  
Email: comiteeticapesquisa@smail.ufsm.br. Web: www.ufsm.br/cep

## Anexo D – Roteiro de entrevistas dos técnicos da UGT – 5

A Entrevista semiestruturada está dividida em 4 blocos:

Bloco 01 – Resgatar a rotina semanal do extensionista (resgatar a última semana e ponderá-la em relação ao trabalho, “típica” do extensionista). Procurar caracterizar o dia a dia dos extensionistas. Tipificar o uso dos métodos. Buscar a caracterização de cada método empregado (motivos de escolha ou opção, estimar o tempo de aplicação de cada um e principalmente se a abordagem é difusionista, participativa).

Questões chaves: natureza da atividade extensionista (administrativa, planejamento, ATER, formação, representação); origem das ações/atividades (demanda dos agricultores, município, estado, federal, institucional); Classificação dos métodos/modalidades de extensão (métodos individuais, grupais, massais); Identificação das abordagens utilizadas (difusionista, participativa).

Bloco 02) Identificar os motivos pela opção/escolha dos métodos empregados (voluntária ou opcional, determinada pelo tipo de trabalho e demanda ou por planejamento. Caracterizar o planejamento das atividades.

Questões chaves: escolha e planejamento das atividades.

Bloco 03) Identificar os fatores que influenciam no planejamento de trabalho dos escritórios locais. Analisar se ao longo de sua vida profissional as mudanças sugeridas na UGT-5 quanto ao uso de métodos participativos de ATER- tem influenciado a sua dinâmica de trabalho junto aos agricultores?

Questões chaves: mudança no planejamento e atuação.

Bloco 04) Verificar se a estrutura de apoio proposta na UGT-5, com acompanhamento da gerência regional através dos técnicos de apoio é necessária/influencia o bom funcionamento dos Escritórios Municipais. As perguntas iniciais são para verificar se outros fatores (estruturais, políticos, etc.) podem estar influenciando no trabalho ou na opção por determinados métodos.

Questões chaves: apoio regional; estrutura; relação interinstitucional.

Bloco 01 - Planejamento, atividades, tipificação abordagem.

- a) Resgatar a última semana de trabalho. Quais as atividades realizadas? Esta representa a maioria (moda) das semanas de trabalho durante o ano?
- b) Como foi realizado o planejamento de cada atividade? O que determinou as atividades que foram executadas? (demanda dos agricultores, atividades municipais, estaduais ou federais)
- c) Como você divide o tempo ao longo de semana? (administrativa, planejamento das atividades, ATER, formação, representação)
- d) Quais as metodologias utilizadas nessa semana? Caracterizar as metodologias e tipificar. (Tabela 01) ( nota: identificar o tipo de abordagem sem induzir.)
- e) Qual o motivo que determina a escolha das metodologias?
- f) Quanto tempo dedicado para cada método no planejamento, na organização/preparação (geral (produzida por ele ou outros), utiliza novos materiais a cada reunião, etc.), execução e avaliação?
- g) Qual o tempo gasto para atividades de escritório, burocráticas, cursos e reuniões de região.

- h) Qual o tempo gasto para atividades esporádicas. (seminários, dias de campo, excursões)
- i) A execução corresponde ao que foi planejado na semana, no mês e no ano?

Bloco 02) Motivos de escolha por determinado método, planejamento ou improvisação.

- a) Qual o tipo de planejamento? Diário, semanal, mensal.
- b) Como é distribuído seu tempo ao longo da semana, por atividades?
- c) O planejamento diário/semanal é fruto da demanda? Do planejamento mensal/anual?
- d) Quais as atividades mais executadas? Verificar se existe uma tendência por determinada atividade e o que a determina (atividade predominante no município, prioritária do planejamento, demanda institucional).
- e) O planejamento e por consequência a distribuição do tempo, está de acordo com a sua com a sua visão técnica e social ou é determinado pela demanda. É o ideal para a execução do seu trabalho?
- f) Como você planeja cada atividade? (tempo gasto, com apoio regional ou local; como CMDR, com os envolvidos/produtores)
- g) Qual o conteúdo das atividades, técnico (ATER), organizacional etc.

Bloco 03) Identificar se a mudança no planejamento municipal e regional na UGT5 - implementada a partir do ano de 2008 alterou a rotina diária dos técnicos.

- a) Quais os fatores ou condicionantes que tem influenciado o extensionista para a adoção de métodos individuais ou grupais de extensão?
- b) Mais recentemente, as mudanças no modo de gestão e a nova estrutura técnica da Epagri implementados na UGT-5 a partir de 2008 tem influenciado nesse processo? Se sim, de que modo?
- c) Dos fatores apontados qual ou quais exercem maior influência?
- d) Mudou a sua forma de preparar as atividades, preparação, organização do tempo?
- e) Que resultados você espera dessa mudança proposta pela equipe regional.

Bloco 04) O que explica e implica a existência uma estrutura de apoio regional.

- a) A estrutura do escritório influencia na escolha dos métodos? Qual a estrutura ideal para um escritório local?
- b) A infraestrutura é satisfatória para a realização dos teus trabalhos?
- c) A relação com outras instituições influenciam na sua atuação? (Prefeituras, sindicatos, ATES, cooperativas etc.) Qual a relação existente?
- d) A estrutura regional tem contribuído para a adoção de mais ou menos métodos grupais de ATER?
- e) A estrutura de apoio disponível na região é fator que tem influenciado na adoção de mais ou menos métodos grupais de ATER?
- f) Em que medida a estrutura local e regional disponibiliza ou oferece condições para a adoção de mais ou menos métodos grupais/ participativos?
- g) Existe a necessidade de uma estrutura técnica regional de apoio?
- h) A estrutura técnica atual influência no seu trabalho? É importante para a realização do seu trabalho?
- i) Na sua visão qual a forma ideal de atuação da equipe regional?

## Anexo E – Questionário da UGT – 5

01) Quais as métodos são mais utilizados no seu dia-a-dia de trabalho?  
 Numere de 01 (menos utilizada) a 09 (mais utilizada) o grau de utilização.

- |                           |     |                 |     |
|---------------------------|-----|-----------------|-----|
| a) Visita                 | ( ) | c) Dia de Campo | ( ) |
| b) Reunião                | ( ) | d) Seminário    | ( ) |
| e) Curso/Capacitações     | ( ) | f) Palestras    | ( ) |
| g) Demonstração de método | ( ) | h) Oficina      | ( ) |
| i) Outros _____           |     |                 |     |

02) Em quais desses métodos você entende que a participação do produtor é maior?  
 Numere de 01 (menor participação) a 09 (maior participação):

- |                           |     |                 |     |
|---------------------------|-----|-----------------|-----|
| a) Visita                 | ( ) | c) Dia de Campo | ( ) |
| b) Reunião                | ( ) | d) Seminário    | ( ) |
| e) Curso/Capacitações     | ( ) | f) Palestras    | ( ) |
| g) Demonstração de método | ( ) | h) Oficina      | ( ) |
| i) Outros _____           |     |                 |     |

03) Quais dos métodos, relacionadas abaixo, você tem mais habilidade em utilizar.  
 Numere de 01 (menos habilidade) a 09 (mais habilidade) o grau de dificuldade.

- |                           |     |                 |     |
|---------------------------|-----|-----------------|-----|
| a) Visita                 | ( ) | c) Dia de Campo | ( ) |
| b) Reunião                | ( ) | d) Seminário    | ( ) |
| e) Curso/Capacitações     | ( ) | f) Palestras    | ( ) |
| g) Demonstração de método | ( ) | h) Oficina      | ( ) |
| i) Outros _____           |     |                 |     |

04) Analisando a Unidade Regional de Rio do Sul, você considera que há pouca utilização dos métodos de extensão pelos colegas nos municípios?

- a) ( ) Sim. Utilizados abaixo do esperado/necessário  
 b) ( ) Não. Utilizados dentro do esperado/necessário.

05) Em caso de resposta afirmativa você entende que o motivo da baixa utilização é:  
 Numere de 01 (menos importante) a 06 (mais importante) o grau de importância na influência da não utilização.

- a) Desconhecimento dos métodos. ( )  
 b) A falta de conhecimento técnico causa insegurança por parte do extensionista na aplicação dos métodos. ( )  
 c) Falta de capacitação em métodos de extensão e métodos participativos. ( )  
 d) Falta de acompanhamento e orientação para apoio à aplicação local dos métodos. ( )  
 e) Falta de interesse em organizar atividades que envolvam métodos. ( )  
 f) Falta de tempo para organizar e executar os métodos ( )

06) Qual dos métodos você considera que o produtor tem mais interesse de participar. Numere de 01 (menos adequada) a 09 (mais adequada):

- |                           |     |                 |     |
|---------------------------|-----|-----------------|-----|
| a) Visita                 | ( ) | c) Dia de Campo | ( ) |
| b) Reunião                | ( ) | d) Seminário    | ( ) |
| e) Curso/Capacitações     | ( ) | f) Palestras    | ( ) |
| g) Demonstração de método | ( ) | h) Oficina      | ( ) |
| i) Outros _____           |     |                 |     |

07) Quais desses métodos você considera mais adequadas para proporcionar a participação dos produtores? Numere de 01 (menos adequada) a 09 (mais adequada):

- |                           |     |                 |     |
|---------------------------|-----|-----------------|-----|
| a) Visita                 | ( ) | c) Dia de Campo | ( ) |
| b) Reunião                | ( ) | d) Seminário    | ( ) |
| e) Curso/Capacitações     | ( ) | f) Palestras    | ( ) |
| g) Demonstração de método | ( ) | h) Oficina      | ( ) |
| i) Outros _____           |     |                 |     |